

Editorial

QUEM SEMEIA O PÃO E QUEM SEMEIA O ÓDIO

O agravamento da crise económica e o súbito aprofundamento da crise política e social são a consequência directa da acção nefasta do Governo do PS na semana que acaba de decorrer.

Uma situação altamente prejudicial ao país, que se encaminha rapidamente para um estado irreversível, está saindo das mãos ineptas e das cabeças insensatas dos governantes socialistas.

É uma política que enche de apreensões as classes trabalhadoras e provoca a indignação de todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia.

A operação «reservas» contra as UCPs da Margem Esquerda do Guadiana, pelo seu aparato bélico e pelo desrespeito brutal dos compromissos assumidos com os trabalhadores de Plas, Vale de Vargo e Aldela Nova — três aldeias alentejanas cujos nomes se inscrevem em letras altas na história da resistência popular contra o fascismo — desmascara como nenhuma das «operações» anteriores a essência latifundiária, antitrabalhadora, da política do MAP na zona de intervenção da Reforma Agrária.

Os governantes socialistas estão a perder todo o decoro, todo o crédito político, toda a coerência entre as palavras e os actos na senda política por onde enveredaram.

A raiosa ofensiva do ministro Barreto contra a Reforma Agrária assume cada vez mais o aspecto de um crime social e contra a economia do país. No preciso momento em que os trabalhadores das UCPs semeiam patrioticamente o pão, Barreto semeia o ódio nos campos do Alentejo. Uns procuram garantir o pão dos portugueses, outros desorganizam a produção e desencadeiam a violência contra populações pacíficas e indefesas.

Comparável a este atentado anti-social e antieconómico é o das desintervensões de empresas por iniciativa do ministro Nobre da Costa. O antigo administrador da EFACEC conheceu pelas suas ligações ao grande capital, prepara friamente a submissão das empresas do sector público — diga-se nacionalizadas — às do sector privado, segundo as suas próprias declarações à imprensa. Fica mais claro agora porque se intensifica, sem nenhuma consideração pelos preceitos constitucionais e com o apoio das forças militarizadas, a entrega de importantes empresas intervencionadas aos antigos patrões sabotadores. Ao escândalo da JFS seguiram-se os da MUNDET e da FACAR, sem que os trabalhadores, que repudiaram unânimes tais entregas, fossem sequer ouvidos.

Aonde querem chegar os dirigentes do PS?

Ninguém ignora que o PS atravessa uma grave crise interna. Sucedem-se as defecções, militantes e mesmos dirigentes socialistas vêm a público condenar a política da sua direcção. O PS de Outubro de 77 não é o mesmo PS das eleições para a Assembleia da República. Perdeu substancialmente prestígio e influência.

Não estamos a fazer nem queremos fazer

(continua na pág. 2)



MUNDET: EXEMPLO FLAGRANTE DA POLÍTICA ANTIOPERÁRIA DO GOVERNO MINORITÁRIO DO PS

O «Avante!» passou cinco horas da última segunda-feira com os trabalhadores da Mundet, na fábrica do Seixal. Empresa intervencionada em Agosto de 1975, actualmente com 1 017 trabalhadores, decidiu agora o Governo devolvê-la à entidade patronal. Os trabalhadores recusam essa medida ilegal e propõem a transformação da Mundet numa empresa mista. Como tantas outras, salvas da ruína pelo esforço abnegado dos seus trabalhadores, homens e mulheres que não querem ver ruir as conquistas do 25 de Abril, a Mundet serve aqui, como outras poderiam servir, de símbolo do trabalho consciente, de exemplo — um entre muitos — de como os trabalhadores lutam pela verdadeira recuperação da economia nacional, recusando o regresso ao passado e procurando diariamente, com o seu trabalho e a sua consciência, criar um presente de justiça e de progresso, no caminho da Constituição, na via do socialismo.

Pág. 6

O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E POLÍTICA DENUNCIADO EM S. BENTO PELOS DEPUTADOS COMUNISTAS

Na Assembleia da República, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, proferiu uma importante declaração política sobre a actual situação do país. O silêncio com que foi acolhida pela bancada socialista nada mais significou do que um terrível comprometimento.

(pág. 2)



Manifestação em Plas contra a política do MAP

Pág. 8

O GOVERNO DEMONSTROU EM BEJA QUE NÃO QUER AS SEMEITEIRAS

Desencadeando uma gigantesca manobra de sabotagem das sementeiras de Outono, o Governo tem marcadas centenas de reservas por todo o Alentejo, independentemente dos agrários as terem ou não requerido. Em alguns concelhos, o número de reservas aproxima-se da centena.

Os acontecimentos de terça-feira em Beja constituem já uma fase desta ofensiva governamental: ofensiva contra os trabalhadores, contra as sementeiras, contra a produção e contra os interesses populares. Depois de se ter comprometido ao diálogo, o Governo enviou para Beja o mais forte aparelho bélico da GNR visto em terras do Alentejo!

PROMOÇÃO DAS CONQUISTAS DE ABRIL

adere ao PCP O NOSSO PARTIDO
É O TEU PARTIDO



A meta até ao fim do ano é de 10 000 novos militantes do PCP. Em Agosto aderiram 1328 e em Setembro 2353, o que dá um total de 3671 adesões ao Partido desde o início da Campanha. Um quadro pormenorizado por regiões, assim como notas de reportagem e diverso noticiário (pág. 5) dão bem a ideia do que está a ser esta grande iniciativa de massas.

A LUTA PELO DESANUVIAMENTO DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL INTERESSA A TODOS OS POVOS

O desanuviamento internacional, o desarmamento e a paz, são objectivos que interessam aos povos de todo o mundo. Nestes dias, em Belgrado, e na sequência da Conferência de Helsínquia, trava-se uma importante batalha política, cujos resultados se espera sejam um contributo importante para a instauração de um clima de paz, constituindo, assim, uma derrota para os saudosos da «guerra fria». (Pág. 10).



Membros do Comité Soviético para a Segurança e Cooperação Europeias falaram em Lisboa sobre paz e desanuviamento (pág. 10)

República Democrática Alemã

UM MUNDO À MEDIDA DO HOMEM

Povos há que, libertos da exploração do homem pelo homem, venceram o passado e edificam com determinação e confiança a sociedade do futuro. É o caso da RDA. Regressada de uma curta visita àquele país socialista, a nossa camarada de redacção Lígia Calapez conta-nos o que viu e ouviu. (Pág. 12)

SAUDAÇÃO DE A. CUNHAL A L. BREJNEV

«Camarada Brejnev
Secretário Geral do PCUS

Ao povo e aos comunistas soviéticos e a si pessoalmente, querido camarada L.I. Brejnev, enviamos as calorosas felicitações e saudações dos comunistas portugueses por motivo da aprovação da nova Constituição da URSS, que consagra as grandes realizações e conquistas alcançadas na construção do socialismo, expressa o aprofundamento da democracia económica, social e política, que caracteriza o regime soviético, e marca o caminho seguro e exaltante para o comunismo. Estamos certos de que este objectivo será alcançado, para o bem do povo soviético e para o bem de todos os povos do mundo.

Álvaro Cunhal»

PLENÁRIO DO MOVIMENTO SINDICAL TOMA IMPORTANTES DECISÕES



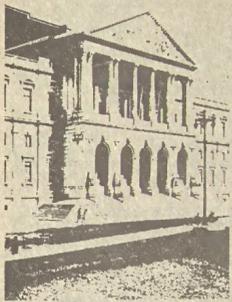
O último plenário da CGTP-IN, que reuniu em Lisboa 220 associações sindicais, analisou a situação política sindical e aprovou medidas importantes para opor à política de recuperação capitalista do Governo.

Pág. 7

OS JOVENS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA LUTA

● Mesa-redonda com camaradas da UJC e da UEC sobre o Encontro a realizar ainda este mês sobre os problemas do primeiro emprego e do desemprego dos jovens (Pág. 7).

● Os estudantes comunistas tomam posição perante a política do MEIC e o pseudo-início do ano lectivo (Pág. 3)



Os Comunistas na Assembleia da República

O agravamento da situação económica, social e política denunciado por Carlos Brito

O presidente do grupo parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, proferiu na passada quinta-feira, na Assembleia da República, uma importante declaração política sobre a situação no país:

O período de suspensão dos trabalhos da Assembleia da República, fica assinalado por um sério agravamento da situação económica, social e política, apresentando-se a próxima abertura da 2.ª Sessão Legislativa embebida de graves dificuldades para a democracia portuguesa.

Para isto contribuiu quer a orientação e a actuação governativas, quer a actividade das forças de direita, da reacção e do imperialismo.

Quanto à actuação do Governo, avultam as medidas do chamado 2.º Pacote e a aceleração da entrega das empresas interenunciadas aos antigos patrões e das acções arbitrárias e violentas contra as cooperativas e UCPs da zona da Reforma Agrária.

No seu conjunto, estas medidas conduzem e concorrem para nova baixa da produção, para o notório aumento do desemprego, para o agravamento brutal do custo de vida, para a baixa dos salários reais, para o agravamento dos défices da balança comercial e da balança de pagamentos, representando um novo agravamento da crise económica e financeira e da exploração das classes trabalhadoras.

No seu conjunto, estas medidas concorrem e conduzem a novas e mais graves tensões sociais e à multiplicação dos choques, com as consequentes medidas repressivas e sérias limitações aos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição, tudo abrindo caminho à restauração do domínio do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários.

O «2.º Pacote», ao mesmo tempo que evidencia a falência das medidas de 25 de Fevereiro, supostamente destinadas à recuperação da economia, acentua todos os traços negativos dessas medidas e a orientação desastrosa que lhes estava

subjacente — isto é, a falsa doutrina de que é possível recuperar a economia nacional com a confiança do grande capital e do imperialismo à custa dos sacrifícios dos trabalhadores e do Povo Português.

A nova e disfarçada desvalorização do escudo, o aumento da taxa de desmonte, o aumento dos preços dos combustíveis, a suspensão dos contratos de trabalho e o novo Código de Investimentos Estrangeiros (decretado na mesma altura), medidas apresentadas uma vez mais a pretexto da redução dos défices, designadamente os da balança comercial e da balança de pagamentos, nada contribuirão para atingir estes objectivos. Ao contrário, provocam a diminuição da produção nacional, um novo e acelerado acréscimo dos despedimentos e do desemprego, novas subidas de preços, a diminuição dos salários reais, gravíssimas dificuldades às pequenas e médias empresas, a ameaça de novas falências, a quebra do investimento, uma maior dependência externa e agravada sujeição ao imperialismo. (...)

Assim, exigem-se votações secretas para decidir o regresso do patrão (caso da JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS), os trabalhadores votam massivamente contra o regresso — o Governo decide entregar a empresa. Não se fazem exigências de votações, mas criam-se falsas expectativas aos trabalhadores (caso da MUNDET), subitamente o Governo decide entregar a empresa. Há graves acusações contra o patronato, há processos em tribunal susceptíveis de demonstrar a sua conduta dolosa (caso da FACAR) — mesmo assim, o Governo decide entregar a empresa. Há situações de monopólio de facto, que por si só recomendariam o atento exame do papel da unidade produtiva na economia nacional (caso da COPAM) — o Governo decide entregar a empresa. O Estado é o principal acionista, investe milhares de contos para recuperar a situação deixada pelo patronato (caso do PAO de AÇUCAR) — o Governo decide entregar a empresa. (...)

Na zona da Reforma Agrária, enquanto os trabalhadores e agricultores das cooperativas e UCPs preparam centenas de milhares de hectares de terra para as sementeiras do ano agrícola de 77/78, o Governo, em vez de fornecer sementes, adubos e outros incentivos à produção, comanda o Terreiro do Paço a aceleração do processo da entrega das melhores terras aos agrários, que ficam abandonadas, monta aparatosos dispositivos repressivos, provoca choques e conflitos e desencadeia a repressão, tudo acontecendo como se o seu único objectivo fosse impedir o aumento da produção agrícola indispensável à recuperação da economia nacional. (...)

Uma nota saliente da presente situação são os maneios dos partidos da direita e de toda a reacção, que sempre reclamaram, apontaram e apoiaram esta política ruinosa, para se demarcarem das suas consequências mais impopulares, na mira de se substituírem ao actual Governo e levarem até ao fim, e agora já sem máscara, a contra-revolução legislativa, a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, e finalmente a restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários. (...)

Sucedem-se os ataques às conquistas de Abril, aos direitos dos trabalhadores e às liberdades democráticas. Hoje já declaram serem as nacionalizações incompatíveis com a democracia preparando o tempo de afirmar, como Salazar e Caetano faziam, que a democracia é incompatível com o Povo Português.

É verdade que as recentes comemorações do 5 de Outubro

trouxeram à tona a preocupação de amplos sectores democráticos pelos destinos da democracia em Portugal. É positivo que se denuncie e alerte para as ameaças da reacção e do fascismo, mas é indispensável compreender que as trincheiras da defesa da democracia e da independência nacional são precisamente as transformações económicas e sociais operadas no processo da Revolução de Abril — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, todas as conquistas económicas, sociais e políticas dos trabalhadores e do Povo Português.

Tornaram-se nestes dias ainda mais evidentes as consequências da política externa do Governo PS.

O catastrófico aumento do endividamento externo pelo recurso sistemático e crescente aos empréstimos do exterior, o envolvimento crescente nas teias da dominação imperialista, põem a economia nacional e o país na dependência do comando e das opções do imperialismo contrários à nossa Constituição e aos interesses do Povo Português e da independência nacional.

As medidas do «2.º Pacote» e o novo Código dos Investimentos Estrangeiros são à evidência, diga-se o que se disser, algumas das condições ditadas pelo Fundo Monetário Internacional.

Não passou despercebida a coincidência entre o enunciado adiamento das negociações com o Fundo Monetário Internacional e os ataques desenvolvidos pelos partidos da direita e pela reacção interna à actual fórmula governativa. Isto pode ser uma amostra de como a partir de certos níveis de dependência económica e financeira, o imperialismo se pode ingerir em todos os aspectos da vida política nacional.

Algumas infortúnios recentes, nomeadamente em relação aos novos países africanos de expressão portuguesa e aos países árabes, e novas inflexões no discurso da nossa política externa, designadamente quanto às questões de segurança e do desarmamento, são notas positivas que também não passaram despercebidas. Entretanto, importa sublinhar que é indispensável compreender que só uma verdadeira diversificação das nossas relações externas, o respeito pelos comandos constitucionais nesta matéria e a identificação das palavras com os actos podem melhorar a defesa dos interesses e da independência nacionais. (...)

É inadiável compreender-se que só com a confiança dos trabalhadores haverá saída para os problemas com que se debate o povo e o país.

É isto que implica que se ponha uma pausa na ofensiva destruidora contra as conquistas da Revolução e se considerem as situações criadas, que se garantam as nacionalizações, que se respeite a dinâmica das novas realidades da nossa economia, que não se toque na Reforma Agrária, que se suspendam as desintervenções, que se assegurem as liberdades e os direitos dos cidadãos em todo o território nacional, que se realize uma política externa diversificada das relações, de paz e amizade com todos os povos.

Nesta base, e com a participação de todas as forças interessadas no processo democrático, é possível elaborar uma plataforma de resposta aos mais graves e urgentes problemas nacionais e na qual assente a constituição do novo Governo.

Com este objectivo, o PCP reafirma a sua disponibilidade para proceder ao exame de todas as situações com as demais forças democráticas, certo como está de que sem a sua participação não haverá saída possível para a recuperação da economia, a consolidação da democracia, a defesa da independência nacional.

Alda Nogueira em Sófia

OS TRABALHOS DA 64.ª CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Realizou-se recentemente na República Popular da Bulgária a 64.ª Conferência da União Interparlamentar, organismo internacional criado em fins do século passado e que agrupa representantes dos diversos grupos nacionais parlamentares de inúmeros países de todo o mundo.

Conforme noticiámos no último número do «Avante!», o nosso país esteve representado pela primeira vez numa sessão de trabalho desta organização, com uma delegação presidida pelo vice-presidente da Assembleia da República, António Arnaut, e composta por deputados de todos os grupos parlamentares, incluindo a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central do PCP.

Alda Nogueira referiu para o «Avante!» alguns dos aspectos mais importantes da participação da delegação da Assembleia da República, tendo começado por nos afirmar que Portugal aderiu oficialmente esta organização em 15 de Junho deste ano, constituindo-se para tal em grupo nacional ao abrigo dos estatutos da União Interparlamentar.

Todos os anos se realiza uma Conferência da União Interparlamentar — prosseguiu Alda Nogueira. A que agora teve lugar em Sófia abarcou uma vasta gama de temas importantes, como sejam aqueles que foram contemplados na ordem de trabalhos: desde o papel dos parlamentares no desenvolvimento das tensões internacionais e ao progresso no domínio do desarmamento, incluindo as armas nucleares e as novas armas de destruição massiva, até aos direitos inalienáveis à autodeterminação e à independência dos povos ainda submetidos à dominação colonial e neocolonial, passando pelo estudo de uma nova ordem económica e social e, em particular, a contribuição dos países desenvolvidos na instauração de mecanismos de cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

A INTERVENÇÃO PORTUGUESA

Segundo revelou Alda Nogueira, a delegação portuguesa participou nos trabalhos das cinco comissões especializadas, ocupando-se nomeadamente dos problemas respeitantes aos direitos do mar

e violação dos direitos dos parlamentares.

A Conferência — acentuou Alda Nogueira — abriu com um debate geral sobre o relatório do secretário-geral, P. Terenzio, relator esse que abordava a situação política, económica e social do mundo bem como as actividades da União.

Neste debate registaram-se duas intervenções da delegação portuguesa: de Cunha Leal, do PPD e Rodolfo Crespo, do PS.

«Em nome de toda a delegação portuguesa — continuou a dizer-nos a deputada comunista — António Arnaut interveio numa sessão dedicada aos povos ainda submetidos ao jugo colonial. Nessa intervenção a delegação portuguesa salientou os esforços do nosso País em manter com os novos países independentes de expressão portuguesa estreitos e fraternais laços de colaboração, acentuando-se que «esta mudança radical da política portuguesa só foi possível com a revolução democrática do 25 de Abril de 1974, que derrubou a ditadura fascista que oprimiu o povo português durante 48 longos anos. Esta odiosa tirania não incluiu apenas sobre o povo português mas também sobre os povos irmãos das antigas colónias. É por isso que combatemos juntos contra o colonialismo e o fascismo, até à libertação das nossas respectivas pátrias».

A intervenção da delegação portuguesa a cargo do deputado António Arnaut — acrescentou a camarada Alda Nogueira — encorajava ainda a calorosa saudação aos novos Estados africanos de língua portuguesa e manifestava os votos de que, brevemente, esses países se possam encontrar representados na União Interparlamentar.

Uma resolução muito importante aprovada em Sófia foi a relativa à situação na África Austral — acrescentou ainda Alda Nogueira. Nessa resolução pede-se aos parlamentos e governos de todos os países para condenarem a prática do «apartheid» na África do Sul, apela-se para que os países se abstenham de enviar armas ou

SITUAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL E PARLAMENTARES PRESOS

Uma resolução muito importante aprovada em Sófia foi a relativa à situação na África Austral — acrescentou ainda Alda Nogueira. Nessa resolução pede-se aos parlamentos e governos de todos os países para condenarem a prática do «apartheid» na África do Sul, apela-se para que os países se abstenham de enviar armas ou

equipamentos militares para a África do Sul e Rodésia, insiste-se para que sejam observadas as sanções da ONU sobre o envio de armamento, defende-se a realização de eleições livres na Namíbia, apela-se para a libertação de todos os presos políticos desta região, reconhece-se a SWAPO como legítima representante do povo da Namíbia. Quanto à Rodésia, a resolução pronuncia-se pelo desenvolvimento de esforços com vista a uma solução negociada e pela instauração de um governo maioritário legal.

Um dos últimos pontos dos trabalhos foi aquele em que foi analisada a situação dos parlamentares presos e sujeitos a torturas em diversos países, nomeadamente a situação de 42 parlamentares de 9 países, entre os quais o Uruguai, a Argentina e o Chile — acentuou ainda Alda Nogueira.

A este respeito, foi lido um relatório de uma Comissão Especial, aprovada uma resolução e várias decisões concretas relativas a cada caso.

Cada grupo nacional da União — disse Alda Nogueira — deve de acordo com essas decisões fazer diligências junto dos respectivos parlamentos e governos para que sejam levadas à prática as decisões do Conselho Interparlamentar, no sentido de que os parlamentares presos sejam rapidamente libertados.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR — ALGUNS DADOS

• As Conferências da União Interparlamentar realizam-se anualmente. A que se realizou recentemente na capital da República Popular da Bulgária foi a 64.ª sessão.

• A sede da União Interparlamentar é em Genebra e o seu secretário-geral é o parlamentar italiano P. Terenzio, que recebeu em Sófia, em audiência especial, a delegação portuguesa.

• A União Interparlamentar possui um Conselho Interparlamentar órgão composto por 2 parlamentares designados por cada um dos grupos nacionais e que reúne pelo menos duas vezes por ano.

• Existe ainda um outro órgão, o Comité Executivo, presidido por «str» Thomas Williams e por um certo número de membros eleitos em sessões plenárias. Actualmente fazem parte deste Comité Executivo parlamentar representando o Irão, o Senegal, a França, o Brasil, a Jugoslávia, o Canadá, a Espanha, a Bulgária, a Tunísia e a União Soviética.

• Saliente-se que os delegados da Tunísia e da URSS foram agora eleitos em Sófia para substituir os parlamentares da Bélgica e da Austrália que se retiraram do Comité Executivo.

• O representante da União Soviética no Comité Executivo é o camarada Petrovich Bonev, presidente do Soviete das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS desde 1974.

autoridades israelitas do mais alto nível declararam querer prosseguir e intensificar a instalação de colonatos nos territórios árabes ocupados e estender a esses territórios a legislação civil interna israelita, o que ameaça tornar essa ocupação permanente; considerando a multiplicação de incidentes e manifestações hostis à ocupação desses territórios; considerando que esta ocupação origina, da parte das autoridades israelitas, acções repressivas que afectam pessoas e bens;

1. reprovava fortemente esta política e estas práticas que contrariam gravemente a convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas;

2. Apela insistentemente a Israel:

a) para que respeite as obrigações que lhe incumbem em virtude da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção de Genebra, relativos à protecção de pessoas civis em tempo de guerra;

b) para que se abstenha de qualquer medida tendente a agravar a situação nos territórios árabes ocupados em 1967 e a prolongar esta ocupação, medidas que apenas podem ter como efeito tornar mais difícil o reinício dos trabalhos da Conferência de Genebra, entre todas as partes interessadas, único meio de se chegar a uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, que se deve fundar na integridade territorial e na independência política de cada Estado da região e no direito dos povos viverem em paz no interior de fronteiras seguras e reconhecidas ao abrigo de ameaças ou de actos de força;

3. Insiste junto de todas as partes interessadas para que se abstenham de qualquer acção susceptível de aumentar a tensão no Médio Oriente e para que apoiem todos os esforços para a realização, tão rápida quanto possível, da Conferência de Genebra.

ESTRUTURAR O GRUPO PORTUGUÊS

A determinado passo das suas declarações ao nosso jornal, a camarada Alda Nogueira salientou a necessidade do grupo português se dotar de estruturas e de regulamentos, de acordo com o artigo 5.º da União Interparlamentar. Esta necessidade — referiu — é tanto mais urgente quanto é certo que terá lugar em Lisboa, em Março do próximo ano, conforme já foi anunciado, a reunião do Conselho Interparlamentar, facto que vai certamente exigir do grupo português um trabalho adequado e responsável.

A propósito, Alda Nogueira referiu que para preparar essa reunião, se deslocou ainda este mês ao nosso País o secretário-geral da União, P. Terenzio.

Finalmente, Alda Nogueira acentuou a maneira como a delegação portuguesa foi recebida em Sófia, salientando nomeadamente uma entrevista de meia hora — a maior concedida por qualquer das delegações que se deslocaram a Sófia — realizada pela TV búlgara com a delegação portuguesa. O presidente da delegação foi ainda entrevistado para um programa especial da televisão búlgara.

Os deputados Cunha Leal, António Arnaut, Rui Pena e Alda Nogueira concederam entrevistas para a Rádio Sófia.

Deputados do PC e do PS aprovam leis de justiça

Recomeçaram, na passada quinta-feira, os trabalhos plenários da Assembleia da República, ainda no decorrer da 1.ª Sessão Legislativa, que terá amanhã o seu termo.

No sábado de manhã proceder-se-á, entretanto, à abertura dos trabalhos da 2.ª Sessão Legislativa da 1.ª Legislatura, cerimónia à qual presidirá o Presidente da República.

Entretanto, o plenário da Assembleia da República, nas duas sessões já realizadas, acabou por aprovar a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais e a Lei do Estatuto dos Magistrados Judiciais. Ambos os diplomas foram aprovados com os votos conjuntos dos deputados comunistas e socialistas, tendo votado contra os partidos da direita, PPD e CDS, que obtiveram assim uma derrota nas suas pretensões.

Ao longo do trabalho das várias sessões foi patente a oposição da «convergência» aos diplomas apresentados pelo Governo, enquanto que o Grupo Parlamentar comunista, pela voz do

deputado Vital Moreira, as considerou como uma boa base de trabalho, facto que motivou o voto favorável dos deputados do PCP, garantindo assim a aprovação das leis na generalidade.

No decorrer da sua intervenção, Vital Moreira fez sentir a necessidade de se ultrapassar a estrutura judiciária herdada do fascismo, salientando à determinado passo:

«Os juizes de carreira, numa sociedade como a nossa, extraídos dos mais altos estratos da nossa sociedade, com exigência de aquisição de título académico, com espírito de corpo mais ou menos fechado, o que implica segregação de contactos com a realidade social, podem conduzir a que a justiça seja exercida por uma parte da sociedade sobre toda a sociedade.»

Por seu turno, também os deputados comunistas Lino Lima e Jorge Leite proferiram intervenções de fundo, nas quais salientaram a necessidade de se definir uma estrutura judiciária verdadeiramente ao serviço do povo trabalhador.

Editorial

QUEM SEMEIA O PÃO E QUEM SEMEIA O ÓDIO

(Continuação da pág. 1)

o necrológio do PS. Esta crise não é uma invenção dos comunistas mas um fenómeno perfeitamente comprovado por todos os observadores políticos, inclusive do PS.

O próprio dr. Mário Soares a isso se tem referido com alguma frequência. Só que o secretário-geral do PS dá da crise interna do seu partido uma versão que não é plausível nem aceitável.

Diz o Dr. Mário Soares que o enfraquecimento e as divisões do PS têm origem na «erosão do poder». Esta explicação induz em erro e não ajuda o PS a superar a sua crise interna nem fortalece as esperanças dos seus militantes e eleitores no desenvolvimento e na vitória final do processo democrático.

Não é a «erosão do poder» mas a erosão da sua política no poder, que desprestígia e debilita o PS.

No «Manifesto dos 19» diz-se a certo passo: «Os trabalhadores, vendo postas em causa as conquistas do 25 de Abril por aqueles que se comprometeram a defendê-las, retiram ao Governo e ao Partido Socialista a sua confiança».

A ex-Secretária de Estado do Planeamento, Dr.ª Manuela Silva, diz: «As medidas de política económica a médio prazo são de travar a expansão da economia — o que se vai traduzir no agravamento do desemprego e no aumento dos preços».

O ex-ministro Medeiros Ferreira que acabou de rectificar na ONU e em conversações bilaterais a nefasta política externa do Governo do PS vê-se significativamente forçado a demitir-se depois das declarações do Dr. Mário Soares em ALENQUER, que considera dolorosas de conhecer e que «a sua dignidade não pode aceitar».

O secretário da secção de Aldoar do PS toma posição pública contra a decisão do Governo no caso da FACAR, acusando «a direcção política do partido e o Governo de serem os responsáveis pela situação degradante a que se chegou».

A opção política e de classe do grupo dirigente e do Governo do PS leva-os a espezinhar tudo, mesmo o seu próprio partido, para aniquilar as conquistas de Abril.

Pode-se perguntar a quem aproveita o enfraquecimento e a destruição do PS. Não certamente ao PCP, não ao fortalecimento da democracia em Portugal. Mas um Partido Socialista com uma tal política não serve também a democracia portuguesa e não merece que o salvem.

É uma questão dos socialistas portugueses que a dialéctica da Revolução resolverá.

Quem beneficia imediata e directamente da crise interna do PS é a direita reacção e este facto agrava ainda mais os erros, a insensatez política e mesmo a alevisia de certos dirigentes do PS.

A direita reacção ajudando a abrir a cova ao PS como partido democrático e de esquerda, trabalha activamente para recuperar o processo a seu favor.

Para o PCP e para um largo sector das forças democráticas e os militares patriotas sempre esteve claro, desde Spínola, que a direita reacção, despojada do poder político em Abril de 74 mas beneficiando largamente das indulgências e da falta de

vigilância dos órgãos do poder político-militar, se inseriu no processo democrático apenas para tentar destruí-lo e criar no mais curto prazo possível as condições para o restabelecimento de uma nova ditadura da oligarquia financeira em Portugal.

A direita reacção enganou-se nas suas forças e possibilidades e daí as derrotas do golpe Palma Carlos, do 28 de Setembro e do 11 de Março. Mas continua a conspirar, a organizar-se, a ocupar posições. E a acalentar esperanças.

O que importa de momento sublinhar é que a política de recuperação capitalista do Governo PS constitui o mais poderoso incentivo às forças da reacção, animou-as nas suas ambições políticas, abriu perigosamente o flanco das instituições democráticas aos piores inimigos da Revolução.

Está hoje claro para todos que o apoio do PPD e do CDS ao Governo do PS e à sua política era apenas uma tática para se servirem dele no desbravamento do caminho para a sua conquista do poder.

As últimas declarações de Sá Carneiro e Freitas do Amaral são inequívocas. Eles pensam que chegou a sua hora e que o PS deve passar-lhes imediatamente as alavancas do poder. E depois que vá passear, que vá para o diabo isto por agora.

A direita reacção enganou-se mais uma vez e pode estar à beira de mais um trágico desaire para as suas ambições políticas.

Porque a política dúbia do PS no Governo é um factor favorável às ambições da direita mas não é o factor decisivo.

O factor decisivo dos destinos da democracia portuguesa é o activo apoio do movimento popular e democrático aos objectivos fundamentais da Revolução, é a decisão e coragem dos militares patriotas que querem trabalhar para a felicidade do seu povo.

A reunião das 200 Comissões de Trabalhadores na Parry Son, o plenário da CGTP-IN, a resistência dos trabalhadores da Copam, da JFS, da MUNDET, da FACAR e outras empresas desintervencionadas, as grandes manifestações dos trabalhadores das UCPs do ALENTEJO, a crescente consciencialização dos militares patriotas de que é preciso travar o caminho às forças da reacção, constituem uma garantia de que a Democracia e as conquistas da Revolução serão defendidas.

É este vasto conjunto de forças que deve urgentemente dialogar para se encontrar uma plataforma de saída para a crise.

Dílogo com os trabalhadores e não com os latifundiários e monopolistas; dílogo com a CGTP-IN, a CIL e a CIS e não com a CIP e a CAP; dílogo com o PCP e com os outros partidos democráticos e não com um PPD e um CDS sedentos de poder.

O primeiro-ministro Mário Soares fala em diálogo mas leva à prática uma política que fecha a via, o diálogo democrático e está a conduzir rapidamente a uma situação irreversível. Mas atenção senhores dirigentes do PS. O povo português vê quem semeia o pão e quem semeia o ódio e tirará daí as suas conclusões.

RESOLUÇÃO SOBRE O MÉDIO-ORIENTE

No decorrer da entrevista que nos concedeu a propósito da sua deslocação a Sófia, a camarada Alda Nogueira teve ocasião de se referir a uma informação publicada na imprensa segundo a qual uma resolução aprovada sobre a situação no Médio Oriente teria sido proposta pela delegação portuguesa.

De facto, não foi exactamente assim. A delegação portuguesa apresentou, juntamente com as delegações italiana, grega e francesa, um projecto de resolução sobre a situação no Médio Oriente, que se veio juntar a outros três projectos de resolução sobre o mesmo assunto: um proposto pelas delegações egípcia, síria, jordana e libanesa; um segundo proposto pelos Estados Unidos; e um terceiro proposto por Israel.

Dada a situação, foi decidida a criação de uma comissão de redacção que apreciasse os vários projectos. Esta comissão de redacção, trabalhando sobretudo na base do projecto apresentado pelo grupo do qual fazia parte o nosso país e também na base do projecto árabe elaborou um projecto final de resolução, que veio a ser aprovado na referida comissão por 45 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contra — o de Israel.

Submetido ao plenário, esse projecto veio a ser aprovado por esmagadora maioria — mais de 600 votos a favor, algumas abstenções e um voto contra — o de Israel.

É o seguinte o texto da resolução aprovada: A 64.ª Conferência Interparlamentar, recordando as anteriores resoluções da União Interparlamentar da Organização das Nações Unidas sobre o Médio Oriente; considerando que a paz no Médio Oriente é essencial ao bem-estar dos povos desta região; à segurança da bacia mediterrânica e à paz no mundo, e que o aumento das tensões compromete as possibilidades de negociação, de progresso e de paz; considerando que as

Exames de aptidão: 58 por cento de reprovações

MEIC CONDENA MILHARES DE ESTUDANTES AO DESEMPREGO E À INATIVIDADE

Após um longo período de espera, durante o qual a maior parte dos órgãos de Comunicação foram «preparando» a opinião pública, saíram os resultados dos exames de aptidão à Universidade, que, tal como sempre foi denunciado pelas organizações representativas da juventude estudantil, vieram confirmar e acentuar o carácter selectivo, antipedagógico e antidemocrático da política do MEIC.



Na verdade, dos 16 mil alunos que prestaram provas de admissão ao Ensino Superior, apenas 6 720 (42 por cento) obtiveram aprovação. Neste número estão já incluídos todos os casos abrangidos pelo despacho do MEIC do passado dia 4, que fixa regras para a recuperação de alguns dos candidatos reprovados.

Perante uma percentagem de «chumbos» iniciais que atinja proporções escandalosas e alarmantes, o dr. Cardia resolveu, apressadamente, assinar um despacho ministerial onde estabeleceu, como condições mínimas para aprovação, uma nota positiva na disciplina de Língua Portuguesa (que foi, apesar de tudo, a que apresentou notas mais aceitáveis na generalidade dos casos) e a soma de 16 valores no conjunto das duas cadeiras nucleares desde que não fosse inferior à classificação em qualquer delas. Mesmo com a aplicação deste despacho do MEIC, foram reprovados, segundo os próprios

dados oficiais, 58 por cento dos candidatos! Quer isto dizer que dos 16 mil estudantes submetidos aos exames de aptidão cerca de 9 mil foram reprovados! A este número há ainda que acrescentar mais 4 mil estudantes que no início do ano lectivo passado se inscreveram no Serviço Cívico, mas que não compareceram nos exames de acesso ao Ensino Superior.

Assim, eleva-se a 13 mil o número de estudantes que o Governo do PS, por intermédio do MEIC, condena ao desemprego, à inactividade e muitas vezes ao desespero.

Em alguns distritos, segundo informações já apuradas, a percentagem de estudantes reprovados assume proporções ainda mais significativas, como em Évora (70,6 por cento), Santarém (73,8 por cento) ou Bragança (73,4 por cento). Refira-se ainda que em Faro a prova de Matemática atingiu os 100 por cento de reprovações!

Os alunos agora aprovados terão de ultrapassar outro obstáculo: o «numerus clausus», que abrange cerca de 13 mil estudantes, conforme revela uma portaria recentemente enviada para o «Diário da República».

ANDAR DEPRESSA... PARA TRÁS!

No decorrer da conferência de imprensa promovida pelo Secretariado da Comissão Central da UEC, para divulgar a posição dos estudantes comunistas face ao número brutal de reprovações registadas nos exames de aptidão, um dos camaradas presentes na mesa sublinhou que o número de alunos este ano aprovados nos referidos exames (cerca de 6500), é praticamente igual ao número de alunos inscritos em 1964/1965 nos primeiros anos dos estabelecimentos de Ensino Superior...

O dr. Cardia e o Governo PS estão, de facto a andar depressa... para trás! Este retrocesso de 13 anos (!) representa, por si só objectivos da acção incompetente e antidemocrática do MEIC e do Governo.

Voltar ao antipagamento em todos os sectores da vida nacional continua a ser o objectivo aparente do Governo minoritário do PS.

«SÓ A ANULAÇÃO DOS EXAMES PERMITIRÁ ENCONTRAR SOLUÇÕES JUSTAS»

Tal como salienta um documento apresentado na passada segunda-feira aos jornalistas durante uma conferência de imprensa promovida pelo Secretariado da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, o número brutal de reprovações registadas nos exames de aptidão confirma em absoluto as prevenções e previsões que a UEC repetidamente fizera, alertando para os planos governamentais de reduzir drasticamente o acesso ao Ensino Superior, recorrendo a um prévio e calculado «chumbo colectivo», de dramáticas consequências sobre o futuro de milhares de estudantes candidatos, da Universidade e do Ensino que o Povo e o País reclamam.

Mais adiante, aquele documento sublinha:

Certamente, o MEIC não deixará de argumentar com o «baixo nível das provas», a «impreparação pedagógica dos estudantes» procurando deste modo justificar medidas de selecção tripartite calculadas cujos resultados estabelecidos a priori. Demagogicamente o MEIC afirmará ainda que à última hora ainda foi obrigado a facilitar o critério de aprovação para diminuir o número de reprovações. Procurará até demonstrar, com a apressada divulgação de um súbito despacho que fixa em 13 000 o número de estudantes abrangidos pelo «numerus clausus» que não era sua intenção reprovar um número tão alto de estudantes.

Mas as justificações do MEIC, sejam elas falsas ou meias verdades não escondem que:

— Os candidatos à Universidade submetidos à aptidão em Julho de 1977 não tiveram qualquer actividade escolar durante o ano lectivo de 1976/77. Excepção feita para aqueles que podem arcar com a despesa de colégios particulares ou explicadores.

— Até Julho de 1976, quando terminaram o 7.º ano, muitos foram os que não tiveram aulas nos seus liceus por falta de colocação de docentes, tendo agora sido submetidos a avaliação uniforme.

— Que o mesmo MEIC que «inventou» o exame de aptidão abriu, em Novembro de 1976, as inscrições para o Serviço Cívico, afirmando ser este a condição para o acesso à Universidade este ano.

Depois de salientar que, através dos exames de aptidão, o MEIC e o Governo juntarão ao já numeroso exército de desempregados cerca de 13 mil novos «recrutados», o que representa de um só golpe o acréscimo de cerca de 21 por cento em relação ao número de jovens que anualmente são lançados no desemprego, o documento da UEC refere:

A nosso ver, só a anulação dos exames de aptidão aberrantes e antipedagógicos, realizados com o objectivo antecipado de reprovar milhares de estudantes, poderá permitir o encontrar de soluções justas, nomeadamente garantir o acesso ao ensino superior dos candidatos deste ano, nas condições legais que vigoravam quando terminaram o 7.º ano do liceu.

«Ao fazer esta proposta aos candidatos e ao movimento unitário que se tem desenvolvido nos últimos meses, a UEC apela a todos os que atingidos ou não directamente por esta medida, manifestem por todos os meios o seu protesto contra os chumbos colectivos, exigindo a anulação dos exames de aptidão.

A UEC apela também aos pais e familiares dos estudantes reprovados no sentido de juntarem a sua voz à dos atingidos com vista a repor uma situação justa.

Ensino Preparatório e Secundário

O MEIC É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELO ATRASO NO INÍCIO DAS AULAS

«Ao contrário do que recentemente «assegurou» o dr. Cardia e do que «informou» o «Diário de Notícias», órgão oficial do Governo, o ano lectivo nas escolas do Ensino Preparatório e Secundário não começou na passada segunda-feira, dia 10. Apesar do MEIC não fornecer quaisquer elementos verdadeiros que possam dar uma ideia do número de escolas que iniciaram as aulas, sabe-se que em todo o País apenas 20 por cento dos estabelecimentos escolares do Preparatório e do Secundário puderam funcionar no dia 10. Segundo os cálculos mais

optimistas, a situação nos grandes centros urbanos (nomeadamente Lisboa, Porto e Coimbra) só poderá vir a normalizar-se no decorrer da próxima semana, enquanto que na província, o problema encontra ainda mais dificuldades. Por outro lado, as turmas no Ensino Primário viram aumentado o número de alunos e muitos lugares para professores foram criados.

A quem cabe a responsabilidade pelo atraso no início das aulas e pelo caos que reina no sector do Ensino? Já que, demagogicamente, afirmou que o ano lectivo nas

escolas preparatórias e secundárias começaria no passado dia 10, o dr. Cardia, também podia ter revelado ao País, especialmente aos alunos e aos encarregados de educação, que na passada segunda-feira ainda havia pelo menos 60 mil professores por colocar, dos quais um grande número vê ameaçado o seu direito ao emprego. Podia ter repudiado os erros, as trocas e toda uma série de trapalhadas nas listas de colocação de professores, que vão chegando a alguns estabelecimentos de ensino, listas essas que estão sujeitas a reclamações cujo prazo expira

já amanhã (!). Podia ter revelado que, em algumas escolas do distrito do Porto, por exemplo, as listas só chegaram na tarde do passado dia 7 (sexta-feira). Podia ter informado que nas poucas escolas que em Lisboa registaram alguma actividade só funcionaram algumas turmas, mantendo-se a grande maioria dos respectivos alunos sem aulas, por falta de professores e de horários. Podia ter dito que em muitos estabelecimentos escolares só a partir desta mês se iniciaram as habituais obras de reparação, depois de três meses em que estiveram encerrados e em que esse trabalho podia ter sido feito sem prejudicar as aulas. Isto porque só recentemente o MEIC concedeu verbas e autorizações para as referidas obras.

O dr. Cardia procurou esconder informado que só no distrito do Porto não estão colocados cerca de 1000 professores do Ensino Primário. O responsável do MEIC podia ter sublinhado, igualmente, que despede professores profissionalizados, promove acções de saneamento sobre professores e funcionários do próprio Ministério por motivos políticos, desmerecendo frontalmente o estipulado na Constituição; que extingue lugares nas escolas, diminui postos de trabalho, baixa a qualidade do Ensino, não divulga as normas de concursos para professores, etc., etc.

Mas o dr. Cardia preferiu não divulgar a verdade. Optou pelo silêncio. O ministro não tem tempo para esclarecimentos à opinião pública. Só para caluniar.

Entretanto, enquanto permanecem inquietantes situações em numerosas escolas, o dr. Cardia, ministro da incompetência, continua, tranquilamente, a estudar «soluções» à medida da sua fraca capacidade, continua a apontar nos corredores do Ministério os seus objectivos tão calorosamente aplaudidos pelo PPD e o CDS, continua a impor ao País a sua confusa visão da realidade.

O sr. Cardia procurou esconder a sua incompetência através de um grande número de promessas sobre a abertura e o bom funcionamento das aulas, acompanhadas por intimidações administrativas às Comissões de Gestão das escolas. Contudo, a eficiência apregoada começou por falhar na elaboração das próprias listas graduadas onde sobressaem lacunas de nomes, surgindo outros repetidos. Tal como sublinha o comunicado do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, aprovado em Assembleia Geral de Delegados, e divulgado à população na passada segunda-feira, o MEIC pretende apresentar os professores como os responsáveis pelo fracasso da sua política. A política do Governo para as escolas tem as seguintes consequências: a escola oficial funcionará pior porque os professores não têm garantia de emprego e não lhes é dada a preparação necessária; uma escola oficial a funcionar mal só permite a educação dos que têm dinheiro para pagar anos perdidos, escolas particulares, livros caros, explicações, universidades privadas. A política do MEIC que hoje custa cara aos professores será paga amanhã por todos os trabalhadores.

POR QUE SAÍU DO GOVERNO MEDEIROS FERREIRA?

A abrupta saída do Governo do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, não deixa de causar certa estranheza, principalmente se se tiver em conta o momento em que ela ocorre.

Precisamente no domínio da política externa são conhecidas as graves responsabilidades do Governo no que se refere, concretamente, às relações com os novos Estados africanos de expressão portuguesa, cuja normalidade não se pode dizer que tenha sido uma grande preocupação do Governo PS, e com os países árabes, em relação aos quais o tratamento pretendido para Israel esteve quase na origem da mais profunda deterioração.

A presença recente do ministro dos Negócios Estrangeiros na Assembleia Geral da ONU fez crer que a política externa portuguesa se apresentava com uma nova

face, distinta da que a precedia. O discurso de Medeiros Ferreira na sala da Assembleia Geral das Nações Unidas, as afirmações que proferiu e os contactos que estabeleceu com os representantes das ex-colónias e dos países árabes, contradisseram a prática do Governo da direcção do PS em matéria de política externa. Concretamente, os seus contactos com os representantes dos países árabes e das ex-colónias e as declarações feitas traduzem o empenhamento das relações externas de Portugal num âmbito que até agora, desde a vigência do Governo do PS, não se manifestara. Mas traduzirão mesmo?

Depois da intervenção na ONU, porquê a saída do Governo do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira? Terá essa saída sido motivada

pelas suas responsabilidades anteriores na condução da política externa portuguesa, que não estava de acordo com os interesses nacionais?

Ou terá o ministro Medeiros Ferreira saído do Governo precisamente pela posição tomada na ONU?

Só as ambiguidades e a submissão da política externa do governo PS ao imperialismo podem justificar a abrupta saída do ministro Medeiros Ferreira.

Tais ambiguidades e contradições da política externa do governo PS não podem deixar de provocar a desconfiança dos povos do Terceiro Mundo e não favorecem a credibilidade internacional dos governantes portugueses.

É claro que com a nomeação interina de Mário Soares para a pasta dos Negócios Estrangeiros vai justificar-se mais compreensivelmente as incompreensões e frequentes viagens ao estrangeiro do Primeiro-Ministro português...

DELEGAÇÃO DE ESTUDO VISITA FRANÇA

A convite do Comité Central do Partido Comunista Francês partiu para França uma delegação de estudo do PCP sobre autarquias locais composta por Carlos Pinhão, membro do Comité Central, que chefia a delegação, António Marques Pedrosa, vereador da Câmara de Oeiras e deputado, José Vieira, presidente da Câmara de Almada e António Raposo, presidente da Câmara de Aljustrel. Os dois primeiros são também membros da Comissão junto do CC para as Autarquias Locais. A visita desta delegação insere-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCF.

VASTO PLANO DE COMEMORAÇÕES ASSINALARÁ EM TODO O PAÍS O ANIVERSÁRIO DO GRANDE OUTUBRO

A Grande Revolução de Outubro, que este ano, a 7 de Novembro, completa os 60 anos, a Revolução que modificou, pela 1.ª vez na História da Humanidade, radicalmente as relações entre os homens, abolindo a exploração na Rússia e então e não cessando mais de desenvolver as potencialidades da sociedade soviética, é comemorada por todo o mundo.

Também em Portugal, onde durante dezenas de anos os trabalhadores não esqueceram esta data, as comemorações estarão à altura da importância histórica do 7 de Novembro, 60 anos passados. Por iniciativa da Associação Portugal-URSS, e com a colaboração de diversas entidades, um vasto programa, à escala nacional, está programado. Aqui noticiamos os variados aspectos das comemorações que certamente irão ter o interesse e participação de muitos milhares de democratas e progressistas.

Um grupo folclórico ucraniano, «Zaparojetz», exhibe-se em Leiria, Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo, Espinho, Vila Real de Trás-os-Montes, Guarda, Covilhã, Torres Novas e Funchal.

Haverá sessões públicas em Lisboa e Porto, seguidas da exibição do grupo folclórico. Coimbra, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Covilhã, Torres Novas, Setúbal, Faro, Portimão e Silves serão também cidades em que se prevê outras sessões públicas comemorativas, esperando-se, aliás, que outras mais venham a tomar a iniciativa através das organizações locais da Associação Portugal-URSS.

A CDL colabora entretanto em exposições-venda de livros no Porto, em Coimbra, Santarém, Évora, Setúbal, Aveiro, Beja, Braga, Guarda, Castelo-Branco, Leiria, Viana do Castelo, Faro e, possivelmente em Silves, Portimão e Funchal. Exposições por toda a parte. Referimos apenas as mais importantes, como as que se prevêem sobre a Ucrânia,

a realizar em terras onde o grupo folclórico não vai. Entretanto prevêem-se exposições específicas: em Coimbra sobre «O Grande Outubro na Rússia»; em Leiria sobre «A Gravura da Lituânia»; no Porto sobre «O Artesanato da Ucrânia»; finalmente em Faro e em Portimão sobre «A vida Quotidiana na URSS».

Um pianista e uma cantora, de música clássica, farão uma «tournee» por Porto, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Beja, Faro e, possivelmente, Tomar.

Entretanto, um amplo programa de conferências e palestras, a realizar por soviéticos e portugueses, prevê-se para Vila Real de Trás-os-Montes, Viana do Castelo, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Covilhã, Beja, Torres Novas, Faro, Olhão, Silves, Lagos, São Bartolomeu de Messines e Funchal. Sessões de cinema ou ciclos de cinema soviético — apenas filmes de longa metragem em cinemas em outros locais apropriados — serão levadas a efeito em Aveiro, Torres

Novas, Évora, Faro, Portimão e Funchal. Outras sessões, de 16 mm se prevêem por toda a parte.

Edição de um livro sobre os êxitos económicos da URSS em 60 anos, de uma medalha comemorativa do 60.º aniversário e de um número especial do Boletim da Associação Portugal-URSS «Paz e Amizade», que terá um estudo sobre as repercussões da Revolução de Outubro na imprensa portuguesa da época.

Em Lisboa desenrola-se, naturalmente, o grosso das comemorações, integradas todas elas no programa nacional. Assim, teremos 15 dias de actividades na Galeria Nacional de Arte Moderna, em Belém, de 1 a 15 de Novembro. Serão 15 dias preenchidos com uma Grande Exposição de Fotografia sobre a URSS; uma Grande Exposição-Venda do livro soviético editado em Portugal antes e depois do 25 de Abril; uma outra de livros soviéticos habitualmente vendidos pela CDL; uma exposição de selos da URSS. Na sala de cinema da galeria

haverá constantemente um variado programa de animação cultural — cinema, slides, teatro, canto livre, poesia, colóquios, palestras, debates sobre a Revolução de Outubro e a URSS. Prevê-se, ainda para a galeria de Belém, o lançamento do 1.º Volume das Obras de Lênine em Português e o lançamento com sessão de autógrafos de um livro de entrevistas com intelectuais portugueses que foram à União Soviética. Também está programado o lançamento de um outro livro, este de autores soviéticos actual, em Português, sobre a Revolução de Outubro.

Haverá ainda uma exposição de artes plásticas da Ucrânia na sala de exposições do Palácio Foz, de 4 a 15 de Novembro. Também no Palácio Foz, na sala de cinema, haverá um ciclo de cinema soviético com filmes inéditos em Portugal. Espera-se exibir «O homem da espingarda», «Contos sobre Lênine», «Nos dias de Outubro» e «A domaço do fogo».

Finalmente, está marcada para o dia 5 de Novembro sessão pública no Pavilhão dos Desportos, à noite, com a participação de uma representativa delegação da RSS da Ucrânia dirigida por um vice-primeiro ministro da República e de membros da Comissão Nacional das comemorações do 60.º aniversário. Esta sessão pública será seguida da actuação do grupo de danças «Zaparojetz» e de artistas portugueses.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! Propriedade Partido Comunista Português Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769898/7 Administração Editorial Avante, SARL Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751 Direcção e Redacção Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769725/769722 Distribuição CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751 Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 769705 Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sáclito, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372238 Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28938 Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 310441 Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel.: 28394 Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564 Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel.: 23463 Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcovas de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 26361 Centro Distribuidor do Alentejo: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417 Assinaturas CDL, Departamento de Venda Directa Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1. Tel.: 763701 Publicidade Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1. Tel.: 41787 Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora Tiragem média do mês de Setembro: 75 784

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE VILA VERDE DE FICALHO: ALARGAR A INFLUÊNCIA DO PCP

Do que foi a conquista da terra pelos trabalhadores de Vila Verde de Ficalho, do que significou a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e o papel determinante do PCP nestas e outras grandes conquistas que vieram fazer da população deste lugar gente mais feliz em que a esperança e a determinação não vergam aos ataques actuais, eis os temas em debate na 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Vila Verde de Ficalho.

Nesta assembleia, os camaradas recordaram os passos fundamentais na realização da Reforma Agrária na sua zona:

«Com a conquista da Reforma Agrária os trabalhadores conseguem uma parte da sua liberdade económica e com ela a liberdade política e social. Tal como em todas as outras freguesias onde a Reforma Agrária avançou, também em Ficalho se fez produzir os campos que antes apenas serviam para caçadas e assim viram-se crescer nas herdades grandes searas. Os efectivos dos gados também foram aumentados, os olivais e outras árvores devidamente tratados. Dantes havia: 3 mil hectares de terra; 2 tractores velhos; 350 ovelhas; sementes não havia nem no celeiro nem na terra.

Hoje orgulhamo-nos de ter: 210 vacas, 450 cabras, 560 ovelhas, 750 porcos, 6 tractores de rodas, 3 tractores de rasto, 6 reboques, 2 ceifeiras-debulhadoras e toda a gama de alfaias necessárias à exploração.

Melhoramentos que efectuámos: Arranque de vastas zonas de mato, arranjo de todos os montes, construção de casões e de dez represas para regadio e para gados.

«Não foi fácil conseguirmos tudo isto se tivémos em conta o fraco apoio estatal, com frequentes cortes de crédito o que nos custou seis meses de salários reduzidos para 116500 diários, o que todos os trabalhadores da UCP

aprovaram heroicamente suportar e não perdoaram aos que dizendo-se socialistas pagam aos agrários boas indemnizações e cortam o crédito para os salários de quem trabalha».

Apesar das dificuldades e das falhas que é urgente corrigir no trabalho de organização a 1.ª Assembleia do PCP em Vila Verde de Ficalho decidiu na continuidade da luta pela Reforma Agrária:

«Para esclarecer o nosso povo e mostrarmos do que somos capazes propomos:

1.º Aumento da produção durante o ano agrícola de 1977/78.

2.º Garantir as sementeiras sem deixar um palmo de terra por semear.

3.º Criar uma célula do nosso Partido onde reunam todos os camaradas que trabalham na UCP.

Se assim for a Reforma Agrária será defendida, os postos de trabalho serão mantidos e os reaccionários serão derrotados».

DEFENDER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Sobre o trabalho dos comunistas na organização sindical dos trabalhadores agrícolas, a 1.ª Assembleia da organização de Ficalho recordou alguns aspectos da luta travada:

«A partir de meados de 1975 foram iniciados esforços no sentido da criação de um Sindicato de

SÃO MAMEDE DE INFESTA E A SUA I ASSEMBLEIA

Com a participação de 80 delegados e a presença de cem convidados realizou-se a I Assembleia de Freguesia de S. Mamede de Infesta, durante a qual foi analisada a actividade dos comunistas, eleita a Comissão de Freguesia e definido um programa de acção para a organização local.

O relatório apresentado pela Comissão de Freguesia cessante foi analisado com uma abstracção depois de ter sido discutido pelos delegados. De acordo com a experiência acumulada foi

aprovado um programa de acção que aponta directivas quanto à organização, recrutamento, Centro de Trabalho, fundos, informação e propaganda das organizações populares e administração local.

Depois de ter sido discutido e aprovado o relatório, foi eleita por unanimidade a nova Comissão de Freguesia composta por 26 membros, dos quais 13 são operários, 9 empregados uma doméstica, dois pequenos industriais e um comerciante.

JORNALISTAS CECOSLOVACOS RECEBIDOS POR ÁLVARO CUNHAL

Entre os dias 3 e 9 de Outubro, esteve em Portugal a convite do Comité Central do Partido Comunista Português uma delegação de estudo do Partido Comunista da Checoslováquia, composta pelas camaradas: Z. Hofeni, director-adjunto do "Rudé Právo", órgão central do Partido Comunista da Checoslováquia; A. Bak, director-adjunto do "Pravda", órgão central do PC da Eslováquia; e R. Kostka, director da revista de economia "Hospodárské Noviny", do PC da Checoslováquia.

Esta delegação foi recebida pelo camarada Sérgio Viarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e teve conversações com uma delegação do PCP composta por Aurélio Santos, membro do CC e responsável da Secção de Informação e Propaganda do PCP; Helena Costa, da

Secção Internacional do CC do PCP; Helena Neves, da redacção do "Avante!"; Pedro Serra, da Direcção do Sector Intelectual da DORL do PCP, e Fernando Guerreiro.

Para um melhor conhecimento da actividade do PCP, a delegação efectuou uma visita de dois dias aos distritos de Santarém e Leiria, sendo recebida por uma delegação da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo (DOROR), composta pelas camaradas Carlos Pinhão, Raimundo Cabral e Francisco Lancinha do CC do PCP e por membros de várias comissões concelhias do PCP. Foram efectuadas visitas a fábricas em Santarém e Marinha Grande e a uma UCP em Coruche.

A delegação teve ainda encontros com uma representação da UJC/UEC chefiada pelo camarada Horácio Rufino, membro do CC

REUNIÕES DE QUADROS REALIZADAS NO NORTE

No domingo passado, realizaram-se três reuniões de quadros responsáveis das Organizações Concelhias de Matosinhos, Gondomar e Mirandela a que assistiram, respectivamente, os camaradas Helena Medina, membro suplente do Comité Central, João Fonseca, e António Lopes, ambos membros do Comité Central.

Na reunião de Matosinhos, foram debatidos problemas de organização e relacionados com a situação social no concelho, tendo merecido atenção particular os que se relacionam com os trabalhadores portuários e os pescadores. Foi salientado o bom êxito que a campanha «Promoção das Conquistas de Abril» está a ter no sector onde já foi alcançada cerca de 70 por cento da meta fixada quanto à adesão de novos camaradas.

O camarada João Fonseca deu início à reunião de quadros realizada no Centro de Trabalho em Rio Tinto, analisando a actual situação política após o que se verificaram outras intervenções dos camaradas presentes. No capítulo da organização intervieram camaradas

responsáveis pelos diversos sectores, tendo sido apresentadas propostas com vista à melhoria do trabalho.

Vai ser elaborado um relatório do encontro que será discutido em todos os organismos visando a melhoria do trabalho das comissões de freguesia e concelhias.

Por último, em Carvalhais, no concelho de Mirandela, cerca de quatro dezenas de quadros do distrito analisaram a situação política da região, em particular os ataques que a CAP, com o apoio do MAP, tem desencadeado contra as cooperativas do Nordeste transmontano. Relativamente ao trabalho nas autarquias, foi frisada a necessidade de ser intensificado e melhorado. No capítulo da organização, além de terem sido salientados os significativos resultados alcançados com a campanha «Promoção das Conquistas de Abril», foram apontadas aos comunistas do distrito como tarefas centrais a luta pela resolução dos problemas da população e junto dos camponeses. A iniciar e a encerrar a reunião usou da palavra o camarada António Lopes.

Trabalhadores Agrícolas. Nesta Comissão Pró-Sindicato os trabalhadores depositaram logo a sua inteira confiança e delegaram na mesma plenos poderes para negociar com os agrários. Como resultado destas negociações e não querendo os agrários ceder às exigências há muito contidas nos feitos heroicos do proletariado rural do Alentejo, aí estivamos nós na primeira greve verificada após o 25 de Abril.

E, camaradas, foi a primeira vitória alcançada sobre o fascismo materializado nos grandes agrários, um dos principais suportes dos governos de Salazar e Caetano.

Assim e conforme o rendimento colectivo das herdades, assistimos pela primeira vez ao fim do desemprego na nossa terra através da distribuição de homens e mulheres pelas terras dos agrários e dos grandes agricultores, obrigando-os a aproveitarem melhor as terras que possuíam.

Vitória após vitória, chegámos aos 180000 por dia, com dificuldades é certo mas sempre com a certeza de vencer e a firmeza de consolidar a Revolução de Abril. E os agrários tremem face ao avanço dos trabalhadores organizados no seu Sindicato com a orientação e impulsionamento do nosso Partido.

Camaradas, a Revolução avançou mais quando os trabalhadores passaram a controlar as herdades, na sua maior parte incultas ou amaiagadas. Nesta altura todos ficámos com a certeza de que o processo seria irreversível e que os agrários jamais nos fariam curvar perante eles e que jamais passaríamos a ter os sete ou oito meses de «férias» forçadas, que é como quem diz, os tais meses terríveis de desemprego.

«Mas infelizmente camaradas, (e façamos aqui a autocritica) é a sombra destas conquistas alcançadas fomo-nos deixando adormecer, e tenhamos coragem de o reconhecer». Para resolver esta situação de certa apatia em relação à organização sindical que se manifesta, por exemplo, através do «abandalar da quotização considero a Assembleia da Organização de Ficalho que urge tomar as seguintes medidas:

1.º Incentivar a confiança na Direcção do Sindicato

2.º Combater os boatos e calúnias que os reaccionários levantam a todo o momento contra o Sindicato e os seus dirigentes;

3.º Encarar o futuro com confiança, porque quem se soube aguentar sem receber o salário durante meses a fio, também saberá dar a resposta que

merecem todos os mentirosos, caluniadores e inimigos do progresso social».

SOBRE A LUTA IDEOLÓGICA

No domínio da luta ideológica particularmente acesa nas regiões da Reforma Agrária, os camaradas recordaram o trabalho do PCP neste aspecto, trabalho este árduo em todos os campos, mas não menos corajoso contra a repressão fascista, contra os boatos, calúnias e ultimamente contra uma arma em que a reacção ao imperialismo apostaram forte: o ultra-esquerdismo».

Depois de denunciarem veementemente alguns dados do jogo dos esquerdistas na zona da Reforma Agrária apoiados pelo CDS, pelo PPD e até por dirigentes do PS, os camaradas reunidos na Assembleia da Organização de Ficalho consideraram que:

«Camaradas, é altura de perguntarmos porque atacam os ultra-esquerdistas tanto o PCP e não a direita reaccionária? Nós comunistas já há muito o sabemos, mas também sabemos que existem alguns trabalhadores ainda iludidos tanto num lado como noutro, ou seja tanto na social-democracia como no ultra-esquerdismo. É sobre isto que nos devemos debruçar com mais atenção, para com o nosso esforço dedicado sabermos conquistar para o nosso lado, aqueles que são nossos aliados naturais de classe, e só por terem sido vítimas de calúnias e desinformados se apresentam hoje do outro lado da barreira».

«Devemos preparar-nos estudando a teoria marxista-leninista e aplicando-a na prática porque os restos do fascismo derrubado em 25 de Abril não deixarão de tentar ocupar o lugar que já tiveram na vida política portuguesa.

Os capitalistas sabem hoje que é melhor gastarem 100 contos na preparação de um quadro que engane os trabalhadores do que 105000 numa bala. Daí que a guerra que se trava hoje seja também uma guerra de cultura e não há nenhum povo no mundo que sendo culto possa ser explorado».

No contexto da luta ideológica, a propaganda constitui um dos meios mais importantes. Conscientes deste facto, os camaradas de Vila Verde do Ficalho consideram necessário que:

1.º Criar um organismo de informação e propaganda que melhore o trabalho neste campo;

2.º Melhorar a divulgação e informação do «Avante!», «O Militante» e demais edições do nosso Partido;

3.º Melhorar a distribuição da propaganda, organizando-a e planificando-a de modo a que chegue a todos os cantos da freguesia;

4.º Intensificar as iniciativas de animação política como festas, sessões de esclarecimento, comícios etc.

Camaradas, estamos certos de que vamos melhorar o trabalho neste campo, porque melhorar o trabalho de informação e de propaganda é elevar a consciência política dos trabalhadores, é esclarecê-los, é alargar a influência do nosso Partido».

Estiveram presentes na Assembleia 30 delegados e 300 convidados, tendo sido eleito a nova Comissão de Freguesia. Esteve presente o camarada Moreira Rita, da DORA e membro Suplente do CC, que encerrou os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política e aspectos da organização do Partido.

No Comité Central, a delegação foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, estando presente Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

Todos os encontros e visitas decorreram num ambiente de franca amizade e camaradagem, tendo a troca de informações e de experiências contribuído para o reforço dos laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

No próximo dia 15 do corrente, pelas 21 e 30, prevê-se a realização de uma sessão de esclarecimento sobre problemas do arrendamento rural, especialmente dedicada a pequenos e médios agricultores. A sessão terá lugar no Pechão, Olhão, e nela participará o camarada Vitor Louro.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

No sábado, dia 15, nas instalações do Instituto de Obras Sociais (IOS), em Matosinhos, terá

lugar a eleição da nova Comissão de Zona de Matosinhos-Leça do nosso Partido. Com o objectivo de preparar a reunião e eleger os delegados, têm-se efectuado reuniões dos organismos daquele sector.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.

Recentemente, realizaram-se as assembleias das células do motoristas marítimos e da administração do porto de Leixões (APDL), tendo sido eleitos os respectivos secretários.

Promovido pela secção de informação e propaganda do Comité Local da Damaia, realiza-se no próximo dia 13 um debate sobre a Reforma Agrária, com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. O debate realiza-se pelas 21 e 30, no Centro de Trabalho.

Em Monchique, no dia 16, pelas 15 e 30, também com a participação do camarada Vitor Louro e sobre os mesmos problemas, realiza-se uma sessão de esclarecimento, na Casa do Povo.



O salão da Incrível Almadaense encheu-se

Joaquim Gomes em Almada:

«O GOVERNO PS JÁ CAUSOU DANOS IRREPARÁVEIS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO»

Ao lançar-se a «promoção dos 10 000», o Partido não teve apenas em vista alargar os seus efectivos. Não se trata, de modo algum, dum problema de números. Trata-se, sim, de dar através desta promoção uma resposta política àqueles que sonham ainda com o isolamento e enfranqueamento do Partido, afirmou o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, no decorrer dum comício efectuado na passada sexta-feira em Almada e organizado pela Comissão Concelhia local do PCP.

Entretanto, em vez de uma política que tente resolver este grave problema, o Governo parece apostado em fomentá-lo.

Só no distrito do Porto — acrescentou o camarada Joaquim Gomes, a título de exemplo — de Janeiro até Agosto foram atirados aos 7 500 desempregados mais de 7 500 trabalhadores. Em Coimbra, mais de 1 500, etc. etc.

democrático para a democracia ser respeitada.

Se a realidade política do Governo PS causou já ao processo democrático danos irreparáveis, ela teve também a virtude de desfazer muitas iluções, de reforçar no conjunto da classe operária e dos trabalhadores em geral o seu espírito de classe.

Teve igualmente a virtude de reforçar a unidade dos trabalhadores em volta da necessidade de defender os seus interesses económicos, sociais e políticos ameaçados pelo Governo e pelo patronato reaccionário.

A tomada de posição destes 19 elementos da Comissão Nacional do PS — acrescentou — é o começo duma vaga de fundo que trará ao de cima as discordâncias dentro do Partido Socialista, em consequência da total capitulação perante a reacção, os monopólios e o imperialismo.

Muitas vezes afirmámos que a política de alianças à direita seria uma política suicida para o PS. Os factos comprovam que não há uma razão. Ao manifestarmos esta opinião nós manifestávamos também a nossa confiança na verticalidade democrática e socialista de muitos militantes do PS.

Ao finalizar a sua intervenção neste comício que encheu o salão do fascio da Incrível Almadaense e que terminou com uma sessão de Canto Livre, o camarada Joaquim Gomes abordou a «Promoção das Conquistas de Abril» tendo afirmado a concluir:

Pensamos que estão criadas condições óptimas para se dar cumprimento à «Promoção das Conquistas de Abril». Os exemplos que nos chegam de numerosas organizações do partido, indicam que a tarefa pode ser e será cumprida e ultrapassada. Mas, camaradas, é preciso não perder tempo. É preciso que cada organismo do Partido organize a sua própria campanha.

É preciso fazer um balanço em cada empresa e locais de trabalho para avaliar das possibilidades de promoção. A experiência do Partido ensina que sempre que nos dirigimos aos trabalhadores e às massas, elas correspondem aos nossos apelos. Para cumprir com êxito a tarefa somos nós que temos de ir até aos trabalhadores, até aos homens e mulheres que estão do lado da democracia e do progresso.

Mão à obra camaradas! Mais 10 000 para defender ABRIL.

«A decisão de semear as terras devia ter merecido o carinho e o apoio do MAP. Mas tal não sucedeu. A resposta imediata do MAP foi atacar algumas unidades colectivas de produção, foi tentar criar uma situação que levasse os trabalhadores ao desespero e ao desânimo».

Mais adiante, precisando esta política, salientou:

«Não são pois os Interesses nacionais que movem os srs. Barreto e Portas. O que os move são os interesses dos parasitas e dos latifundiários e o seu anticomunismo primário, que o sr. ministro não consegue disfarçar. De qualquer modo a Reforma Agrária vai continuar porque ela corresponde aos interesses da Nação e do povo».

«Por outro lado, e em consequência da política antioperária e antinacional do Governo PS, o número de desempregados não pára de crescer».

Segundo as estatísticas o volume de desempregados atingiu já meio milhão.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

MOVIDOS PELOS INTERESSES DOS PARASITAS

«A decisão de semear as terras devia ter merecido o carinho e o apoio do MAP. Mas tal não sucedeu. A resposta imediata do MAP foi atacar algumas unidades colectivas de produção, foi tentar criar uma situação que levasse os trabalhadores ao desespero e ao desânimo».

Mais adiante, precisando esta política, salientou:

«Não são pois os Interesses nacionais que movem os srs. Barreto e Portas. O que os move são os interesses dos parasitas e dos latifundiários e o seu anticomunismo primário, que o sr. ministro não consegue disfarçar. De qualquer modo a Reforma Agrária vai continuar porque ela corresponde aos interesses da Nação e do povo».

«Por outro lado, e em consequência da política antioperária e antinacional do Governo PS, o número de desempregados não pára de crescer».

Segundo as estatísticas o volume de desempregados atingiu já meio milhão.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

Uma exposição estará patente durante todo o domingo no átrio da Junta de Freguesia do Bonfim.

«Guilherme da Costa Carvalho», sito na Rua D. João IV, no Porto.

Cerca das 10 e 30 realiza-se uma romagem à campa do nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho que dedicou a sua inteligência, a sua combatividade e vida à luta da classe operária portuguesa contra o fascismo, desaparecido prematuramente devido à criminosa incuria da PIDE que impediu o tratamento adequado a uma doença que o viria a vitimar.

A partir das 15 e 30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, haverá uma festa dedicada às crianças, seguindo-se um convívio. A noite, depois de uma intervenção política proferida por um membro da direcção do Partido, será projectado um filme.

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL

ADERE
AO
PCP

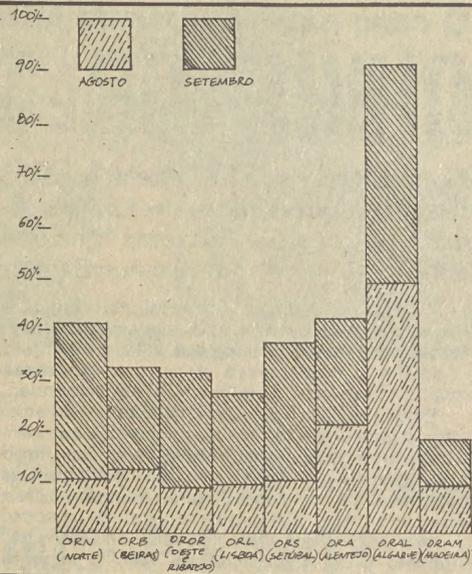


A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA

Organização Regional ou de Região Autónoma	Agosto	Setembro	Soma	Metas estabelecidas para a Campanha
Norte	187	553	740	1 800
Beiras	89	141	230	700
Oeste e Ribatejo	63	158	221	700
Lisboa	269	497	766	2750
Setúbal	183	493	676	1 800
Alentejo	383	375	758	1 800
Algarve	147	129	276	300
Açores	?	?	?	75
Madeira	7	7	14	75
	1328	2353	3671	10 000

O quadro mostra o andamento da Campanha até ao início do presente mês. Repare-se que os resultados já alcançados se referem a dois meses de verão e de férias, portanto não particularmente favoráveis a uma Campanha deste tipo. Sublinhe-se ainda que a não inclusão de números dos Açores se deve à impossibilidade da recolha de dados até ao momento da feitura deste quadro.

Este gráfico mostra bem que, apenas com dois meses de esforço militante, a Campanha tem avançado e conseguido, em muitos locais, percentagens elevadas das metas previstas. É claro que esta evolução diz respeito às percentagens de cada organização e não a números absolutos. Mesmo assim destaca-se o caso do Algarve, cuja Organização Regional obteve já mais de 90 por cento das inscrições que a sua meta previa!



A CAMPANHA EM MARCHA!

A CAMPANHA ESTÁ NA RUA

Não é certamente em todo o lado que se podem já ver as faixas, as decorações, os múltiplos aspectos que as organizações escolheram para trazer ao conhecimento de amplas massas os objetivos que o PCP se propõe levar a cabo até ao fim do ano, fortalecendo as suas fileiras com a adesão de 10 mil novos militantes. Mas já muitas delas com as suas distribuições de documentos, com a formação de bancas, com os porta-a-porta orientados, transportaram para o domínio público o entusiasmo que determina a actividade de tantos militantes. Trazendo a Campanha para a rua, para o conhecimento público, as organizações estendem as possibilidades de um grande êxito.

REUNIÕES COM SIMPATIZANTES

Não é novidade acontecerem reuniões do Partido abertas a simpatizantes. Esta prática, vulgar nas assembleias de organismos e quando se tratam problemas respeitantes aos interesses dos trabalhadores de empresas ou de sectores profissionais, tem produzido sempre bons resultados. Amigos que desejam ou aceitam participar em reuniões dos comunistas têm dado por vezes excelentes contributos ao esforço dos militantes e dos organismos e, por outro lado, verificam eles próprios a democracia de um Partido cujos interesses coincidem sempre com as aspirações dos trabalhadores e do povo.

A Campanha, tem levado a efeito reuniões com simpatizantes, e citamos o exemplo recente da célula da Sorefame, cuja reunião se transformou numa sessão de esclarecimento muito útil. Outro organismo, de uma grande empresa de Lisboa, convidou mais de meia centena de simpatizantes; comparecendo mais de quatro dezenas, a reunião teve como resultado, entre outros, a adesão de 6 novos camaradas.

METAS JÁ ULTRAPASSADAS

As metas que nos propusemos, partindo da meta de 10 mil a alcançar até ao fim do ano, subdividindo-se esta em tantas metas quantos os organismos do partido e as suas possibilidades, têm muitas vezes parecido demasiado modestas para determinadas organizações. Células há que logo ultrapassaram as metas previstas e tiveram de as aumentar.

Aumentar as metas não é uma orientação a generalizar, tendo em conta que, se alguns organismos as ultrapassam com facilidade — e decerto nesses casos a sua tarefa não acabou, devendo continuar a procura de novas adesões, outras há em que se verifica a justeza da primeira meta fixada. No cumprimento dela se devem fazer incidir os esforços, estudando as formas de levar por diante, com êxito, a sua parte do trabalho a fazer para alcançar o objetivo.

É de assinalar, no entanto, que metas houve de tal modo modestas, que tiveram quase imediatamente de ser revistas e aumentadas. Como o exemplo daquele organismo que previa recrutar 12 novos membros, obteve logo 14 novas adesões e decidiu fixar nova meta — 40 membros!

DECORAÇÃO DE CENTROS DE TRABALHO

Os Centros de Trabalho decorados com motivos alusivos à Campanha dinamizam o trabalho, animam o esforço dos militantes, criam o ambiente acolhedor de cada Centro, trazem para o nosso lado novos camaradas, preparam, por assim dizer "a casa" para receber novos camaradas. A decoração dos Centros de Trabalho é já uma realidade em algumas zonas do País, embora não esteja incrementada por todo o lado do mesmo modo.

Nas zonas de Lisboa, Setúbal e Porto é onde se verifica a maior quantidade de Centros decorados, constituindo assim exemplos a seguir, convidando outros Centros a, cada um a seu modo, oferecer ao visitante, ao novo membro, a imagem de um Partido empenhado na grandiosa tarefa de reforçar as suas fileiras!

BOM ANDAMENTO NO NORTE

Continua a saldar-se por um importante êxito na Organização Regional do Norte a Campanha "Promoção das Conquistas de Abril". Segundo apurámos, no passado dia 10 de Outubro, já haviam sido inscritos no Partido 53 por cento dos militantes previstos na meta fixada neste sector, confirmando o reforço da implantação e influência do PCP nos cinco distritos do Norte.

Enquanto todos os Centros de Trabalho têm as suas paredes ornamentadas com cartazes e painéis alusivos à Campanha, foram colados milhares de cartazes e desfaldadas dezenas de panos nas ruas do Porto e noutras localidades, não obstante as medidas restritivas à liberdade de informação e propaganda decididas ilegal e inconstitucionalmente por determinados edis que têm um sentido de limpeza a saber muito ao "antigamente".

Realizaram-se, no âmbito da campanha de recrutamento em curso, várias sessões de esclarecimento, nomeadamente em Amarante, no passado dia 4 do corrente, com a presença de cem pessoas.

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO

No concelho de Loures, a par de duas sessões de esclarecimento, de um esforço realizado nas comissões de freguesia e nas células de empresa para dinamizar e organizar a Campanha, realizou-se, no passado dia 5 de Outubro, um almoço de confraternização.

Aproveitando as comemorações da implantação da República, reuniram-se num almoço, em Lousa, 120 antifascistas, entre comunistas e outros democratas. Sensíveis à Campanha "Promoção das Conquistas de Abril", aí aderiram ao PCP 16 novos militantes, a maioria dos quais são mulheres.

DISTRITO DE ÉVORA

No distrito de Évora a Campanha também avança. Em Évora realizou-se uma reunião em que participaram 200 camaradas, encontrando-se presente o camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC. Logo a seguir verificaram-se as adesões de mais de uma dezena de simpatizantes.

Por outro lado, em S. Pedro da Gafanhoeira, Arraiolos, inscreveram-se mais 10 novos camaradas, entre os quais um pequeno agricultor e um ex-membro do PS, no seguimento de uma sessão aí realizada.

Em Silveiras, Montemor-o-Novo, uma sessão de esclarecimento trouxe ao Partido a inscrição de 8 camaradas, 7 dos quais são mulheres.

VILA FRANCA DE XIRA

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira editou um desdobrável, no âmbito da Campanha, onde pode ler-se, a dado passo:

"No concelho de Vila Franca de Xira, o PCP conquistou um grande prestígio e influência. Muitos milhares de simpatizantes e amigos do Partido têm demonstrado sucessivamente a sua confiança no PCP, participando nas suas iniciativas quer a nível concelhio, quer a nível nacional e juntamente com os militantes comunistas têm defendido a revolução.

O documento termina apelando aos simpatizantes e amigos para que adiram ao PCP.

INAUGURAÇÃO EM SEDA

No sábado passado, dia 8 de Outubro, realizou-se em Seda, Portalegre, uma festa integrada na Campanha para o Centro de Trabalho do PCP e, simultaneamente, na Campanha "Promoção das Conquistas de Abril". Um encontro de futebol, entre a equipa do CT de Portalegre e uma equipa de Seda teve lugar de tarde. À noite houve uma sessão política em que participou o camarada Diniz Miranda, da Comissão Política do CC do PCP. Seguiu-se uma sessão de Canto Livre e baile popular.

"AGORA É QUE É NECESSÁRIO!"

Em Montargil, uma reunião com algumas centenas de trabalhadores teve como resultado a inscrição imediata de 26 novos camaradas, entre os quais 21 mulheres. Por outro lado, em Cabeço de Vide, Fronteiras, verificou-se, em duas reuniões, mais de uma dezena de inscrições. Por todo o Alentejo se verificam novas adesões, nas reuniões de esclarecimento e nos porta-a-porta. Por exemplo, em São Teotónio, Odemira, uma iniciativa deste tipo ultrapassou a meta prevista para a localidade, inscrevendo-se 17 novos amigos. Em Marmelar, Vidigueira, foram 16 as inscrições. Em Ferreira do Alentejo, cuja meta era de 117 novos militantes a inscrever, os camaradas conseguiram a adesão de 100 amigos e pediram mais 50 fichas. Em Cuba, entretanto, 3 pessoas inscreveram-se numa pequena reunião com 23.

Dizem-nos que a resposta frequente dos novos camaradas, quando se lhes pergunta o porquê da sua inscrição neste momento, é: "Agora é que é necessário!"



CAMARADAS QUE SÃO EXEMPLO

Já aqui referimos as vantagens do esforço individual de cada militante que desenvolve a sua actividade no âmbito da Campanha "Promoção das Conquistas de Abril". Não faltam exemplos de que a atenção de cada camarada, o seu espírito militante, a sua vontade de trazer à luta novos camaradas e o seu conhecimento do meio em que vive, podem proporcionar excelentes resultados e mesmo algumas surpresas. E falámos daquele camarada de Silves que trouxe ao Partido nada menos que 45 inscrições...

EM LISBOA

Um outro camarada, desta vez num bairro da Lisboa velha, encontrando-se de férias, pôs-se ao trabalho. Com a ajuda de mais um ou dois jovens levou a cabo um trabalho cujos resultados, à data em que obtivemos a informação, já se cifrava em 34 adesões, quando a meta da sua organização era de 45. Distribuindo boletins nas caixas do Correio e apontando as respectivas moradas, o camarada visitava as pessoas no dia seguinte. O resultado desta actividade foi logo de 16

EM PENICHE

Em Peniche, entretanto, durante a última semana, um camarada deu-se ao trabalho de elaborar uma lista de pessoas que conhecia e lhe pareceram susceptíveis de aderir ao Partido. Depois foi falar com essas pessoas. O resultado cifrou-se em 20 novas adesões. Muitos dos novos camaradas, homens e mulheres, disseram-lhe que já esperavam que algum amigo, um dia destes, lhes propusesse a inscrição no PCP...

A iniciativa e audácia dos camaradas, como estes dois exemplos de Lisboa e Peniche comprovam, é um factor decisivo para o reforço do Partido!

ESTAR «MADURO» PARA SER COMUNISTA?

Não é raro, numa reunião do Partido, um camarada a quem se pergunta quais as possibilidades de encontrar na sua empresa novos camaradas, responder com demasiada rapidez que contacta, na sua secção com uma dezena de amigos do Partido, que compram e lêem o «Avante!», que contribuem mesmo para o PCP, que se mostram dignos e honestos e firmes na luta diária mas que «não estão ainda maduros» para se tornarem membros do Partido.

Muitas vezes, trata-se de uma posição injusta, posição sectária e fechada, a do camarada que assim pensa e assim diz. Posição que a Campanha tem de ajudar a combater, esclarecendo os camaradas e levando-os a reconsiderar, abrindo a muitos mais trabalhadores e democratas a possibilidade de se tornarem comunistas dentro do PCP.

Seria muito fácil, se não fora às vezes o pequeno orgulho pessoal e sectário de alguns camaradas, verificar que, cada um de nós, antes de começarmos a militar no Partido éramos apenas simpatizantes, com inúmeras dúvidas que o Partido esclareceu, com inúmeras perguntas a fazer a que o Partido respondeu, com tantas e tantas concepções erradas, que

a vida de militante, organizado e activo, veio a corrigir.

As três condições leninistas para ser membro do Partido são as mesmas desde sempre e são muito simples: é estar de acordo com a linha do Partido e com o seu programa, é contribuir financeiramente para o Partido com a sua quotização, é, finalmente, militar numa das organizações do Partido.

Sem dúvida que é necessário estudar, que é necessário conhecer os estatutos do PCP, conhecer o seu programa, discutir e estar a par do que são as propostas do PCP para a situação política de um dado momento. Sem dúvida que todos os camaradas têm o dever de estudar os materiais do Partido, fortalecerem os seus conhecimentos do marxismo-leninismo. Mas um comunista, um militante, não é necessariamente um «teórico» carregado de noções e de livros que leu e não assimilou porque não pôs à prova os seus conhecimentos na prática da luta diária. Quantos e quantos membros do Partido não são mais coerentes na sua prática revolucionária que o «teórico de bolso» que aprende tudo, fala de tudo e não deu um passo que fosse para concretizar as suas ideias?

É dentro do Partido que se aprende a ser membro do Partido, que se aprende o que é ser comunista. É dentro do Partido que os comunistas «amadurecem» e se tornam verdadeiros revolucionários, é aí que vão consolidando as suas ideias, esclarecendo muitas das dúvidas naturais, é no Partido que têm a possibilidade de aprender melhor porque diariamente aplicam na prática os conhecimentos teóricos que a própria vida e o estudo põem à sua disposição. É organizando-se que aprendem a organizar-se, é lutando que aprendem a lutar, é discutindo fraternalmente nas reuniões que aprendem a democracia leninista, é criticando e autocriticando-se que aprendem o valor da crítica e da autocritica.

Os comunistas não são diferentes das outras pessoas. Têm os seus defeitos e as suas qualidades, porque são homens e mulheres como toda a gente. Mas o Partido dá-lhes todos os dias a possibilidade de serem melhores, de aperfeiçoarem os seus conhecimentos, de serem aquilo que o povo espera deles — os honestos e firmes defensores dos interesses dos trabalhadores e das suas conquistas, os que estão na vanguarda de uma luta virada para o futuro.

INICIATIVAS

No próximo dia 16, em quatro localidades de São Domingos de Rana, Cascais, vão realizar-se outras tantas sessões de esclarecimento em que participa o camarada Judas, da DORL. Entretanto, pelas 9 horas da manhã, em cada uma dessas localidades está prevista a venda de produtos da Reforma Agrária. O horário das sessões de esclarecimento, cujo tema se integra na Campanha "Promoção das Conquistas de Abril", é o seguinte:

Em Matos Cheirinhos, no Largo do Chafariz — às 10 e 45;
Em Caparide, Largo do Chafariz — às 9 e 45;
Em Abóbada, próximo da Sociedade — às 11 e 45;
No Azambujal, Largo do Forno da Cal — às 12 e 30.

Ainda no concelho de Cascais, três Centros de Trabalho estarão preparados, a partir da próxima semana, para receber todos os amigos que lá se dirijam a fim de receber esclarecimentos e informações sobre o Partido e sobre a política dos comunistas. Segundo as tarjetas que anunciam esta iniciativa que se desenrolará em salas preparadas para o efeito e com a presença de um camarada responsável, o horário é o seguinte:

No CT de Cascais — 4.ª feiras e sábados, às 21 horas.
No CT da Parede — 6.ª feiras às 21 horas;

No CT de Trajouce, S. Domingos de Rana, aos sábados a partir das 17 horas.

Prevê-se para o próximo dia 19, uma sessão de esclarecimento, na Sala dos Congressos do antigo Casino, no Estoril, às 21 horas, com a participação do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP. Esta sessão, integrada na Campanha, é iniciativa da célula da Indústria Hoteleira do concelho de Cascais e é aberta a todos.

Amanhã, 6.ª feira, em Montemor-o-Novo, haverá uma festa com Canto Livre.

No próximo Domingo, em São Sebastião de Festejo, Évora, a Festa de inauguração do Centro de Trabalho integrar-se-á também na campanha "Promoção das Conquistas de Abril".

Em Campo Maior, a Comissão de Mulheres, empenhada nas tarefas da Campanha vai, dividida por zonas contactar com as mulheres simpatizantes do Partido, esperando-se novas adesões.

Em Leiria, formada que está uma comissão Coordenadora da Campanha, com a tarefa de dinamizar e sensibilizar a população, particularmente os nossos amigos e simpatizantes, prevê-se já, para Novembro, a realização de um Canto Livre. Formada uma vasta equipa de camaradas distribuída por fábricas, escritórios e determinadas zonas do concelho. No âmbito da propaganda vai ser profusamente distribuído um comunicado — apelo a todos os democratas e amigos do Partido para se inscreverem.

Algumas iniciativas no Norte: Os camaradas da Célula do Grupo Mondego vão promover no próximo domingo, dia 16, a partir das 15 horas, um piquenique no Monte do Crasto, aberto a todos os trabalhadores.

Por iniciativa das organizações locais do Partido efectuam-se amanhã, sexta-feira, duas sessões de esclarecimento em S. Mamede de Infesta, nas instalações do "Flor de Infesta" e no Bairro do Cerco do Porto, no Centro Social, que serão orientadas respectivamente pelos camaradas António Abreu, membro suplente do CC, e Henrique Sousa, membro do executivo do Secretariado da DORN.

O caso escandaloso da MUNDET

OUVIR OS TRABALHADORES, REPÔR A VERDADE

A desintervenção é alheia a razões económicas. A empresa prosperou durante a intervenção do Estado. A decisão do Conselho de Ministros é um acto político de extrema gravidade. Os trabalhadores esperam que o Governo reconsidere e corrija o erro cometido

O portão da Mundet, no Seixal, abriu-se para a reportagem do Avante!, na última segunda-feira. Mas o trabalhador que vigiava voltou a fechá-lo e assim permanecerá para os «gestores qualificados» que o Governo para lá quer mandar.

Em plena laboração, que o assalto do Governo não prejudicará, a fábrica apresentava a sua cara de todos os dias. Funcionando como um corpo vivo que cuida de si próprio, os imensos pavilhões das várias secções da fábrica, o bloco dos serviços administrativos, a creche, o refeitório, mantinham, apesar do ambiente vigilante e da disposição de luta, o aspecto arejado de quem receberá no dia seguinte os mesmos trabalhadores para as mesmas tarefas. Na fábrica respirava-se o ambiente dos que confiam na sua razão justa e na justiça dos objectivos que defendem com a unidade bastante para resistir e vencer.

O recurso que a Comissão de Trabalhadores apresentou no Supremo Tribunal Administrativo contra o Conselho de Ministros, na pessoa do seu presidente, o dr. Mário Soares, pede a anulação da medida ilegal, que manda entregar a empresa aos «respectivos titulares».

É tempo de o Governo ouvir os trabalhadores da Mundet. A sua proposta é conhecida e tem a autorização não a falsidade da nota do MIT, mas sim anos de trabalho fecundo para a salvação da empresa e para benefício da economia nacional.

Os trabalhadores querem ver as unidades fabris que salvaram da ruína transformadas numa empresa mista, propriedade do Estado e dos próprios trabalhadores. A razão de ser e a justiça desta proposta, abalizada pelo voto secreto do plenário, são conhecidas do Governo do PS e foram apoiadas pelos trabalhadores socialistas, comunistas e sem partido.

O comunicado conjunto do último dia 6, subscrito pela célula do PCP e pelos trabalhadores socialistas da Mundet é a prova real da unidade sem a qual o trabalho destes últimos anos não teria fecundado e injectado sangue novo numa empresa velha de 102 anos que se mantém viva pela força, a confiança e a unidade dos seus 1 017 trabalhadores do Seixal e do Montijo.

321 ANOS DE TRABALHO

Conosco, a responder às nossas perguntas, estão sete trabalhadores, designados pelos seus companheiros para a Comissão de Gestão. São trabalhadores experientes, que conhecem a empresa como as suas mãos. Somados, os anos de casa dos 9 membros desse Conselho, saído da Comissão de Trabalhadores e confirmado em plenário, atingem o total de 321 anos de trabalho. Com a excepção de um deles que entrou em 1975 enviado para integrar a Comissão Administrativa de então, todos os outros têm mais de trinta anos de casa e quatro mais de 40. Aqui

ficam os seus nomes: Fernando Gonçalves, José Manuel Ferreira, José Neves, Manuel Nunes,



A Comissão de Trabalhadores da fábrica do Seixal. Homens decididos a defender, juntamente com todos os seus companheiros e companheiras, os 1017 postos de trabalho do Seixal e do Montijo, incluindo 79 criados pelo esforço dos trabalhadores, depois de o Estado intervir na empresa



A volta desta mesa estão mais de trezentos anos de trabalho ao serviço da Mundet. Rogério Pina, Fernando Gonçalves, Manuel Nunes, José Manuel Ferreira, José Neves e Estêvão Homem, da Comissão de Gestão, e a camarada Maria José Conceição Pereira Santos, do secretariado da célula do PCP na empresa, com o redactor do «Avante!»

Estêvão Homem, Rogério Pina, Manuel Marques, Manuel Rebelo, Mário Tiago.

Presentes também Maria José Conceição Pereira Santos (32 anos de casa) do secretariado da

célula do PCP na fábrica, e Manuel Capitulo (42 anos de casa) da Comissão de Trabalhadores.

«NÃO SE SOMAM BATATAS COM CEBOLAS»

«É esta uma das primeiras lições que se aprende na escola» — lembra Fernando Gonçalves, ao desmascarar a nota do Ministério da Indústria e Tecnologia (MIT) onde as confusões são tão patentes como os objectivos políticos que com ela se pretendem atingir. E contra esses objectivos políticos que a verdade já foi reposta e que mais uma vez é assinalada por Fernando Gonçalves, ao mostrar-nos o balanço de 1974, assinado pela sr.ª Paula Mundet, como principal responsável da gestão desse ano, cuja responsabilidade o MIT atribuiu falsamente aos trabalhadores, esquecendo-se deliberadamente

então, esquecendo-se de que, numa acta de 30 de Março de 1973, ao ser comentado o balanço do ano anterior se punham claramente as cartas na mesa. Um dos principais responsáveis pela gestão patronal esclarecia que o saldo positivo apresentado (1 253 934\$12) resultava da «necessidade de continuarmos a dispor crédito, pelo que se suavizou a realidade...» dos números que, posteriormente, não deixaram de ser «suavizados» para os mesmos fins. A «suavidade» era mesmo de tal ordem que a sr.ª Paula Mundet, ao usar da palavra na assembleia a que se refere aquela acta «mostrou — são as palavras do texto — a sua estranheza pelo facto de, não obstante tantos prejuízos apontados e verificados, se apresentar um saldo positivo daquela ordem neste exercício. Perdemos dinheiro, recorreu-se às reservas e apresentamos lucros? Como se explica? — perguntava, justamente preocupada, a dona da empresa.



Matéria-prima para produzir. Milhares de arrobas de cortiça, fornecidas pela Reforma Agrária, aguardam a sua vez de entrar nas várias secções das fábricas do Seixal e do Montijo para serem transformadas em produtos de qualidade exportados para todo o mundo. É esta riqueza que o Governo do PS, ao desintervenir a Mundet, pretende entregar aos exploradores

mil contos, prevendo-se, para o ano corrente, 200 mil contos de vendas, pois o total apurado em 15 de Setembro findo atingia já mais de 154 mil contos.

Outros elementos, que o MIT não acha conveniente divulgar, assinalam, por outro lado, que, enquanto em 31 de Dezembro de 1975 o total das encomendas em carteira não ia além dos 11 mil contos, atingia em 31 de Dezembro de 1976, após um ano de gestão dos trabalhadores, a importância de 65 mil contos, subindo, em 30 de Abril do ano corrente, para 120 mil contos.

CEM CONTOS DE ORDENADO E DESPERDÍCIOS

A Mundet paga 6 000 contos de salários todos os meses. Mas, contrariamente ao que sucedia no tempo da patroa, o salário mais elevado não vai além dos 12 contos mensais. Não era o que sucedia, por exemplo — lembram os trabalhadores — com um gerente americano, que a sr.ª Mundet contratou com um ordenado de mais de 100 contos por mês e que só prejudicou a empresa, acabando inclusivamente com uma secção da fábrica do Seixal, secção essa que hoje é designada por «o cemitério» com 122 máquinas paradas e outros tantos empregos desperdiçados.

Hoje, os trabalhadores afirmam que a situação mudou radicalmente. Em 1975, recebia-se aquilo que havia. O que havia era distribuído por igual. Mas, mesmo com os salários incompletos, como sucedia nessa época, os trabalhadores da Mundet ainda conseguiram financiar a empresa para pagar dívidas aos agentes. Daí que, antes da medida de desintervenção ilegal ordenada pelo Conselho de Ministros, houvesse no banco 8 mil contos de retroactivos, que os trabalhadores pensavam poder investir na Mundet, além do seu capital-trabalho, se a proposta de empresa mista fosse aceite pelo Governo do PS.

Depois de 1975, os salários nunca mais deixaram de ser pagos na íntegra e pontualmente. Hoje, a Mundet não deve nada aos fornecedores. Não tem letras por pagar. Por isso, espera que o Governo reconsidere e venha ainda a aceitar a proposta de empresa mista, ouvindo os trabalhadores, coisa que não fez, contrariando a Constituição, antes de decidir entregar a Mundet aos tais «gestores qualificados» que ainda não apareceram na empresa.

ALARGAMENTO DOS MERCADOS E REFORMA AGRÁRIA

A Mundet sempre esteve virada para o mercado externo. Com a intervenção do Estado e a gestão dos trabalhadores organizados, essa situação melhorou devido à exportação para os países socialistas.

É inegável, por outro lado, a importância desta empresa para o escoamento da cortiça da Reforma Agrária. Os imensos «stocks» actualmente existentes na fábrica do Seixal assim o comprovam sem lugar a dúvidas. Sob a gestão dos trabalhadores, a Mundet compra a sua cortiça às cooperativas, às unidades colectivas de produção, a quem paga pontualmente de acordo com os contratos.

Por isso, a injustificada desintervenção não é apenas um acto político contra a actual gestão da Mundet. É também um acto político contra a Reforma Agrária. Em ambos os casos escusado será acrescentar como serão graves os resultados de essa decisão arbitrária, que vai entregar ao capital privado uma empresa fundamental para a saúde económica das cooperativas e das unidades colectivas de produção do Alentejo.

QUAL DEGRADAÇÃO?

Quem percorra a fábrica do Seixal imediatamente lhe salta à vista a conservação impecável



Um símbolo que se mantém vivo na unidade e na esperança dos trabalhadores. As medidas de recuperação capitalista do Governo empacotado não serão suficientes para o destruir

de todos os materiais e máquinas, de todo o haver da empresa. Máquinas novas foram adquiridas. O investimento em maquinaria atingiu os 5 mil contos depois de Agosto de 1975, data em que

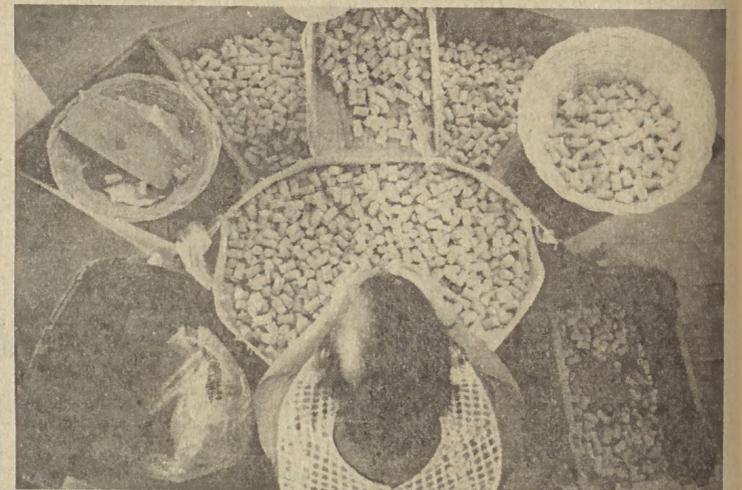
começou a gestão dos trabalhadores. Tudo está pago e a funcionar. Uma nova secção da fábrica (a do papel de parede) foi totalmente construída pelos trabalhadores da Mundet e é uma

das mais prósperas da empresa. Onde é que o MIT e os órgãos de recuperação capitalista poderão ver degradação e ameaça de falência? Em lado nenhum. Que visitem a fábrica! Que vejam com os seus próprios olhos! E que tenham em atenção não propósitos políticos masquinhos, mas o verdadeiro interesse nacional, a verdadeira recuperação económica de que o Governo enche a boca ao mesmo tempo que tudo faz para a sabotar.

A situação de falência era anterior às responsabilidades assumidas pelos trabalhadores. Com a gestão destes essa ameaça desapareceu por completo. Veja-se, por exemplo, um relatório de 1971, assinado em 2 de Dezembro desse ano, pelos directores das fábricas do Seixal e do Montijo. Nele se pode ler, a dada altura:

«Em primeiro lugar, uma justificação para este relatório: o primeiro encontra-se totalmente ultrapassado em muitos aspectos, pois a situação actual é bastante pior do que aquela que retratamos. Se então afirmámos que a posição era praticamente de falência, agora podemos dizer que é efectivamente de falência, e se alguma dúvida se levantar, esta só residirá na data de tal ocorrência. Será dentro de um ano? De dois? De três? Não cremos que se chegue lá...»

Outros documentos poderíamos citar. E o MIT e o Governo têm acesso a eles, ou estão mesmo na sua posse. Porquê, então, a falta de rigor, a ilegalidade e a calúnia? Não é só o Governo a saber o que verdadeiramente se passa, e não o que o MIT e o «Diário de Notícias» alardeiam. Sabe-o, por exemplo, o Banco Nacional Ultramarino, que tem financiado a empresa para a compra de matéria-prima. Perguntem aos trabalhadores!



A escolha atenta de um produto, que continua a sair impecável da fábrica do Seixal, e que é o ganha-pão de centenas de famílias. É a exploração desse produto e de muitos outros que o Governo do grupo dirigente do PS pretende entregar novamente ao grande capital explorador, perspectiva recusada por todos os trabalhadores, incluindo os militantes do Partido Socialista



Uma imagem parcial do «cemitério» — herança triste do 24 de Abril. Cento e vinte e duas máquinas paradas e outros tantos postos de trabalho que se perderam por incuria de um gerente americano, que ganhava mais de cem contos por mês. Nessas máquinas produzia-se «papel» de cortiça para filtro de cigarros

FACAR

O GOVERNO VIOLOU A CONSTITUIÇÃO E RECOMPENSOU SABOTADORES

Mais de 500 trabalhadores da Facar, reunidos em plenário na passada sexta-feira, repudiarão a decisão do Governo de desintervenir a empresa, responsabilizaram-na «pelas consequências futuras ocasionadas por esta atitude irreflectida» e delegaram na Comissão de Trabalhadores o encargo de efectuar «todas as diligências necessárias para a devida rectificação da decisão tomada em Conselho de Ministros».

Entretanto, o Comité de Classe dos Metalúrgicos do Porto do PCP emite um comunicado considerando aquela decisão governamental uma violação da Constituição e uma escandalosa recompensa aos sabotadores. «Uma vez mais, frisa o documento, o Governo PS demonstrou na prática que não está interessado na construção de uma sociedade mais justa no nosso país, nem em resolver a grave crise económica que, neste momento, o nosso País atravessa, nem em ouvir e dialogar com os trabalhadores e, muito menos, atender as suas justas reivindicações».

«Fomos atraídos». Estas duas palavras, proferidas por numerosos trabalhadores socialistas da unidade fabril de Leça do Balio, exprimem o descontentamento e a revolta de quem confiou em que os membros dirigentes do Partido do Governo se mantivessem fiéis às promessas numerosas acerca do futuro da empresa. Por seu turno, traduzindo o mesmo estado de espírito, ao anunciarem na passada terça-feira à noite a sua demissão, elementos do secretariado do núcleo de Aldoar do PS consideraram que a entrega da Facar ao «patronato reaccionário é um escândalo e uma determinação tecnicamente errada, politicamente desastrosa e partidariamente traidora».

Esta posição é igualmente adoptada pela maioria dos trabalhadores da empresa e por todos os quantos conhecem e admiram o enorme esforço feito para a tornar numa unidade fabril em situação invejável.

O Governo não tem outra atitude

a assumir que não seja a revogação da sua decisão errada e cumprir as promessas feitas, designadamente, por altos dirigentes do partido do Governo núcleo do Partido Socialista da Facar, durante a «Onda Socialista», em Agosto, na Figueira da Foz.

A luta dos trabalhadores prosseguirá. Terão a seu lado milhares e milhares de trabalhadores e dezenas de organizações sindicais, que tem expresso a sua solidariedade de classe e apontado o caminho da unidade e de luta.

Ninguém ignora, nem ignorará, que o Governo passando a vida a arengar acerca do primado das leis, para serem cumpridas, violou agora, como outras ocasiões, a Constituição, cujo art. 81.º, alínea g) determina:

«Incumbe prioritariamente ao Estado eliminar e impedir a formação de monopólios privados, através de nacionalizações ou de outras formas».

Nesta empresa monopolista, o inquérito efectuado na altura da intervenção confirmou: a inexistência de organização na empresa e de gestão de stocks; uma dívida à banca de 250 mil contos; despesas não documentadas; pagamento de impostos pessoais dos patrões da ordem de milhares de contos; mais de cem mil contos desviados da empresa, em 1974, retirados de fundos superiores aos lucros.

Além disso, decorrem as investigações da PJ acerca de uma queixa apresentada contra os comendadores Carvalhos por

fraudes fiscais no valor de 16 mil contos.

Actualmente, há lucros no valor de dezenas de milhares de contos e reservas de mais de 200 mil contos. Foram criados 180 postos de trabalho e melhorados os salários e regalias sociais aos cerca de 1 100 operários da empresa. Como salienta o documento do Comité dos Metalúrgicos, foi «todo fruto do trabalho criador dos operários, em estreita colaboração com a CT e a CA, frutos esses que, agora,

Além de confundir o período de cogestão com o de autogestão, que só se verificou a partir de 19 de Agosto de 1975, a altura da intervenção estatal na empresa.

Por outro lado, ao referir-se à situação de 1973, a nota do MIT acolhe sem crítica os resultados apresentados pela gerência de

Construção civil

MANOBRAS DOS INDUSTRIAIS

O Organismo da Construção Civil do Porto do nosso Partido tomou recentemente posição acerca das manobras do patronato para pôr em causa conquistas alcançadas pelos trabalhadores do sector, onde já foram efectuados milhares de despedimentos.

Salientando que o patronato esquece «propositadamente que a falta de ferro, cimento e outros materiais se deve ao açambarcamento e especulação dos grandes intermediários», o documento denuncia que os industriais da construção civil visam com as recentes movimentações preparar «terreno de forma que lhe seja permitida uma saída capitalista para a crise que dizem existir no sector».

numem de fumo que visa esconder objectivos muito claros como o aumento do desemprego e a diminuição de salários», o Organismo da Construção Civil do Porto do PCP denuncia que a ousadia e arrogância do patronato se baseia «na vergonhosa capitulação do grupo dirigente do PS diante das exigências do capitalismo internacional e do imperialismo».

«O patronato, acrescenta o comunicado, pensa ter no actual Governo o aliado ideal para fazer regressar os trabalhadores à situação de miséria anterior ao 25 de Abril». A finalizar, o documento apela «à unidade e firmeza dos trabalhadores para que repudiem pelas formas ao seu alcance (plenários de empresa, moções, reuniões do organismo de classe, etc.) mais esta tentativa de fazer pagar a crise aos trabalhadores».

«A juventude pelo direito ao trabalho»

ENCONTRO NACIONAL DA UJC E DA UEC SERÁ UMA GRANDIOSA JORNADA DE UNIDADE E LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Tal como já foi amplamente divulgado, as organizações juvenis do Partido — a UJC e a UEC — levam a efeito, nos próximos dias 29 e 30, um Encontro Nacional subordinado ao tema “A Juventude pelo direito ao trabalho”, jornada de unidade e luta dos jovens portugueses contra o desemprego e pelas saídas profissionais.

Através desta iniciativa, que tem vindo a mobilizar de Norte a Sul do País, centenas e centenas de jovens, comunistas e de outras tendências políticas e partidárias, a UJC e a UEC dão o seu contributo para a resolução do desemprego juvenil, um grave problema nacional a que ninguém pode estar alheio. Os números falam por si: enquanto que em 1974 o número de jovens desempregados oscilava na casa dos 95 000, em 1975 passou para 205 400, número que em 1976 aumentou para 275 000. Dos 504 000 desempregados que existem actualmente, cerca de 300 000 (60 por cento) são jovens. E o Governo do PS não enfrenta

problemas parcelares que afectam duramente a juventude: a procura do primeiro emprego (dos 500 000 desempregados existentes no País cerca de 200 000 procuram emprego pela primeira vez) e, por outro lado, o problema das saídas profissionais, que se põe particularmente em relação aos estudantes com formação média e superior, que ao terminarem os seus cursos encontram crescentes dificuldades de colocação adequada à formação que obtiveram no decorrer dos estudos — afirmou o camarada Pina Moura. Referindo-se ao concreto aos objectivos fundamentais do Encontro, aquele dirigente da UEC salientou o estudo da situação da

nas organizações e no resultado das discussões registadas em assembleias de organização e de quadros que a UJC já promoveu, pode-se afirmar que o nosso documento irá apresentar uma denúncia da presente situação da juventude, dará indicações de como vive e de que vive um jovem desempregado e as dificuldades que sente no quotidiano. Será também uma denúncia da política de direita do Governo e do próprio sistema capitalista, gerador do desemprego. O documento incluirá, ainda, um caderno reivindicativo imediato, em que também se propõem soluções que possam ser concretizadas a curto prazo e formas de organização dos jovens desempregados.

Alguns aspectos da propagação e divulgação do Encontro, do levantamento da situação e da mobilização foram também abordados pelos camaradas José Núncio e José Pitacas, tendo o primeiro afirmado: Já se editou o cartaz do Encontro, que será afixado por todo o País, um conjunto de folhas informativas, de que já saiu o primeiro dos três números programados e um documento desdobrável com caricaturas, agarrando alguns dos problemas das situações mais sentidas pelos jovens desempregados. Com o objectivo de preparar acções de propagação e agitação, programar iniciativas, preparar estudos e recolha de dados, organizar assembleias para a eleição de delegados, realizaram-se em quase todos os distritos reuniões de quadros, reuniões concelhias e locais. Entre as primeiras já realizadas contam-se as de Lisboa, Moita, Setúbal e Porto. Muitas outras continuam marcadas.

Entretanto, têm-se multiplicado por todo o País as iniciativas de mobilização e divulgação do Encontro, sendo de salientar

a actividade desenvolvida nos distritos de Lisboa, Setúbal, Braga, Santarém, Leiria, Porto, Aveiro, Coimbra, Beja e Évora. Estão já programadas 30 excursões oriundas de vários pontos do País (do Minho ao Algarve).

Por seu turno, José Pitacas referiu: Há muitos exemplos de trabalho criador que as organizações e militantes multiplicam um pouco por todo o lado, com o objectivo de se fazer um levantamento mínimo da situação. Contactos porta-a-porta e pequenos inquéritos têm sido feitos em algumas localidades; nas empresas e nos campos da Reforma Agrária continuam a ser registados dados sobre os despedimentos; as organizações prosseguem o estudo e a comparação de estatísticas, boletins e outros documentos oficiais sobre o desemprego; e a procura do primeiro emprego; aumentam as reuniões com jovens desempregados para um conhecimento mais profundo da sua vida e dos problemas que enfrentam no dia-a-dia. O camarada José Pitacas revelou ainda que, a partir de dados gerais fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), um grupo de trabalho da organização central do Encontro tem elaborado, com o máximo de rigor, várias estatísticas e cálculos que apontam, nomeadamente, para a existência em Portugal de 2,5 milhões de jovens entre os 10 e os 24 anos (26 por cento da população). Destes 2,5 milhões, 1 160 000 trabalham ou têm actividade económica (estão aqui incluídos também os desempregados) e 1 100 000 são estudantes. O restante é ocupado pelas jovens empregadas domésticas e por outros jovens que não têm qualquer ocupação estudantil ou profissional. A população activa jovem correspondeu em 1975 a 31 por cento do total da população activa portuguesa. Tal como sublinhou o camarada José Pitacas, estes números falam por si só da importância e do peso que a juventude tem na actividade económica e social do País.



Angelo Veloso presidiu aos trabalhos

Reuniões de quadros no Porto

OPERÁRIOS TÊXTEIS E METALÚRGICOS REFORÇAM A UNIDADE E A LUTA

O reforço da unidade dos trabalhadores e as suas grandes disponibilidades de luta para travar e fazer recuar a ofensiva conjugada do patronato e do Governo da direcção do PS contra as conquistas de Abril, os direitos, liberdades e regalias alcançadas pelos trabalhadores, figuram entre as principais conclusões das reuniões de quadros do sector metalúrgico e têxtil, realizadas no sábado e no domingo passados, no Pavilhão da sede da Rua Aníbal Cunha, no Porto.

Realçando este facto, o camarada Angelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, dirigindo-se aos quadros metalúrgicos salientou que “a unidade da classe operária foi, e será a base em que assenta todo o movimento progressista português. Se se verificaram progressos no reforço da unidade dos trabalhadores, todos devemos sair daqui com a ideia de que os comunistas têm de continuar a ser os maiores defensores da unidade dos trabalhadores independentemente das suas opções de voto.”

CRESCENTE O DESCENTAMENTO

“Na minha empresa a situação é como nas outras”. Esta uma das expressões mais ouvidas pelos participantes nas duas reuniões, caracterizando o crescente e descontentamento dos trabalhadores metalúrgicos e têxteis, alguns dos quais se

havam deixado narcotizar pela intensa campanha de calúnias e mentiras promovida pelo patronato, pelos dirigentes dos partidos da direita reaccionária e por membros do grupo dirigente do PS.

De acordo com os exemplos apontados por numerosos camaradas, está a consolidar-se a unidade entre os trabalhadores nas empresas do distrito, aliás, como se verifica em todo o país. O patronato na sua ansia de dividir para reinar tenta numerosos processos: despedimentos selectivos; não cumpre o clausulado das convenções de trabalho; tenta liquidar ou restringir seriamente a organização, os direitos e liberdades sindicais; ataca ou recusa-se a cumprir regalias sociais; promove a baixa de escalão; tenta pelo suborno neutralizar trabalhadores e alargar o número dos seus laços.

Entretanto, visando os mesmos objectivos do patronato, o Governo estimula o ataque às nacionalizações; consagra

disposições que dividem os trabalhadores; promove a desintervenção de numerosas empresas salvas da ruína pelos trabalhadores; não apoia técnica, económica e financeiramente empresas intervenções, em autogestão ou cooperativas.

Todavia, o desejo de mudança é cada vez maior e mais amplamente manifestado pelos trabalhadores, que estão empenhados em contribuir para a superação da crise económica do país, no quadro do respeito pela Constituição e de todas as conquistas alcançadas depois de Abril de 74.

INTENSIFICAR A SOLIDARIEDADE E A LUTA

Na “Alumina”, na “Oliveira e Ferréirinha”, em tantas outras empresas do sector metalúrgico, bem como no Grupo “Mondego”, na “Cotes”, na empresa das Guardas e noutras unidades fabris do sector têxtil, o patronato tenta lançar no desemprego activistas sindicais e outros trabalhadores.

Neste contexto, impõe-se uma resposta pronta, firme e decisiva dos trabalhadores. A solidariedade de classe deve ser estimulada e terá de transcender os limites da empresa onde se regista a repressão, de uma forma suficientemente expressiva de modo a fazer recuar o patronato. De realizar, entre outras, a resposta de milhares de trabalhadores que enviaram moções de solidariedade aos quatro trabalhadores da “Oliveira e Ferréirinha” ameaçados de despedimento.

Por outro lado, devem ser firmemente combatidas as tentativas de proibição de distribuição de propaganda nas empresas ou o arranque de cartazes. Vários exemplos foram referidos no decurso da reunião de quadros metalúrgicos que confirmam a disposição dos trabalhadores em não aceitar quaisquer limitações ao exercício de um direito consagrado na Lei Fundamental da República. De realizar a reacção dos trabalhadores da garagem “Palhinhas” que, depois de terem enfrentado tentativas de destruição de cartazes, decidiram colá-los no tecto, onde não há mão de reacção ali chegue...

A degradação do nível de vida dos trabalhadores e o aumento vertiginoso do custo de vida

provocam o crescente mal-estar dos trabalhadores. O governo além de ser ineficazmente responsável por esta situação, estimula ainda o patronato a não cumprir os clausulados das convenções colectivas de trabalho, a tentar baixar as categorias, a não pagar os retroactivos e a tentar amargar o exército de mão-de-obra no desemprego.

Quer no sector metalúrgico, quer no sector têxtil, não estão a ser cumpridas, em numerosas empresas, as Portarias Reguladoras de Trabalho recentemente publicadas pelo Ministério do Trabalho. Noutros casos, embora a cumpram, os capitalistas baixam as categorias dos trabalhadores. De salientar, o custo profundamente deflacionista da PRT do sector têxtil, (das 26 empresas presentes, só é cumprida em 10), que prevê aumentos muito diferentes para trabalhadores de categoria quase semelhante e eleva substancialmente os salários mais altos. A este respeito, os quadros têxteis salientaram a disposição dos trabalhadores para lutarem pelo cumprimento da PRT e exigirem aumentos maiores para os trabalhadores das categorias mais baixas.

O patronato do sector metalúrgico está a enviar esforços no sentido de corromper quadros, através de substanciais aumentos — dados em empresas onde os restantes salários estão praticamente congelados — e ainda da concessão de elevadas regalias. Esta manobra visa claramente dividir os quadros técnicos e as chefias dos restantes trabalhadores. Durante a reunião, foi sublinhada a urgência de ser firmemente combatida esta tentativa de corrupção e, ao mesmo tempo, desenvolvidos esforços que neutralizem esta manobra do patronato. Porém, como foi frisado, “os trabalhadores devem apoiar o aumento dos salários dos quadros técnicos e a existência de diferente remuneração nas empresas”.

Os trabalhadores, como foi frisado, nas duas reuniões, estão dispostos a contribuir para a superação da crise económica que o país atravessa. Estão firmemente dispostos a combater a política das escandalosas desintervensões, caso da “FACAR”, e a lutar contra a sabotagem económica que o patronato continua a promover.

Nessa luta, os comunistas estarão nos seus lugares, dispostos a contribuir pelo reforço da sua organização e combatividade, para que mais e mais trabalhadores vejam no PCP, tal como no tempo do fascismo, o único Partido fiel aos trabalhadores e empenhado na sua libertação.

Advertisement for the National Meeting of the UJC and UEC. Title: A JUVENTUDE PELO DIREITO AO TRABALHO. ENCONTRO NACIONAL DESEMPREGO • 1º EMPREGO • SAÍDAS PROFISSIONAIS. Location: LISBOA PAV. SACAVERNENSE 29-30-OUTUBRO.

nem tenta resolver esta situação. Pelo contrário. As consequências da sua vergonhosa política de recuperação capitalista, agrária e imperialista agravam ainda mais o desemprego juvenil. Com as desintervensões, com o regresso do patronato saboteador e dos agrários, com a “lei Barreto” — projecto de destruição da Reforma Agrária, que se for aplicado lançará no desemprego mais de 30 000 jovens operários agrícolas —, com a submissão ao imperialismo, o Governo está a provocar o agravamento do desemprego. O prosseguimento desta política de tração ao povo e ao País conduzirá a uma situação cada vez mais alarmante. Entre outras consequências, a actual orientação do Governo provocará um aumento anual de 60 000 jovens desempregados!

A PREPARAÇÃO E OS OBJECTIVOS DO ENCONTRO

Os objectivos do Encontro, o levantamento da situação a nível nacional e local, a mobilização, outras tarefas preparatórias e as acções de divulgação e propagação, foram os temas mais salientes de uma mesa-redonda promovida pelo “Avante!”, onde estiveram presentes os camaradas Pina Moura, membro do Secretariado da Comissão Central da UEC e suplente do CC do Partido; José Moreno, da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC e da Comissão de Redacção do Encontro; José Núncio, da Direcção Distrital de Lisboa da UJC, e José Pitacas, militante da UEC, ambos da Comissão Organizadora do Encontro.

A necessidade da convocação e da realização do Encontro nasceu da percepção que já vínhamos sentindo, tanto na UJC como na UEC, há longos meses, do agravamento do desemprego juvenil, integrado no problema mais geral do desemprego. No que respeita ao desemprego juvenil, têm vindo a acentuar-se dois

juventude no campo do desemprego e a sua relação com a política económica de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo; a discussão e a mobilização, entre as amplas massas da juventude, contra o desemprego e pelo direito ao trabalho; e a definição das formas de luta contra a situação existente e o estudo de soluções capazes de, na conjuntura presente, contribuírem para atenuar este grave problema da juventude.

O trabalho preparatório do Encontro, tal como os camaradas afirmariam mais adiante, iniciou-se já no passado mês de Julho com a constituição de um grupo organizador conjunto da UJC e da UEC. A sua primeira actividade teve como objectivo a recolha de dados estatísticos sobre a situação social da juventude em Portugal e, posteriormente, já numa fase mais desenvolvida do trabalho, passou-se a um conjunto mais vasto de tarefas.

E prosseguiu Pina Moura: Estruturou-se, então, uma Comissão Organizadora do Encontro integrada por 7 camaradas da direcção da UJC e 3 da direcção da UEC. Esta Comissão assenta a sua actividade em vários grupos de trabalho responsáveis por determinados sectores e por várias frentes de acção, tais como a propagação e divulgação, a redacção da proclamação, o apoio estatístico e a organização técnica. Por outro lado, conforme sublinhou Pina Moura, a actividade das células e das direcções da UJC e da UEC para a preparação do Encontro têm-se intensificado, particularmente depois da Festa do “Avante!” e, neste momento, trabalha-se aceleradamente com vista à elaboração do projecto de proclamação, que será previamente discutido nas organizações.

O Encontro terá 800 delegados (500 da UJC e 300 da UEC) e virá a abranger um total de 3 000 convidados. Um aspecto que na organização do Encontro consideramos importante — afirmou José Moreno — é que sendo uma iniciativa de carácter nacional promovida pela Juventude Comunista, tanto o levantamento da situação a fazer, como a definição dos objectivos de luta a encetar, como as próprias formas de mobilização e de acção contra o desemprego a definir no Encontro, serão tanto mais ricos e mobilizadores quanto mais aberta e ampla for a preparação da iniciativa. Com isto queremos dizer que estamos interessados em chamar tanto ao Encontro, como a esta preparação (reuniões, debates, sessões culturais e recreativas, festas, etc.) jovens não comunistas, filiados ou não noutras organizações partidárias, como nós, interessados em solucionar e apresentar propostas para a resolução do grave problema do desemprego juvenil.

Detendo-se em particular nalguns aspectos gerais do conteúdo do documento (proclamação) a ser aprovado no Encontro, o camarada José Moreno salientou: Com base no debate que se está a desenvolver

Algot portuguesa

TOTAL INAÇÃO DO GOVERNO PÕE EM RISCO O PÃO DE 1100 FAMÍLIAS

Quatro meses depois de ter declarado falência, a multinacional sueca Algot continua com um futuro muito incerto. Caso o Governo português não tome medidas adequadas à gravidade da situação na maior empresa de vestuário instalada em Portugal, pode verificar-se uma autêntica catástrofe para a economia regional e para os milhares de pessoas a cargo dos cerca de 1100 trabalhadores daquela unidade industrial das Fontainhas, Póvoa de Varzim.

Mal tomaram conhecimento da situação provocada pela apresentação da declaração de falência da “Algot Johansen”, verificada em 13 de Junho passado, os dirigentes sindicais representados na empresa, juntamente com a Comissão Sindical, encetaram um conjunto de diligências junto do Governo para defenderem a manutenção dos postos de trabalho, garantir a continuidade de laboração da empresa e acatear os interesses dos trabalhadores, designadamente o pagamento dos salários.

Nesse sentido, os representantes dos trabalhadores defenderam nas reuniões então realizadas a necessidade de ser feito um financiamento à empresa para pagamento imediato dos salários, de ser mantida uma encomenda de cerca de 150 mil

vencimentos em atraso. Deste modo, a empresa ficou a receber juros do dinheiro que ainda não fora entregue aos trabalhadores.

Entretanto, ao regresso de férias, os operários da “Algot Portuguesa”, depararam com uma situação nada favorável. A administração tentou suspender ilegalmente os contratos de 800 trabalhadores, enquanto os gestores suecos se sumiam deixando a representá-los procuradores que tentaram por em prática uma política repressiva na empresa, como o compra a instauração de processos disciplinares a 28 trabalhadores.

“Eu odeio os trabalhadores, pois tenho interesses de classe diferentes”, dizia para quem o queria ouvir um dos procuradores, o dr. Miranda Ribeiro. Pode dizer-se que a gestão da empresa passou

de que o próprio administrador de falência sueco tenha manifestado aos representantes dos trabalhadores da unidade fabril das Fontainhas “a sua completa admiração pela total inação do Governo português”. Segundo revelou, o Secretário de Estado da Indústria disse-lhe “que nada poderia fazer para resolver a questão”. Além disso, por estranho que pareça, até ao momento, o Governo português ainda não contactou o Governo sueco para analisar este importante problema. Registe-se

o próprio administrador de falência sueco tenha manifestado aos representantes dos trabalhadores da unidade fabril das Fontainhas “a sua completa admiração pela total inação do Governo português”. Segundo revelou, o Secretário de Estado da Indústria disse-lhe “que nada poderia fazer para resolver a questão”. Além disso, por estranho que pareça, até ao momento, o Governo português ainda não contactou o Governo sueco para analisar este importante problema. Registe-se



Apesar da ameaça, o trabalho prossegue

contos e a continuação da laboração em termos tão normais quanto possível. Por outro lado, reclamaram um financiamento para aquisição de matérias-primas, o apoio da banca e a resolução do problema das dívidas da empresa mãe à sua associada portuguesa estimada em cerca de 100 mil contos. Além disso, exigiam a definição jurídica da situação, designadamente a questão da propriedade.

Embora a Secretaria de Estado da População e Emprego, através do seu representante na reunião efectuada em 1 de Julho, tivesse assegurado o financiamento para pagamento dos salários, o certo é que os 1100 trabalhadores da “Algot” entraram em férias em Agosto sem lhes ter sido pago dois meses de salários e o respectivo subsídio de férias. Nos princípios de Setembro, depois de ter sido ultrapassada a incúria governamental, foram liquidados dois meses de salários, apesar do empréstimo concedido à empresa ser suficiente para liquidar todos os

a estar de acordo com esta máxima reaccionária e fascizante proferida por quem tem o “seu” certo no fim do mês e despreza o futuro de cerca de seis mil pessoas dependentes da empresa.

Além, se a empresa actualmente está a funcionar para satisfazer uma encomenda, arranjada em fins de Setembro e que garante trabalho para 30 dias, tal ficou a dever-se ao administrador de falência e não à administração da empresa como esta pretende.

Enquanto isto, os dirigentes sindicais têm tentado indagar junto do Ministério do Trabalho e da Indústria e Tecnologia quais as medidas encareadas por aqueles departamentos governamentais para a resolução do problema da empresa e para a salvaguarda dos postos de trabalho. Segundo foi revelado no decurso de uma conferência de imprensa na passada sexta-feira, “até hoje os sindicatos apenas têm recebido algumas evasivas afirmações de princípio”.

Não deixa de ser significativo,

Plenário da CGTP-IN MOVIMENTO SINDICAL APROVA JORNADA DE LUTA NACIONAL

Uma jornada de luta nacional, que “poderá ir até à paralisação geral, seguida ou não de manifestações”, faz parte das conclusões aprovadas no último plenário da CGTP-Intersindical Nacional, que reuniu, em 8 do corrente, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, 212 associações sindicais de todo o País, representando 1 400 000 trabalhadores e incluindo 19 sindicatos não filiados na Central única. As conclusões do Plenário serão apresentadas ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

Várias propostas foram alvo de vivo debate. Segundo o comunicado final, todas elas apontavam para “a resistência contra os despedimentos e o desemprego, contra o aumento do custo de vida, contra a devolução das empresas ao patronato saboteador da economia nacional, contra a repressão, e pela Reforma Agrária, pela defesa dos direitos e liberdades sindicais”.

A resolução final do plenário, aberto à participação de todos os sindicatos, independentemente da sua filiação na CGTP-IN, manifesta “a maior indignação e protesto dos trabalhadores contra a actual política de direita do Governo virada contra as classes mais desfavorecidas, principalmente as classes trabalhadoras, e em favor dos monopólios, dos latifundiários e do imperialismo, responsáveis pelo regime fascista que oprimiu o Povo português durante 48 anos”.

Além da análise da situação político-sindical, o plenário, que não incluiu qualquer data para a jornada de luta nacional, incluiu na sua ordem de trabalhos mais três assuntos relacionados com a “comissão administrativa do INATEL; envio de elementos estatísticos ao INE; e situação financeira do Movimento Sindical”.

Subscrita por cinco Sindicatos não inscritos na CGTP-IN, a proposta de resolução sobre a Comissão Administrativa do INATEL, aprovada pelo Plenário, apoia as posições assumidas pelo Secretariado da CGTP-IN no sentido de manter os representantes sindicais na CA e reestruturar o INATEL.

Quanto ao Instituto Nacional de Estatística, o Plenário ratificou a posição do Secretariado da CGTP-IN no sentido de suspender o preenchimento e envio dos inquéritos estatísticos, enquanto prosseguem “os contactos com o INE no sentido de salvaguardar a autonomia e a independência sindicais”. Cabe ao Secretariado da Central “a competência exclusiva para proceder à recolha dos dados a indicar pelas associações sindicais, dar-lhes o devido tratamento e proceder ao seu envio ao INE, assegurando o controlo da sua divulgação”.

UMA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Os dirigentes da CGTP-Intersindical Nacional receberam o mandato do Plenário para, em nome do Movimento Sindical, apresentarem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução “as grandes preocupações e descontentamento dos trabalhadores acerca da crescente degradação da situação social, política, económica e financeira no País, bem como para expressar a vontade patriótica dos trabalhadores e do Movimento Sindical em contribuir para a superação da crise actual, no respeito pelos seus direitos fundamentais, na defesa da independência nacional, na preservação do espírito e das conquistas concretas do 25 de Abril, consagradas na Constituição”.

O Secretariado da Central desenvolverá, entretanto, “acções de informação junto das organizações sindicais internacionais com vista a esclarecer a opinião pública estrangeira e a mobilizar a solidariedade internacional para a luta dos trabalhadores portugueses na defesa da Revolução de Abril”.

Depois de recomendar as Federações e Unões Distritais e Locais que “tomem a iniciativa de organizar e desenvolver lutas de massas em torno dos objectivos fundamentais”, a resolução sobre a análise da situação político-sindical conclui mandando “o Secretariado da CGTP-IN para, ouvido o Conselho Geral, convocar extraordinariamente com a urgência que a degradação económica do País requiera e previsível evolução da situação política exija, poder organizar, em data a determinar, uma jornada de luta nacional que, tendo em conta o contexto geral em que se venha a desenvolver, poderá ir até à paralisação geral seguida ou não de manifestações”.

Advertisement for 'CLASSE OPERARIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS'. It features a portrait of a man and text in Portuguese and German.

Em Évora dias 22 e 23 UM MARCO NA LUTA PELA DEMOCRACIA

Nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, em Évora, cerca de 4000 mil pessoas participarão na 2.ª Conferência da Reforma Agrária. Característica comum desta Assembleia constituída maioritariamente por trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas é a determinação em defender a Reforma Agrária, a firmeza no combate para que a terra permaneça nas mãos de quem a trabalha, para que a terra, se usurpada, volte às mãos de quem a trabalha. Isto porque é nas mãos de quem a trabalha que a terra dá frutos para todo o povo. É nas mãos de quem a trabalha que a riqueza da terra aumenta, que o País pode chegar a bastar-se a si próprio no domínio da produção agrícola, que pode vencer-se a tremenda dependência em relação ao imperialismo, dependência que a política agrária do Governo PS agrava cujas consequências só poderiam ser, se não fosse travada tal política o estrangulamento da democracia e das liberdades.

É nas mãos de quem trabalha a terra que a produção pode aumentar, que os frutos das searas vão para o povo, diziamos.

Esta afirmação vai demonstrar-se mais uma vez na 2.ª Conferência da Reforma Agrária.

É de esperar que a Conferência patenteie aos olhos de todo o povo, o que dá a terra nas mãos dos trabalhadores mesmo quando lhes escasseiam apoios, dinheiro, técnicas avançadas, maquinaria e lhes sobram dificuldades, repressão, manobras provocatórias, cortes de crédito, ausência de ajuda técnica, como tem vindo a acontecer desde que ministros como Barreto governem e que se vá estreitando até quase desaparecer "numa delicada nuance" a distância entre o Governo e o PPD/PSD.

Certamente com factos, com números relativos a cada uma das centenas de UCPs e Cooperativas, ficará demonstrado na 2.ª Conferência da Reforma Agrária, não apenas o que já se fez mas também o que poderia ser feito se o Governo apiasse, como estipula a Constituição, a iniciativa criadora dos trabalhadores agrícolas. E o que fará, apesar das crescentes dificuldades os obreiros da Reforma Agrária; o que virão a fazer, no dia, em que, sob o impulso de um governo autenticamente democrático, a Reforma Agrária seja apoiada e reforçada por um governo responsável que zele pelos interesses do País e do povo.

"Na actual situação, diz a convocatória para a Conferência, promovida pelos Secretariados e Unões das UCPs e Cooperativas e os Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, que se vive no nosso País e depois da aprovação na Assembleia da República de uma série de leis contra os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais, entre eles a "Lei Barreto", a 2.ª Conferência da Reforma Agrária reveste-se da máxima importância".

Importância que só a luta futura pela Reforma Agrária, na qual a Conferência representa um marco, poderá revelar em toda a sua dimensão.

Para já a realização da 2.ª Conferência da Reforma Agrária, depois da sua histórica decisão de levar por diante, custe o que custar, as sementeiras manifesta a combatividade dos trabalhadores agrícolas, a sua confiança no futuro e nas suas próprias forças mesmo em momentos tomados adversos pela política de recuperação latifundista e capitalista do Governo PS. Combatividade temperada em longos anos de luta, em longas esperas pelo "momento em que isto daria à volta" e a terra seria de quem a trabalhasse. Na consciência dos trabalhadores que, hoje vão participar na 2.ª Conferência da Reforma Agrária, muitos dos quais filhos de resistentes de ontem, está presente a convicção de que a batalha que se trava em defesa da Reforma Agrária não é mais dura do que a do passado. Se uma se venceu, também a do presente pertencerá ao povo trabalhador que nos campos abre os caminhos da democracia e da liberdade.

Grupo Alexandre Almeida TRÊS HOTÉIS EM LUTA PELA APLICAÇÃO DA PRT

Registou uma aderência de cem por cento a greve de três dias dos trabalhadores dos hotéis Europa e Metrópole, em Lisboa, e Praia-Mar, em Carcavelos, pelo cumprimento da Portaria de Regulamentação de Trabalho para a indústria hoteleira, que o ministro Gonçalves promulgou, mas que continua a ser letra morta para os patrões.

Esta fase de luta foi aprovada por voto secreto nos plenários realizados nos respectivos hotéis que pertencem ao Grupo Alexandre Almeida. Os trabalhadores dos hotéis Palace, do Bugaco, e Astória, de Coimbra, pertencentes ao mesmo grupo, enviaram telegramas solidarizando-se com a luta dos seus camaradas de trabalho.

Comentando a greve um trabalhador afirmou-nos: "Nos últimos tempos o custo de vida aumentou mais de 35 por cento. A Portaria prevê aumentos de 15 por cento, o que dá em média, por trabalhador, cerca de 600\$000 e nem isso o patrão quer pagar."

Terminada a greve os trabalhadores do Grupo Alexandre Almeida aprovaram por unanimidade um comunicado em

Ferragens

LUTA CONTRA CONGELAMENTO DO CCTV

Reunidos em plenário no passado dia 7 do corrente, no Porto, trabalhadores abrangidos pelo Contrato Colectivo Vertical dos Importadores de materiais de construção, aços, tubos, ferros, ferragens, equipamentos industriais e metais não ferrosos aprovaram uma moção na qual decidem que a Comissão Negociadora Sindical solicite emitiu urgente ao Primeiro-Ministro e à Presidência da República.

Nos considerandos da moção, é denunciada a atitude que o Ministério do Trabalho tem tido nestas negociações, permitindo desde há um ano o congelamento de facto do CCTV, o que só se entende "tendo em conta a política de traição do sr. Maldonado Gonçalves e outras figurinhas de opereta que pululam nos órgãos do poder".

Além daquela diligência, os trabalhadores decidiram ainda que os sindicatos do Porto contactem os restantes envolvidos nas negociações, no sentido de ser apresentado o pré-aviso da declaração de greve. Por outro lado, foram dados à CNS poderes para decretar formas de luta, tendo em conta a mobilização dos trabalhadores.

O GOVERNO DEMONSTROU EM BEJA QUE NÃO QUER AS SEMEITEIRAS

Na passada terça-feira, dia marcado pelo CRRA de Beja para prosseguimento da "via do diálogo" que este organismo dissera estar disposto a travar com os trabalhadores, pouco tempo antes da entrevista que o director deste centro combinara com o Sindicato Agrícola de Beja e o Secretariado das UCPs para continuação das conversações iniciadas a semana passada com o objectivo de chegar a "uma plataforma de entendimento para a aplicação da chamada Lei Barreto", o mais forte dispositivo da GNR até agora empregue em operações deste tipo deu ao distrito de Beja a fisionomia de uma terra ocupada pela repressão.

Apesar do gigantesco aparato da GNR (segundo o "Diário de Notícias" foram cerca de 1400 efectivos da GNR equipados com "Shortlands", tropas a cavalo e cães policiais), no distrito de Beja a voz dos trabalhadores não ficou estrangulada pela intimidação e fez-se ouvir num vespertino protesto nesse mesmo dia, quando, em diversas manifestações que englobaram mais de 15 mil pessoas em Beja, Pias, Aldeia Nova de S. Bento e Vale de Vargo.

Mais de 3300 hectares, dos quais a maior parte de terras já alqueivadas e em parte semeadas pelos trabalhadores, foram entregues a agrários (mais de 1800 ha) e à administração do Estado (mais de 1500 ha) assim como um lugar de azeite da UCP "Alvorada na Aldeia" de Aldeia Nova de S. Bento, lugar este que havia sido entregue pelo CRRA à UCP em Novembro de 1975 e que preenchia cerca de 90% da laboração total da "Alvorada na Aldeia", servindo ainda pequenos e médios agricultores da região.

As UCPs atingidas por mais esta usurpação de terras foram "A Esquerda Vencera" de Pias, "Flor do Alentejo" de Vale de Vargo, e "Alvorada na Aldeia" da Aldeia Nova de S. Bento. Na UCP "A Esquerda Vencera", o CRRA decidiu entregar ao agrário 537 hectares de terra num total de 131 pontos que, segundo este afirmou, não havia sequer requerido; na mesma UCP foram demarcados mais 292 hectares, num total de 98 mil pontos nos quais se incluem 53 mil pontos só de olival.

Na UCP "Alvorada na Aldeia" além do lugar, foram ainda concedidos 378 hectares a um outro agrário e retomada pela

administração do Estado a herdade de Abóboda, Monte Novo e Anexas com 1522 hectares e 103 trabalhadores, que havia sido oferecida pelo IRA àquela UCP e na qual os trabalhadores efectuaram diversas benfeitorias como a construção de uma oficina, de uma malhada, etc.

Em Vale de Vargo, na UCP "Flor do Alentejo", a maior herdade da UCP com 620 hectares e onde trabalham cerca de 20 pessoas foi também entregue a um agrário, o Corujo, que possui terras em Vale de Vargo e em Sobral da Adiga; uma das suas terras, a herdade de Outeiro, há dois anos que não recebe semente.

Qualquer das reservas efectuadas nas costas dos trabalhadores que foram completamente apanhados de surpresa, confiados nas promessas de diálogo do senhor Romana Martins, director do CRRA de Beja, vem afectar gravemente a viabilidade das UCPs colocando sérios riscos à manutenção dos postos de trabalho e comprometendo a grandiosa campanha das sementeiras em curso por todo o Alentejo e toda a zona da Reforma Agrária. São, de uma só vez, extorquidos aos trabalhadores mais de 3300 hectares, nos quais os alqueives feitos, as sementes lançadas se perderão nas mãos dos agrários absentistas. É mais outra

ilegalidade, outro esbulho não apenas aos trabalhadores de Beja, mas a todo o povo que fica sem a produção destes 3300 hectares.

Este é o tipo de diálogo que o Governo está disposto a travar com os trabalhadores das UCPs e Cooperativas e com os seus órgãos, desde os Secretariados das UCPs e Unões até aos Sindicatos Agrícolas! Este é o tipo de política anti-povo e anti-operária do Governo do PS!

O governador civil de Beja não gosta que o povo se manifeste. O governador civil de Beja deseja o regresso da lei de comer e calar. "Sob pretexto de que não tinha recebido qualquer pedido prévio de autorização da manifestação no Governo Civil, o governador civil procurou impedir as concentrações dos trabalhadores, enviando a PSP junto dos responsáveis pela convocação da manifestação que fora decidida numa reunião do Sindicato Agrícola de Beja com elementos dos seguintes sindicatos do distrito: Electricistas, Professores, Função Pública, Metalúrgicos, Comércio, Serviços, Mineiros, Construção Civil, Enfermeiros, Rodoviários e ainda um elemento do STAL e delegados sindicais e comissões de trabalhadores de treze empresas de Beja. A mando do governador civil, a PSP pretendia que os promotores da

manifestação assinassem um documento reconhecendo a ilegalidade das concentrações. Como salientou um membro da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, a ausência do pedido de autorização devia-se à rapidez com que o governador civil mandara montar o dispositivo policial para a entrega de terras.

Durante as concentrações, foi analisada a ofensiva do Governo PS contra os trabalhadores e o não cumprimento do compromisso de diálogo estabelecido para a marcação de reservas naquele distrito.

Os manifestantes tentaram, em vão, contactar com o governador civil de Beja. Os elementos da Câmara Municipal de Serpa que acompanharam as operações efectuaram várias diligências para serem recebidos pelo director do CRRA (que se recusou a falar com o dirigente do município) e no Governo Civil.

Entretanto cresceu o movimento de solidariedade que, de imediato, se fez sentir em torno dos trabalhadores atingidos por mais esta manobra destabilizadora e repressiva. Na União dos Sindicatos de Beja foram recebidas diversas moções de apoio entre as quais de várias empresas de Beja e da cintura industrial de Lisboa e de Setúbal, assim como de outros pontos do país.

A par do aumento de preços de rações, farinhas, pesticidas, gasóleo, vacinas do gado, aumentos decretados ou permitidos pelo MAP, a taxa de juro do crédito agrícola aumenta quase para o dobro em poucos meses! Assim os juros de crédito agrícola que começaram por ser de 6,5 por cento, passaram para 8,5 por cento e recentemente sofreram novo aumento, situando-se nestes termos: empréstimos até 90 dias, juro de 9,75 por cento; empréstimos até 180 dias, 10,25 por cento, e até um ano, juro de 11,5 por cento.

Quase simultaneamente o actual Governo aumentou os impostos e taxas, inventando a taxa de dois centavos e meio por litro de vinho verde e aumentando a contribuição matricial em 80%!

É por estas e por outras do mesmo teor que os pequenos e médios agricultores não embarcam já nas demagogias do MAP e do Governo PS!

Cooperativa surge da união de agricultores de Alqueidão da Serra

Nasceu uma nova cooperativa de comercialização como resultado dos esforços de pequenos agricultores da freguesia de Alqueidão da Serra, no concelho de Porto de Mós, no distrito de Leiria.

Esta cooperativa propõe-se adquirir adubos, pesticidas, sementes e outros produtos agrícolas a mais baixos preços aos fabricantes e vendê-los mais baratos aos seus associados. Mais tarde, a cooperativa projecta adquirir aos associados produtos agrícolas, o que viria a contribuir para os graves problemas de escoamento e garantia de preços que atingem o campesinato da região.

O povo dos Cortiços quer a verdade!

A Comissão de Agricultores dos Cortiços num comunicado recentemente distribuído denuncia veementemente os acontecimentos contra a Cooperativa «Os Pioneiros». Desta denúncia, citamos os seguintes aspectos:

«Todos nós sabemos que estavam as terras ocupadas pelo Cachão e pelo IRA antes do 25 de Abril. Havia terra a monte, como é o caso da Carvalheira e outras. A Ugeira estava quase toda abandonada e com os pomares totalmente secos... Foi porque estas terras estavam abandonadas que o povo da freguesia decidiu formar a cooperativa «Os Pioneiros» para que as terras começassem a produzir e criar mais riqueza e trabalho para o povo».

Quando não havia já desemprego e as terras começavam a produzir como nunca tinha acontecido, «os ricos do concelho, e que nada têm a ver com o povo da freguesia, disseram ao Governo para tirar as terras à Cooperativa e entregá-las outra vez ao Cachão e ao IRA».

«E que vemos nós agora? Mandaram recolher o trigo quando a maior parte dele estava no chão, mandaram misturar no celeiro as sementes de cereais que «Os Pioneiros» tinham seleccionado para o povo da freguesia. Prometeram distribuir terras para hortinhas caseiras e até agora nada. A única coisa que o Cachão e o IRA fizeram foi colhar para si aquilo que é dos filhos da freguesia».

A concluir, afirma a Comissão de Agricultores dos Cortiços:

«O que o IRA e o Cachão querem é ficar com as terras e dominar o povo da nossa freguesia. Basta de mentiras. O povo quer a verdade».

«As terras do nosso termo são pertença do povo da freguesia. O povo da freguesia, se estiver unido, não permitirá que indivíduos estranhos à nossa freguesia venham cá ditar leis e mandar naquilo que é nosso».

Tentáculo da «Carta Aberta» não penetrará no Sindicato Agrícola de Viseu

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu em comunicado à imprensa solicita a divulgação das seguintes decisões tomadas numa recente reunião da direcção sobre as tarefas imediatas em defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores agrícolas:

— Promover e dinamizar a realização de esclarecimento com vista à elaboração de um caderno reivindicativo comum a todos os trabalhadores agrícolas do Distrito;

— Combater e desmascarar a actividade divisionista e partidária que um grupo de politiqueros vem procurando desenvolver junto dos trabalhadores auto-intitulando-se «Comissão Directiva»;

— Proceder judicialmente contra os mesmos indivíduos que abusivamente vêm utilizando o nome do Sindicato;

— Foi decidido igualmente reforçar os bons laços de trabalho e de solidariedade que já hoje existem com os restantes sindicatos agrícolas do País e com o Movimento Sindical Unitário em geral».

Pescadores de Sesimbra trabalham nos campos em defesa da Reforma Agrária

A Cooperativa de pesca «Direito ao Trabalho» em Sesimbra realizou recentemente a segunda jornada de trabalho em solidariedade com a Reforma Agrária. Pescadores de Sesimbra trocaram assim as redes pelo trabalho de apanha de frutos na «Cooperativa de Produção Agrícola Estrela da Liberdade» na freguesia do Faial, em Alvalade.

Independentemente destas iniciativas da Cooperativa «Direito ao Trabalho», no concelho já se realizaram diversas jornadas de apoio à Reforma Agrária.

«Todos nós sabemos que os agricultores proprietários, por lei, não têm direito a Abono de Família. Quer dizer, os agricultores proprietários não tem nenhuma ajuda para criar os filhos e para lhes dar uma educação condigna. Para resolverem esta situação, os agricultores pedem a alguém que lhes passe um documento em que trabalhariam por conta de outrem. Por um lado ficam sujeitos a andar a pedir «favores». Por outro lado é por estas linhas tortas que os agricultores fazem voltar aquilo a quem têm direito — ajuda para criar e educar os filhos.

Por isso nós pedimos: — Abono de Família para todos os agricultores, seja proprietários ou não».

Pretende Integração do Regime Especial de Previdência no Regime Geral

«Todos nós pensamos que não há razão para haver duas Previdências uma para o campo, outra para a cidade. Por isso pedimos: a) Regulamento do disposto no Decreto-Lei n.º 560/76 de 16 de Julho, segundo o qual os agricultores serão progressivamente integrados no prazo de três anos, no Regime Geral da Previdência.

b) Salvaguarda da situação económica, em geral difícil, dos agricultores de futura integração.

c) Participação dos agricultores nos organismos distritais ou locais no novo esquema da Previdência, defendendo ali os interesses das populações rurais.

Pretende Abono de Família para os agricultores proprietários

Pretende que as Casas do Povo sejam centros comunitários de promoção sócio-cultural e de prestação de serviços

«Muitas Casas do Povo estão interessadas como nós na resolução dos problemas da Previdência. As Casas do Povo devem ser centros comunitários de promoção sócio-cultural e de prestação de serviços a todas as populações, cabendo-lhes um papel importante no campo desportivo e na tomada de tempos livres de toda a população.

Pensamos que as Casas do Povo devem: a) Exercer vigilância sobre a actuação das juntas médicas, atribuições de pensões e subsídios e sobre as baixas por doenças.

b) Dirigir os seus esforços para que seja prestada uma melhor assistência médica e medicamentosa — abertura de postos médicos, pessoal médico e de enfermagem, etc.

c) Defender a situação dos funcionários das Casas do Povo na futura integração no Regime Geral.

d) Promover actividades culturais, desportivas e de recreio (bibliotecas, grupos desportivos, teatro, música, folclore, etc.)

e) Realização e concretização de iniciativas de carácter social, (creches, casas da infância, casas de repouso e de velhos, etc.)

f) Conferências e cursos técnicos sobre agricultores.

Isto é o que pretende o MAPRU. Estes são os objectivos de luta do MAPRU. Estes são os mais profundos anseios da população dos campos que aspira por uma melhor Previdência Rural.

Senhorios continuam a usar da violência contra os rendeiros

bois do rendeiro, onde iam a sua mulher e um filho. Enquanto o Manuel Gomes de Figueiredo e a sua companheira ficaram feridos, tendo de ser conduzidos ao hospital, o carro de bois ficou desfeito.

Embora tentasse fugir, o tractorista não o conseguiu devido à presença do regedor da freguesia. Todavia, certo da sua impunidade, ainda lamentou para quem o quis escutar que o rendeiro não tivesse morrido!

Nun comunicado divulgado pela Comissão de Rendeiros de Barcelos em que é denunciado este acto criminoso, é feito um apelo às «autoridades competentes para que casos como este não se venham a repetir e que o proçador destes incidentes seja punido, pois não podemos

O QUE PRETENDE O MAPRU ?

A eleição da direcção e a apreciação de assuntos de interesse para o Movimento: eis o que vai estar em discussão no próximo domingo, dia 16, em Coimbra, no Salão do Inatel, na Assembleia do MAPRU, Movimento de Agricultores por uma melhor Previdência Rural.

Mais uma vez vão estar em debate os problemas dos pequenos e médios agricultores. Mais uma vez se vão fazer ouvir em Coimbra as queixas e protestos de grande parte da população trabalhadora dos campos à espera de uma melhor previdência rural, à espera que o Caderno Reivindicativo do MAPRU, aprovado no I Encontro da Previdência Rural, realizado em Coimbra a 27 de Fevereiro deste ano, seja satisfeito pelo Governo.

Desde Fevereiro até agora, muitos foram os passos dados pelo MAPRU na defesa do direito à saúde e assistência do campesinato. No entanto, como denuncia, o MAPRU na convocatória para a Assembleia a realizar no próximo domingo, o nosso Caderno Reivindicativo ainda está actualizado. E, afinal, o que pretende o MAPRU?

Pretende Reformas e Pensões dignas do ser humano

«Todos sabem que as nossas pensões são uma miséria — 600\$000 e 900\$000 — e ainda por cima não são iguais para todos e são pagas, em geral, com muitos meses de atraso. Estes 600\$000 ou 900\$000 não dão para nada — nós reformados, com mais de 70 anos ou doentes, temos de trabalhar para conseguirmos sobreviver, e os que não podem fazer, têm de viver de esmolas. Só temos a pensão de velhice aos 70 anos, o que é profundamente desumano. Muitas viúvas de agricultores não recebem nenhuma pensão porque os maridos morreram antes de haver Casa do Povo na sua terra.

Por outro lado, muitos agricultores já têm idade para a reforma mas não têm dinheiro para pagar 24 meses de quotas. Esta é a situação de pessoas de idade que toda a vida trabalharam na agricultura, por isso pedimos: a) Reformas e pensões iguais para todos, sejam homens ou mulheres.

b) Pensões para as viúvas de agricultores sem subsídio.

c) Montante mínimo igual a 50% do salário mínimo do trabalhador rural — 1750\$000 para todas as reformas e pensões — quer sejam de velhice, sobrevivência ou invalidez.

Pretende Assistência Médica e medicamentosa — subsídios para os agricultores.

«Em geral, nos agricultores, para irmos ao médico temos de andar quilómetros e quilómetros, e a maior parte das vezes, a assistência médica e medicamentosa é deficiente. A saúde é um direito de todos nós, por isso pedimos:

a) Criação de mais postos médicos com enfermeiros e médicos competentes.

b) Revisão do montante a pagar pelo beneficiário nos medicamentos.

c) Actualização do montante dos diferentes subsídios (doença, morte, aleitamento, tuberculose, maternidade, etc.)

d) Atribuição e pagamento pontual de todos os subsídios.

e) Subsídios iguais para todos — sejam homens ou mulheres.

edições partituras

Konstantin Zaródov

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin Zaródov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, defendendo-se nas análises das três lutas revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

JÁ A VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 90\$00

CDL e distribuição



As manifestações dos obreiros da Reforma Agrária comprovam o erro da política do MAP. Na foto: manifestação em Pias anteontem

MOVIMENTO POPULAR

Cooperativa de consumo de Cabeção

A Cooperativa de Consumo Popular de Cabeção, constituída em Fevereiro de 1976, só pode tornar-se uma realidade com o apoio financeiro (e não só) dos sócios que desde a primeira hora lutaram pela sua criação, conscientes das vantagens que daí adviriam para a colectividade.

Ano e meio passado sobre a sua fundação, vão os corpos gerentes da Cooperativa iniciar o pagamento dos empréstimos dos seus associados. Dado porém que a verba disponível não é suficiente para um pagamento único, este ir-se-á processando fracionadamente, por ordem de inscrição dos sócios.

O jornal do Bairro Alto

Por iniciativa da Comissão de Moradores da freguesia da Encarnação, tem vindo a ser publicado regularmente o «Jornal do Bairro Alto», distribuído gratuitamente pelos moradores. O número 4 deste jornal popular, aberto à participação e colaboração de todos, é dedicado à operação de limpeza desencadeada naquela zona, bem como ao apoio prestado pela população aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Também por iniciativa daquela comissão de moradores foram vendidos durante os meses de verão numerosos produtos originários da Reforma Agrária. Conforme esclarece o boletim dos moradores, o movimento desta venda rondou os 19 contos, pelo que foi decidido continuar a venda regular, estando já a ser criada uma comissão específica para tratar desta questão.

Reformados fortalecem a sua organização

Foi recentemente eleita, em plenário, a Comissão de Reformados de S. Vicente de Fora.

No decorrer da reunião foi aprovada uma moção pedindo a intervenção do general Ramalho Eanes junto do Governo Constitucional para que sejam revogadas as leis da Reforma Agrária e indemnizações recentemente aprovadas, bem como a portaria 94/77.

A moção chama ainda a atenção do Presidente para a urgente necessidade do Governo tomar medidas que assegurem a tranquilidade e defesa de todos os trabalhadores de maneira a dar-lhes uma velhice digna, sem miséria e fome.

Concelho de Almada

UM ASSOCIATIVISMO POPULAR COM RAÍZES PROFUNDAS

Nesta margem esquerda do Tejo, muito cedo as suas gentes aprenderam a dar solução aos mais prementes e gritantes problemas. Vizinha pobre de Lisboa, e quantas e quantas vezes abandonada pelo poder central, os habitantes desta terra tomaram nas suas próprias mãos a resolução de mil satisfações que lhe eram devidas. Nasce deste modo o movimento associativo nestas terras de Almada, comunhão social sempre renovadora e que ao longo dos anos operou prodígio — afirmou Romeu Correia, aquando da tomada de posse da Assembleia Municipal de Almada.

Efectivamente as populações de Almada, durante os longos anos de obscurantismo e repressão estabelecidos pela ditadura fascista, procuraram nas cooperativas e outras associações populares a resolução de muitos dos seus problemas. Em defesa da classe operária, e de todos os explorados, apareceram à frente dessas cooperativas e associações populares comunistas e outros antifascistas consequentes. Fundam bibliotecas, organizam cursos de cultura geral, grupos de teatro, etc. Contra a política ferocemente obscurantista de Salazar e Caetano mantêm em actividade as suas bandas de música.

Ao longo desses anos procuram atrair para uma actividade de sã camaradagem, as camadas jovens que o fascismo arrastava para uma alienante disputa futebolística. Em 1945, com a vitória das forças aliadas sobre o fascismo, as bandas de música, embora sem fardamento, vêm para a rua, para as grandes manifestações de massas. A classe operária, mais do que uma vitória sobre a Alemanha nazi, festejava a grande vitória do Exército Vermelho sobre as hordas hitlerianas. As bandas almadenses tocavam pela primeira vez, depois da implantação do fascismo, a Internacional. Comemoraram uma vitória do trabalho sobre o capital, não a vitória dum exército sobre outro, mas sim a vitória dum sistema sobre outro totalmente antagónico, saudavam o Socialismo.

Com o desenvolvimento e a grande implantação do nosso Partido, os comunistas começaram a ocupar cargos de responsabilidade nas colectividades, num reconhecimento de uma dedicação e capacidade de trabalho, a que nunca regatearam esforços nem sacrifícios.

Essa actividade, cada vez mais diversificada, exigia uma coordenação e orientação. Assim em 1954 o Partido cria um organismo voltado para o trabalho nas colectividades. Já antes, sobretudo com a fundação do MUD Juvenil, se tinha criado, a nível unitário, uma comissão concelha das comissões culturais.

E de destacar a enorme actividade das bibliotecas da Academia Almadense e da Incrível Almadense, nos anos de 1945 a 1950, em que contaram com a colaboração do saudoso camarada Alberto de Araújo que, apesar de gravemente doente pelos longos anos de responsabilidade nas colectividades, num reconhecimento de uma dedicação e capacidade de trabalho, a que nunca regatearam esforços nem sacrifícios.

União Artística Piedense (SFUAP), Desportivo da Piedade, Liberdade, União Pragaleense, etc. Toda esta actividade, que não agradava de modo algum ao fascismo, foi várias vezes ameaçada e a tenebrosa PIDE fez sentir a sua acção: assalto e apreensão de livros e discos nas bibliotecas da Incrível, Academia e Cooperativa Piedense, intimidações, proibições, prisões e tortura.

Em 1958 os elementos do organismo das colectividades são presos e julgados sendo condenados, cada um deles, a cerca de seis anos de prisão. Em 1967 os membros da comissão das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, que vinham desenvolvendo um trabalho cultural e político notável, são igualmente presos e condenados a vários anos de prisão. No ano seguinte o facista Orlando Soares — que conseguiu atingir a presidência da SFUAP mercê da repressão que se abateu sobre os elementos mais activos nas associações almadenses e à custa de promessas e obras de fachada, como é o caso da piscina do Piedense que, em cerimónia efectuada recentemente, foi reaberta à população da Cova da Piedade após a conclusão da primeira fase das obras de melhoramento (levantamento do fundo) — é expulso de presidente da SFUAP.

Os homens honestos de Almada não queriam, nem querem, fascistas à frente das suas colectividades e os comunistas estiveram na primeira linha para a expulsão daquele reaccionário e perigoso «bufo».

Muitos homens que passaram pelo trabalho nas colectividades, na luta contra a repressão salazarista e caetanista, criaram uma elevada mentalidade política. Assim não é de estranhar que,

DELEGAÇÃO DO CONSELHO DAS COMUNAS DA EUROPA RECEBIDA NO CENTRO VITÓRIA

Por iniciativa do Conselho das Comunas da Europa, encontra-se de visita a Portugal uma delegação composta por 134 representantes de autarquias locais de diversos países da Europa capitalista.

Durante a sua estada no nosso país, a delegação efectuará reuniões com responsáveis das Câmaras Municipais de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Viana do Castelo, para além de encontros de um grupo restrito da delegação com os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna.

Contudo, na sua deslocação ao nosso país, esta delegação não terá oportunidade de visitar nenhum município do Sul do país, o que impossibilitará os membros que a compõem de fazerem uma ideia concreta do modo de funcionamento dos órgãos do

CURSO DE QUADROS NO ALGARVE PARA TRABALHO NAS AUTARQUIAS

No seguimento da campanha que o nosso Partido vem levando a cabo em todo o país para formação e esclarecimento dos camaradas e amigos que trabalham nos órgãos de poder local, a DORAL realizou no passado fim-de-semana, no Centro de Trabalho de Faro, o 1.º curso de quadros sobre o trabalho das autarquias.

No curso, que contou com a colaboração de camaradas da Comissão para o trabalho das autarquias locais junto do Comité Central, participaram

também técnicos algarvios simpáticos do PCP, representantes da DORAL e dezenas de camaradas e amigos eleitos pela FEPU.

Importância e enquadramento político dos órgãos de poder local; legislação sobre as autarquias; a futura Assembleia distrital de Faro; relações com o poder central; problemas de habitação, urbanismo, política de solos; saneamento básico, saúde, educação, cultura, recreio, desporto; e a ligação das autarquias com o movimento

popular, foram os principais temas abordados durante o curso.

A participação activa e viva e riquíssima troca de experiências entre os participantes, demonstraram claramente a importância deste tipo de iniciativas, cuja continuidade foi unanimemente defendida.

Das conclusões do encontro, importa salientar a firme disposição dos eleitos da FEPU em continuarem a defender o que lhes parecer mais justo e mais correcto para

os interesses das populações e sempre em estreita colaboração com estas. No plano administrativo, foi igualmente reafirmada a disposição de prosseguir a defesa intransigente da descentralização do poder, bem como a luta pela reforma administrativa do país.

A próxima reunião de vereadores da FEPU e outros responsáveis autárquicos do Algarve está já marcada para o dia 22 do corrente mês, às 15 horas, na Câmara Municipal de Albufeira.

UMA NOVA FASE NA LUTA CONTRA OS DESPEJOS

O direito à habitação e os graves problemas com que se debatem largas dezenas de milhares de famílias vítimas de «despejos» ou que se encontram numa situação instável e indefinida, foram os temas abordados durante uma conferência de Imprensa realizada anteontem, pelas Comissões de Moradores de Santa Isabel, Santo Condestável, 2 de Maio (Ajuda), Alcântara e Ameixoeira.

No documento então distribuído, as referidas Comissões de Moradores salientam a necessidade de legalizar e regularizar as situações criadas pelas ocupações de casas, reconhecendo embora a existência de alguns casos de manifesto oportunismo.

O comunicado considera, porém, que as leis emanadas pelo actual Governo sobre esta matéria (Decretos-Lei n.º 293

e 294/77) visam dificultar ou mesmo impossibilitar a regularização pelos «ocupantes» das ocupações havidas. Por outro lado, é lamentável que as opiniões dos principais interessados («ocupantes» e Comissões de Moradores) não tenham sequer sido tomadas em consideração.

Estes decretos foram ainda agravados — afirma o comunicado — com a introdução dum rectificação saída no «Diário da República» de 12 de Setembro e que vem alterar fundamentalmente o modo de convocar o senhorio para a celebração do contrato de arrendamento, que passa agora a ser convocado através de notificação judicial, o que implica intervenção dum advogado e pagamento por parte do inquilino de elevados custos ao tribunal, agravada com a dificuldade de obter vagas nos notários de Lisboa.

Passando depois a analisar a actuação da Associação de Inquilinos de Lisboa na resolução deste problema, o comunicado acusa a AIL de prosseguir formas de luta tendentes a conduzir os «ocupantes» para becos sem saída, isolando-os dos outros moradores e conduzindo-os a uma situação de desespero, em que facilmente seriam arregimentados para acções aventureiristas que levariam à criação de conflitos e focos

de tensão, prejudicando a sua luta e beneficiando as forças da reacção.

Assim, foi dentro deste espírito que num plenário realizado no passado fim-de-semana no Instituto Superior Técnico surgiu por parte de algumas Comissões de Moradores uma proposta (aceite e defendida pelos ocupantes) de formação dum comissão que englobaria para além da própria AIL, Comissões de Moradores, «ocupantes» e elementos dos órgãos de poder local.

Lamentavelmente, face a esta proposta a AIL decidiu retirar-se da reunião que ela própria convocara, demonstrando assim a sua falta de confiança nos objectivos que diz defender.

Conforme foi divulgado na conferência de Imprensa, esta Comissão propõe-se desenvolver as únicas formas de luta possíveis para a normalização e regularização da situação dos ocupantes:

— Alertar e sensibilizar a opinião pública e órgãos do Poder Local para a situação criada pelo despejo de milhares de famílias que serão lançadas na rua sem possibilidade de encontrarem uma casa onde se abrigar, o que contraria o espírito da Constituição da República Portuguesa.

— Desenvolver esforços junto aos órgãos de Poder (Ministério de Justiça, Presidente da República, Conselho Superior da Revolução e Assembleia da República) no sentido da publicação urgente de um

decreto-lei que satisfaça as reivindicações mais urgentes e sentidas pelos «ocupantes», nomeadamente: prorrogação do prazo indicado no Decreto-Lei n.º 294/77; isenção de custas no notário; a convocatória ao senhorio passar a ser feita através de notificação extrajudicial, não implicando necessidade de advogado nesta fase.

— Trabalhar no sentido de que sejam tidas em conta igualmente os casos de ocupações justificadas, posteriores a 14 de Abril de 1975, data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 198-A/75.

— Dado que o Governo carece de competência para anulação do contido no referido decreto, serão desenvolvidos esforços junto ao órgão competente, a Assembleia da República, através de contactos com os Grupos Parlamentares.

— Mobilizar todos os interessados («ocupantes», Comissões de Moradores e elementos dos órgãos de Poder Local) para a participação na resolução deste problema.

Neste sentido, as Comissões de Moradores que vimos citando convocam todos os «ocupantes», Comissões de Moradores, a Associação de Inquilinos Lisbonense e população em geral a participarem num plenário a realizar no próximo sábado, dia 15, às 16 horas, no Teatro Vasco Santana (junto à Feira Popular).

FEPU APELA À UNIDADE NA LUTA CONTRA LIMITAÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A ofensiva de sectores de certas forças políticas contra as liberdades e a ausência de uma real política de descentralização, por parte do Governo, foram os aspectos considerados mais salientes da actual situação existente nos órgãos de poder local, no decorrer da última reunião da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido.

No comunicado distribuído no final da reunião, recorda-se que a ofensiva contra as liberdades democráticas se tem caracterizado pelo arranque de cartazes, remoção de disticos, proibição de propaganda sonora, e mesmo detenção de cidadãos no uso do direito constitucional de propaganda. A propósito, salienta-se que só a Assembleia da República pode regulamentar o exercício das liberdades e que todas as normas contrárias ou restritivas dos direitos, liberdades e garantias

consagrados na Constituição foram automaticamente revogados com a entrada em vigor da nova Lei Geral (art.º 293.º).

O que significa, muito claramente, que todas as manobras restritivas dos direitos e liberdades dos cidadãos que têm vindo a ser desencadeadas por alguns órgãos de poder local são ilegais.

E com preocupação que a FEPU regista tal facto, o qual não deixa de demonstrar inequivocamente as dificuldades com que se debatem os que querem impor a actual política de liquidação ou limitação do alcance das conquistas de Abril consagradas na Constituição.

Quanto à ausência de uma política de descentralização, a FEPU constata que o Governo continua a não cumprir as leis da Assembleia da República sobre distribuição de verbas às autarquias locais. Recorde-se que, através do art.º 6.º da Lei n.º 60/77, o Governo estava obrigado a publicar, até 31 de Agosto, um plano complementar que deveria incluir as verbas que não tinham sido, ilegalmente, incluídas no plano anterior. Ao não publicar este plano, que deve ser previamente submetido à discussão das assembleias distritais, o Governo não só reafirmou o seu desrespeito pelas deliberações da Assembleia da República, como mantém, ilegalmente, a possibilidade da distribuição arbitrária e eventualmente

discriminatória dos dinheiros públicos às autarquias.

Com base na análise da actual situação, a FEPU decidiu propor aos seus eleitos, eleitores, activistas e organizações locais, os seguintes objectivos e tarefas imediatas:

Reforço da unidade entre todos os eleitos verdadeiramente interessados em resolver os problemas locais; Luta contra a limitação das liberdades democráticas; Luta para que o Governo cumpra as leis da Assembleia da República no que toca à distribuição de verbas aos municípios; Luta pela aprovação de um novo regime de finanças locais conforme a Constituição; Luta pela instituição, no mais curto prazo, das Regiões Administrativas com a consequente realização de eleições regionais; Reforço das organizações populares de base territorial e de outras organizações locais e da sua participação na administração local; Luta pelo funcionamento eficaz e regular das Assembleias Municipais e de Freguesia, evitando discussões estérteis, debatendo os problemas locais e forma mais adequada para os resolver e encontrando os pontos de unidade entre os eleitos interessados no progresso das suas terras.

A FEPU manifesta ainda a sua convicção de que a gestão democrática das autarquias locais, malgrado todas as dificuldades, continuará a contribuir da forma mais positiva para o reforço da unidade popular e de todos os democratas interessados na construção de uma vida melhor na nossa Pátria.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

O cúmulo da originalidade

Em S. Pedro da Cova, como de resto em todo o país, resolver o problema da habitação é uma necessidade urgente. Debatida a questão no decorrer de uma sessão da Assembleia de Freguesia, verificou-se que o respectivo presidente, do PS, pretendia proceder à construção de casas num terreno com óptimas condições para a agricultura. Face aos justificados protestos da população, o dito presidente apresenta uma «ideia luminosa» para resolver o diferendo: «Constroem-se as casas nos campos e depois metem-se as máquinas nos montes e fazem-se novos campos!»

Fantástico, não é verdade? Se não fosse uma situação bem real e grave, esta «solução» que atinge as raízes do absurdo poderia ser contada como uma boa piada para atestar a «capacidade» de certos responsáveis autárquicos.

Malgrado os protestos populares e a existência de grandes extensões de terrenos expropriados às minas de carvão de S. Pedro da Cova que poderiam ser utilizados para construção, e não obstante a posição do insuspeitável MAP, que fez já notar que os Decretos-Lei n.º 365/75 e 357/75 impõem às câmaras municipais a obrigação de reterem o Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário daquele ministério os projectos de construções a aprovar, a fim de evitar abusos, «por vezes escandalosos, como o que sucede agora em S. Pedro da Cova», o presidente da Câmara de Gondomar e o presidente da Junta de Freguesia têm insistido em construir em campos ricos de produção de milho e vinho.

Para além da ilegalidade desta pretensão, há ainda a salientar que os pequenos agricultores proprietários dos terrenos em questão não têm outro modo de sobrevivência para além do trabalho da terra.

Será destruindo a riqueza agrícola, lançando trabalhadores no desemprego e fazendo letra morta da legislação vigente que estes eleitos pelo PS defendem os interesses das populações, como tão bem souberam prometer durante a campanha eleitoral?

Férias grandes em Queluz

Por razões completamente desconhecidas da população, a presidente da mesa da Assembleia da Freguesia de Queluz, Aida Rosa, do PS, ainda não convocou a assembleia após o período normal de férias, embora legalmente o devesse ter feito no dia 15 de Setembro.

Passado praticamente um mês sobre o prazo legal e não obstante os inúmeros protestos de diversas comissões de moradores e de democratas membros daquele órgão autárquico, o responsável pela convocação da assembleia não se dignou sequer a dar qualquer justificação sobre o assunto.

Entretanto, e enquanto assim se atropela a legalidade, importantes assuntos aguardam solução, como é o caso do Plano de Actividades da Junta, sem a aprovação do qual não será possível resolver muitos dos problemas que mais afectam a população.

De férias todos gostam, claro. Mas pelos vistos há quem exagere, chegando mesmo a esquecer-se de que foi eleito para trabalhar...

Saneamento básico em Odemira

Foram já a concurso as obras para a instalação das infra-estruturas necessárias ao fornecimento de águas e dos esgotos na freguesia de S. Teotónio. Também em Vila Nova de Milfontes, onde durante os meses de Verão se verificam numerosas deficiências no abastecimento de água, devido à afluência de milhares de veraneantes, foi a concurso a obra que garantirá o reforço do caudal de água.

Enquanto uns prolongam as férias e outros cometem ilegalidades, nas autarquias dirigidas por democratas trabalha-se. Um exemplo que as populações não deixarão de ter em conta.

Mais um «golpe do PPD»

O secretário da Junta de Freguesia de Faro (Mirandela), eleito da FEPU, estava demissionário. Vai daí, os elementos do PPD que compõem aquele órgão decidiram substituí-lo por um dos seus «social-democratas». Sem sequer se darem ao trabalho de convocarem a Assembleia de Freguesia.

Golpismo? Que ideal Pluralismo, pluralismo...

O Povo põe e o PPD dispõe?

Por decisão do (pelos vistos) plenipotente presidente da Câmara Municipal de Monchique, José Nobre Furtado, do PPD, foram «saneados» do cargo de vereadores os dois representantes do PS no município.

É certo que a Lei estabelece que é a Câmara, e não o presidente, quem pode decidir a perda de mandato; que no caso dos membros da assembleia municipal ou da assembleia de freguesia a perda de mandato ocorre quando os vereadores faltam a seis reuniões consecutivas ou a duas sessões consecutivas, respectivamente. Mas isso que importa aos «democratas» do PPD?

A «decisão» de saneamento surgiu na sequência de um recente requerimento dos vereadores do PS e da FEPU para a realização de uma reunião extraordinária da Câmara. O todo poderoso presidente pluralista não esteve com meias medidas e mandou arquivar o pedido alegando que, por decisão sua, os vereadores socialistas tinham perdido o mandato, dado que haviam abandonado uma reunião da edilidade.

Tão simples, como se vê. Pelos vistos para o PPD, o povo põe (neste caso elega) e o PPD dispõe.

É claro que os «saneados» já interpuzeram recurso judicial. Uma maçada, essa coisa de haver leis, que já não deixam um presidente sanear à vontade.

Códigos fascistas contra democratas

As audiências do já tão falado julgamento de nove democratas acusados por exercerem um direito consagrado na Constituição, recusando-se a pagar multas pelo exercício desse direito, trouxeram ao Tribunal Municipal do Porto os relentos de uma situação que muitos democratas julgavam enterrada com o fascismo. A desenterrá-la apareceram os edis da Câmara Municipal do Porto, ressuscitando uma portaria com a qual o fascismo se defendia.

Na véspera do início do julgamento, o Comité Local do Porto do Partido emitiu um comunicado de denúncia, acentuando que, «tal como o PCP o previra, o agravamento da política do Governo contra os trabalhadores iria por em causa as próprias liberdades». O governo, como frisa o CLP, além de impedir a divulgação através dos meios de comunicação social do amplo movimento de protesto contra a sua política, «tentou ainda impedir outras formas de expressão através das suas posições nas Câmaras Municipais».

Depois de sublinhar que a Constituição da República é clara a este respeito, não consentindo qualquer restrições ou regulamentações do exercício da liberdade de propaganda dos cidadãos (art.º 37.º), o documento denuncia que a edilidade portuense não o entendeu assim e fez reviver códigos municipais caducos, instrumentos do regime fascista, com base nos quais mandou deter cidadãos, aplicar multas e reter material de propaganda». A terminar, o comunicado «apela para a defesa intransigente das liberdades dos cidadãos, conquistadas com o 25 de Abril», esperando «que estes julgamentos se saldem na recusa da arbitrariedade cometida».

Breznev denuncia a propaganda anti-soviética

«TENTAR OPOR O PARTIDO AO POVO É O MESMO QUE OPOR O CORAÇÃO AO RESTO DO ORGANISMO HUMANO»

“Adoptamos esta Constituição na véspera do 60.º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro. Não se trata de uma simples coincidência cronológica de dois acontecimentos capitais na vida do país. Existe entre eles uma conexão infinitamente mais profunda. Podemos dizer que a nova Constituição aparece como a síntese do balanço de 60 anos de desenvolvimento do Estado soviético. Ela testemunha de uma forma clara que as ideias proclamadas em Outubro, os ensinamentos de Lênine, se concretizam na vida” — declarou o camarada Leonid Breznev na sessão extraordinária do Soviete Supremo da URSS de 4 de Outubro.

Neste momento o povo da URSS tem já a sua nova Constituição. Uma Constituição que consagra o triunfo das relações sociais socialistas e abre o caminho à completa maturação da sociedade socialista desenvolvida, passo indispensável na passagem à sociedade comunista.

Do longo caminho percorrido falam-nos os números que testemunham o crescimento económico e material do socialismo na URSS desde a adopção, em 1936, da última Constituição. Por exemplo, o volume de produto nacional bruto que corresponde a 1936 é obtido hoje em menos de um mês. O nível de vida dos soviéticos também melhorou radicalmente. Em 1936 foram construídos 14,9 milhões de metros quadrados de superfície habitável, em 1977 este número ultrapassará os 110 milhões. Em 1936 os subsídios e facilidades concedidos aos cidadãos pelos fundos sociais de consumo eram cerca de 21 rublos, actualmente atingem os 382 rublos.

A discussão nacional do projecto da lei fundamental processou-se ao longo de

4 meses. No total participaram cerca de 140 milhões de pessoas, ou seja, mais de quatro quintos da população adulta do país. Realizaram-se por todo o país quase um milhão e meio de reuniões — a mais ampla actividade popular registada na URSS, impossível de comparar com qualquer país capitalista. Neste período houve mais de 450 000 reuniões públicas do Partido, em que se pronunciaram mais de três milhões de pessoas. O projecto foi examinado e aprovado por todos os soviets, desde os soviets rurais aos soviets supremos das Repúblicas Federadas. Contam-se ainda inúmeras cartas de cidadãos soviéticos.

UMA CONSTITUIÇÃO QUE É OBRA COLECTIVA DE TODO O POVO

O balanço político fundamental desta discussão, como sublinhou L. Breznev, é que “os soviéticos disseram: eis a lei fundamental que esperamos. Uma lei que traduz justamente as nossas

conquistas, os nossos projectos e as nossas esperanças, define correctamente os nossos direitos e os nossos deveres. Fixando o que já foi alcançado, ela abre as perspectivas para o desenvolvimento posterior da construção da sociedade comunista”.

O debate em torno da nova Constituição soviética, não exprime só a profundidade da democracia socialista, representa também uma imensa vitória do socialismo: ter criado um homem novo, que considera os interesses do Estado e de todo o povo como nos seus próprios interesses. O poder dos soviets venceu a desconfiança das massas em relação a tudo o que se prende com o Estado, herdada dos tempos da exploração.

No total, receberam-se 350 000 propostas de emenda, que em muitos casos, como é normal, coincidiam. A Comissão Constitucional recomendou a introdução de alterações em 110 artigos do projecto, e a introdução de um novo artigo.

O maior número de propostas referiam-se



Leonid Breznev

à questão fundamental do papel do trabalho no socialismo, ou seja a afirmação clara da sociedade como uma sociedade de trabalhadores. Houve também sugestões no que respeita à base social do Estado soviético, como uma união indissolúvel entre a classe operária, o campesinato kolcosiano e a intelectualidade popular. Houve camaradas que sugeriram igualmente precisar melhor formulação do artigo relativo à base do sistema económico da URSS, que é a propriedade de Estado e a propriedade kolcosiana e cooperativa. Foram tomadas em consideração propostas de emendas relativas ao papel e importância dos colectivos de trabalho, à punição de

pessoas que se recusam a trabalhar, disposições referentes ao dever dos cidadãos de salvaguardar os bens nacionais, ao dever mútuo de assistência entre pais e filhos. Foi introduzido um novo artigo sobre as sugestões dos eleitores, cuja importância se pode bem avaliar pelo número de sugestões satisfaitas só nestes dois últimos anos: 700 000. A idade de ilegitimidade: 18 anos, salvo para o Soviete Supremo da URSS, para que se fixou os 21 anos — surge como uma das questões muito debatidas. E ainda, no que respeita à política externa leninista da URSS, salientou-se o desarmamento geral e completo como aspiração fundamental da URSS.

A discussão em torno da nova Constituição soviética teve também repercussões internacionais. O projecto constitucional — hoje lei fundamental da URSS — foi debatido nos países socialistas, cujas constituições reflecte neste ou naquele aspecto, representando assim um elemento mais da experiência colectiva na edificação do Estado socialista. Foi debatido pelos partidos irmãos dos países capitalistas. Foi debatido pelos jovens Estados recentemente libertados do jugo colonial. Foi igualmente debatido — e amplamente deformado — pela imprensa capitalista.

“Os organizadores da propaganda imperialista inquietaram-se visivelmente

quando a discussão da nossa Constituição assumiu uma amplitude internacional — afirmou o camarada Leonid Breznev — foram sobretudo as disposições relativas aos direitos, às liberdades e aos deveres dos cidadãos soviéticos as mais violentamente atacadas”.

Um campo muito escorregadio para a propaganda imperialista.

“Quais são os verdadeiros direitos e liberdades garantidos às massas trabalhadoras pela sociedade imperialista contemporânea?”

“O ‘direito’ de dezenas de milhões de trabalhadores ao desemprego? Ou o ‘direito’ dos doentes de ficar sem assistência médica porque os seus custos ultrapassam as suas possibilidades? Ou o ‘direito’ das minorias nacionais a uma discriminação humilhante no trabalho e na instrução, na vida quotidiana e política? Ou, talvez, o ‘direito’ de viver no medo permanente de todo-poderoso mundo da criminalidade organizada e de ver como a imprensa e o cinema, a televisão e o rádio, se esforçam por educar a jovem geração no egoísmo, na crueldade e na violência?”

Centrando os seus ataques no domínio difícil dos “direitos humanos”, o imperialismo foge ao tema central que se propõe, e desnuda um pouco as suas intenções lançando-se contra as disposições da nova

Constituição que justamente afirmam que os direitos e liberdades são inseparáveis dos deveres, o que significa também que nenhum cidadão poderá utilizar as liberdades para as utilizar contra os interesses da sociedade e do Estado.

Dois outros focos de ataque: uma incompreensão relativa ao carácter dialético do desenvolvimento da sociedade socialista, a transformação da estrutura do Estado, de ditadura do proletariado em Estado de todo o povo (crítica em que se envolveram também alguns camaradas do movimento operário internacional); o papel crescente do Partido.

“Tentar opor o Partido ao povo — afirmou Breznev — falar de ‘ditadura do Partido’, é a mesma coisa que opor, digamos, o coração ao resto do organismo humano”.

“A medida que os soviéticos vão resolvendo as tarefas cada vez mais complexas e importantes na construção do comunismo, crescerá o papel do Partido Comunista. E daí resultará, não a limitação, mas o aprofundamento da democracia socialista, em toda a total concordância com o programa do nosso Partido”.

Palavras incompreensíveis para os ideólogos burgueses. Mas factos incontestáveis para os trabalhadores, para o povo soviético, a que a nova Constituição confere um peso ainda maior.

Propostas soviéticas na ONU

DESANUVIAMENTO: A TAREFA MAIS URGENTE

O fim da corrida aos armamentos, em primeiro lugar o armamento nuclear, o desarmamento, a eliminação da ameaça da guerra, constituem, neste momento, a tarefa mais urgente da nossa época. Uma tarefa que se coloca a cada país, a cada povo, a todos nós. Uma tarefa que se coloca particularmente em todas as reuniões internacionais, em todos os encontros bi e multi-laterais.

No dia 20 de Setembro iniciaram-se os trabalhos da XXXII sessão da Assembleia-Geral da ONU. Com uma nota positiva, que representa mais uma vitória das forças progressistas: a admissão da República Socialista do Vietnam, que o veto dos EUA tinha até agora impedido de ocupar o lugar que lhe é devido na orgânica internacional. Que representa por outro lado um reforço das forças progressistas na ONU.

Nesta sua sessão — reforçadas as possibilidades de acção e a capacidade de decisão das forças empenhadas na paz e num clima de desanuviamento internacional, com o Vietnam,

e também com os novos países africanos — foi proposto pelo Comité Geral da Assembleia, a discussão de várias iniciativas de paz soviéticas, de que se destaca a proposta de conclusão de um tratado mundial de não-utilização da força nas relações internacionais. A questão da Conferência Mundial de Desarmamento, igualmente de iniciativa da URSS, está já incluída na ordem de trabalhos.

As propostas soviéticas foram apresentadas ao secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, numa carta do camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da

União Soviética, acompanhada de dois projectos de declaração, sobre o desanuviamento internacional e a prevenção contra o perigo de uma guerra nuclear.

“Ao assinalar os êxitos da causa do desanuviamento internacional devemos, porém, considerar que nos encontramos apenas no início do processo de reformulação das relações internacionais. — destaca Gromyko na carta ao secretário-geral da ONU.

Numa série de regiões do mundo o panorama está, ainda, agitado: — No Médio Oriente mantém-se uma situação de

crise prolongada e em perigo constante de explosão;

— Continua a existir um perigoso foco de tensão em Chipre;

— Os baluartes do colonialismo e do racismo no sul da África representam uma séria ameaça à paz internacional;

— O colonialismo constitui uma fonte de agressão contra os países independentes de África;

— As desigualdades e discriminações que ainda se mantêm nas relações internacionais criam enormes obstáculos na via para a normalização da conjuntura internacional;

— Finalmente, é preciso considerar que as perspectivas de saneamento do clima internacional despertem a activação dos círculos reaccionários e militaristas, os quais se esforçam por fazer recuar o mundo até aos tempos da «guerra fria»,

esforçando-se por acelerar, ainda mais fortemente, a corrida aos armamentos, criando um ambiente de psicose bélica.”

E Andrei Gromyko salienta:

“A tarefa do aprofundamento e da consolidação do desanuviamento corresponde à execução por parte das nações de passos construtivos e eficientes que conduzam prioritariamente ao termo da corrida aos armamentos e ao desarmamento até se chegar a um desarmamento completo sob um rigoroso controlo internacional; à urgentíssima resolução, por meios pacíficos, das situações de conflito e à diminuição da confrontação militar; à conclusão do processo de liquidação dos restos do sistema colonial, do racismo e do apartheid; à reformulação, numa base de justiça e de democracia, das relações económicas inter-

nacionais.

A tarefa de prevenção do perigo de guerra nuclear assume uma importância e uma premência particulares na conjuntura actual. No mundo actual, o desenvolvimento da técnica, incluindo a militar, atingiu um tal nível que as ligações entre diversas áreas se tornam cada vez mais estreitas e qualquer conflito local pode degenerar num vasto confronto.

Daqui resulta uma conclusão indiscutível: é indispensável que todos os países, e em primeiro lugar todos os países que dispõem de armamento atómico, organizem as suas relações de tal modo que o perigo de surgimento, em qualquer parte do mundo, de uma guerra nuclear seja reduzido e, finalmente, eliminado. A este fim, corresponderia a execução urgente de medidas para a contenção da corrida aos

armamentos nucleares.

A União Soviética considera que a Organização das Nações Unidas, cuja principal tarefa consiste em assegurar a paz e a segurança internacionais, deveria dar um novo e fundamental contributo para a causa do desanuviamento internacional e da prevenção do perigo da guerra nuclear. Guiada por estas razões, a União Soviética submete à consideração da Assembleia Geral da ONU o projecto de declaração sobre o aprofundamento e a consolidação do desanuviamento internacional e o projecto de resolução sobre a prevenção do perigo da guerra nuclear.”

As decisões tomadas na ONU não têm um carácter imperativo. São por vezes violadas ou deformadas. Mas constituem sempre uma boa base de trabalho, para novos avanços noutras conversações aos mais

diversos níveis. Não é por acaso que o imperialismo se esforça por impedir o melhoramento da correlação de forças neste órgão internacional, ou lançar a divisão entre forças progressistas, cujo peso é crescente.

A par de outros encontros e decisões, um passo mais para o desarmamento, particularmente o desarmamento nuclear, na ONU, teria importantes repercussões no clima de desanuviamento internacional que os sectores mais militaristas se têm esforçado por fazer recuar aos tempos da guerra fria. Seria uma contribuição importante para a concretização da mais urgente tarefa da nossa época. A inclusão na ordem dos trabalhos da proposta soviética relativa à Conferência Mundial do Desarmamento, é já um primeiro passo a que se deverão seguir outros.

BELGRADO: UMA FRENTE NA BATALHA DA PAZ

A batalha da paz trava-se simultaneamente em várias frentes. Neste momento a frente principal está em Belgrado.

Há já vários meses que a perspectiva de Belgrado determina grande parte das declarações públicas, dos meandros da política internacional. A campanha provocatória dos “direitos humanos”, de facto uma campanha anticomunista destinada a esvaziar de conteúdo a política de coexistência pacífica, tinha também em vista a sabotagem dos trabalhos em Belgrado. Os sectores mais militaristas dos EUA e da NATO têm estado empenhados numa perigosa corrida aos armamentos. Washington esforçou-se no caminho da deterioração das relações, vitais, entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Entretanto, chegados a Belgrado, não são os planos do imperialismo que se estão a concretizar. Não que tenham morrido as intenções e as esperanças depositadas na provocação. Pouco antes da Conferência e no próprio decurso da reunião, reensaiei-se a divagação sobre o batido tema dos “direitos humanos”, da “perseguição” a pessoas que dizem lutar pelo cumprimento dos princípios de Helsínquia. Na imprensa burguesa esta campanha mantém-se. Mas os delegados à Conferência não insistem nela demasiado e de facto o centro dos trabalhos

está colocado no seu devido lugar: o debate global da concretização das determinações de Helsínquia, o debate global do desanuviamento, o esforço que é necessário fazer para uma drástica limitação da produção de armas que prossegue a um ritmo crescente.

Vários factores determinam esta relativa “desistência” no caminho da provocação, em Belgrado.

Pesa, por um lado, a própria realidade dos factos. Os perigos da corrida aos armamentos são demasiado palpáveis para que se possa ignorá-los. Representam uma ameaça de extermínio massiva, que naturalmente não pouparia os senhores do capital e ainda menos o próprio sistema capitalista (se algo restasse sobre o planeta). O retorno a uma política militarista, para além dos fabulosos lucros dos monopólios que se dedicam ao seu fabrico, mais não pode representar hoje que ensaios — extremamente perigosos — para testar a própria capacidade de reacção do socialismo. Uma tentativa de recuperar o terreno perdido no domínio internacional. Washington que, com Carter, Vance e C., tem vindo a sabotar as pontes de entendimentos com a URSS

em questões centrais da política internacional, já recuou nos seus desígnios. Nos dias 22 e 23 de Setembro, teve lugar um importante encontro de Gromyko com Carter e Vance, em que foram debatidas, com espírito positivo, questões tão importantes como a prevenção de uma guerra nuclear, a limitação do armamento estratégico ofensivo, a redução recíproca das forças armadas na Europa central.

Por outro lado, o campo dos “direitos humanos” é demasiado escorregadio para o mundo capitalista, para que resista como base de provocação ao socialismo. Pode o sr. Sakarov e C. multiplicar os apelos ao “mundo livre” para que não desistam da ingerência nas questões internas da comunidade socialista. A verdade é que não só o socialismo não admite, como o sistema capitalista se vê em sérias dificuldades quando são as forças progressistas que passam à ofensiva nesse campo. Então, como ocultar ou diluir questões tão sérias como o desemprego crescente, a inflação, a negação do direito à saúde ou ao ensino, a especulação nos preços da habitação? Isto no domínio dos direitos sociais, de que naturalmente os

propagandistas e ideólogos do capital não falam. Mas também no campo das liberdades políticas e da sua contrapartida: a repressão. Em que posição fica a RFA, onde a prática das interdições profissionais é uma constante, tal como a espionagem política, ou a protecção desferada às organizações neofascistas? E a Inglaterra, depois da denúncia internacional da prática de tortura na Irlanda? E os Estados Unidos, com a montagem de processos crime contra todos os que se opõem à ordem do imperialismo?

A baixa no tom agressivo dos países capitalistas em Belgrado, nada tem a ver com a sua boa vontade, o seu desejo de prosseguir no caminho do desanuviamento. Aliás não é o imperialismo, mas o sistema socialista, as forças progressistas mundiais, que estão plenamente empenhadas na luta pela paz. O facto de o sistema capitalista se esforçar por aparentar o contrário, em nada altera a realidade dos factos.

Há apenas alguns dias, na ONU, o presidente Carter dos Estados Unidos propôs-se diminuir em 50 por cento o arsenal nuclear do seu país, caso a União Soviética procedesse do mesmo modo.

A que corresponde na realidade esta proposta? Em primeiro lugar, os EUA tentam assim, e mais uma vez, surgir como campeões da paz.

A verdade é que a URSS já anteriormente propôs uma redução a 100% sem que Carter tivesse correspondido a tal ideia.

Em segundo lugar, e enquanto avança publicamente com as propostas de redução de armamentos, Washington

reforça a sua capacidade bélica. O projecto do orçamento federal dos EUA, recentemente aprovado pela Câmara dos Representantes e pelo Senado, confirma a tendência de recrudescimento permanente das despesas militares: as despesas previstas para

o próximo ano atingem os 458 milhões de dólares. A imensa soma de despesas militares leva a admitir que se encara a produção de novos tipos de armas, possivelmente a bomba de neutrões.

A discrepância entre palavras e actos por parte do imperialismo é um facto que se

tem que ter sempre presente quando se analisam questões internacionais. O que não significa, de forma nenhuma, que os recuos na ofensiva verbal sejam de desprezar. Pois tais recuos correspondem a uma situação de facto favorável às forças progressistas.

SOVIÉTICOS EM PORTUGAL FALAM DE PAZ E DESANUVIAMENTO

A convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação deslocaram-se a Portugal os especialistas soviéticos Nicolai Pankov, vice-presidente do Comité Soviético para a Segurança e Cooperação Europeias e Alexandre Tchebarian, historiador e vice-presidente do Comité Soviético para a Defesa da Paz.

Na passada sexta-feira, e na véspera do seu regresso à URSS, a delegação soviética participou num debate que teve lugar na Casa da Imprensa de Lisboa e que se inseriu no programa da sua estadia em Portugal, onde tiveram entrevistas com Henrique de Barros, ministro de Estado, Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República e representantes dos Grupos Parlamentares. Carlos Candal presidiu a Mesa, que era constituída pelos dois convidados, Piteira Santos e Silas Cerqueira. Na assistência encontravam-se várias personalidades portuguesas ligadas aos problemas da Paz e Cooperação Europeias no nosso País.

nomeadamente Rui Grácio, Kalidás Barreto, Duarte Vidal, Mário Murteira, João Soares, Macanita Malheiros e ainda Mário Neves, que foi o primeiro embaixador português em Moscovo.

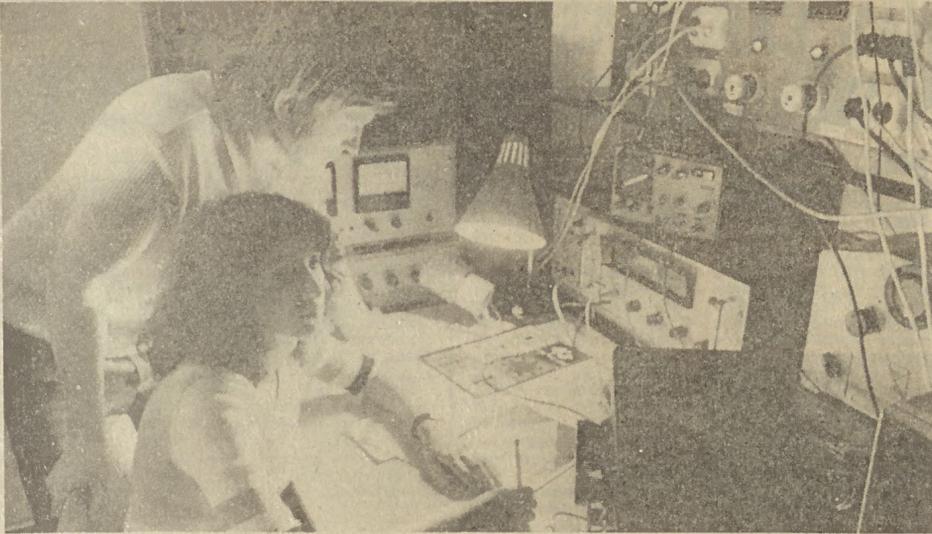
Após exprimir a sua alegria pela possibilidade que teve de se deslocar a Portugal e manifestar agrado pela excelente elaboração do programa da visita — que lhe permitiu tomar contacto com as mais variadas camadas do Povo Português — Nicolai Pankov passou a referir-se à Conferência de Belgrado, considerando-a muito importante para a distensão e o desarmamento militar na Europa e no mundo — questões primordiais para as boas relações entre os Estados.

Seguidamente falou o historiador Alexandre Tchebarian, sublinhando que nestes seis dias em Portugal tivemos muitos encontros, falámos com as mais diferentes camadas da população que revelaram as melhores perspectivas nas relações luso-soviéticas e se mostraram

esperançados na Conferência de Belgrado; a todos os níveis dos encontros (fábricas, empresas agrícolas e terminando no contacto com as autoridades portuguesas) todos disseram que as relações luso-soviéticas se desenvolvem bem e têm importância para o desanuviamento na Europa.

Na sequência dum pedido de Silas Cerqueira para que se fizesse um balanço do cumprimento dos acordos de Helsínquia pelos países socialistas e capitalistas, Alexandre Tchebarian informou que a União Soviética, nestes dois anos que separam as duas Conferências, desenvolveu as suas relações bilaterais (só este ano firmou dez tratados e acordos com outros países, entre os quais Portugal); como o desanuviamento político tem a ver com o aspecto militar, desde a Conferência de Helsínquia a URSS apenas fez 5 manobras militares, para as quais foram sempre convidados observadores ocidentais; firmou um acordo para um gasoduto que vai da União Soviética para os países ocidentais com garantia de

fornecimento por 23 anos; as relações económicas com outros países tiveram grande incremento (com a RFA foram de 36%, com a Grã-Bretanha de 30%, com a França de 80% e com Portugal atingiu-se o máximo 100%); foi facilitado o trabalho de jornalistas estrangeiros na URSS pela concessão de vistos de entrada múltipla; foram editados 1 500 títulos de obras estrangeiras, com uma tiragem total de 60 milhões de exemplares; são comprados actualmente ao Ocidente 150 filmes e postas em cerca 120 peças de teatro outros países; a TV soviética ocupou este ano 3 000 horas do seu tempo de antena com programas estrangeiros, enquanto nos países de Occidente apenas se ocuparam 1 000 horas com programas socialistas; 3 milhões de soviéticos foram ao estrangeiro, enquanto na URSS entraram 4 milhões de turistas; na União Soviética 12 milhões de pessoas aprendem o inglês enquanto Tchebarian, a título de exemplo, referiu que em 10 dias que esteve nos EUA apenas encontrou um norte-americano que soubesse falar russo.



A estreita ligação entre ciência e produção na base da produtividade crescente



Os trabalhadores discutem os problemas do trabalho e da produção

RDA: UM MUNDO FEITO À MEDIDA DO HOMEM

DESCER do avião em Berlim é, antes de mais nada, a sensação de pisar terra de outro mundo: um mundo alheio ao lucro, onde se trabalha e se estuda para melhorar o nível material e cultural dos trabalhadores, onde se constroem cidades para viver, nunca para vender, onde se fala de falta de mão-de-obra e há regozijo com os aumentos de natalidade. Nas palavras, nos gestos, no curso da própria vida, ressalta de imediato uma coisa — a inversão de valores em relação à sociedade capitalista. Um único capital: o homem.

Nos poucos dias de permanência na RDA, será precisamente o carácter profundamente humano do socialismo que mais se nos imporá como uma repressão indelével. Nas pequenas voltas por diversas cidades, nas reuniões, no contacto humano com os nossos acompanhantes. O povo da RDA, os seus trabalhadores, que dão vida a essa trama mestra da sociedade socialista, quase não se apercebem dela. Faz parte do seu mundo, é coisa tão habitual como a hora de levantar todas as manhãs, como o percurso para o trabalho, ou a escola das crianças. Apreciamos-nos nós pelo contraste flagrante com os valores que imperam numa sociedade que — embora em mutação — ainda é a nossa. Salienta-se também no contraste brutal entre o presente e o passado, visível ainda, não só nos museus, não só na memória colectiva que se não quer, porque não deve, apagar, e é transmitida de geração em geração na escola como nas organizações da juventude, mas também nas casas ainda não restauradas, nas marcas dos bombardeamentos, na sombra das salas de tortura, de "experiências" médicas, nas chaminés imensas dos fornos crematórios — fábricas de morte conservadas ao lado das fábricas da vida. Para que jamais seja esquecido o preço

Por LÍGIA CALAPEZ nossa enviada especial

imprevisivelmente levados à prática, e muitas vezes são mesmo ultrapassados. Um dos muitos aspectos que distinguem profundamente a sociedade socialista da sociedade capitalista, onde se multiplicam tradicionalmente promessas eleitorais, visando captar votos e simpatias, onde se tomam decisões sem conta que não serão levadas à prática. Não se trata só de uma questão de boa ou má vontade. A economia capitalista nada tem a ver com as necessidades do homem, mas com a lógica do lucro. Seria impossível determinar: vai-se construir tantos milhares de casas para resolver o problema da habitação e ainda menos, tantas bibliotecas para cobrir o país de uma boa rede que

um mês de salário médio; foi melhorada a situação das mulheres trabalhadoras; tornou-se mais eficaz a ajuda concedida aos jovens casais e às famílias numerosas; os sindicatos contam com um maior número de lugares para férias nas casas de repouso e outras instituições para descanso e divertimento; foram muito ampliados os fundos destinados ao aumento das reformas e outras

prestações sociais. O IX Congresso decidiu o prosseguimento da aplicação destas medidas sociais, ampliando-as e reforçando-as uma vez mais.

Berlim: uma cidade construída para viver

Berlim — e nós falamos unicamente da capital da RDA, Berlim Oeste é um horizonte, uma fronteira, uma ameaça, a preocupação da batalha ideológica, um "paraíso" do desemprego e da inflação que continua a esforçar-se por cumprir o seu papel de montra do capitalismo — Berlim é uma cidade construída pelo e para o socialismo. Não porque não tenha zonas antigas (ainda que não exista nenhum centro antigo), e até mesmo restos de ruínas, mas mesmo essas zonas foram ou estão a ser humanizadas, e o que impera é o novo. Na preocupação de construir para habitar, para facilitar a vida, para dar lugar às crianças. Na preocupação de melhorar — desde os primeiros edifícios de traços monótonos —, de embelezar. Na construção em massa baseada no pré-fabricado — única forma de resolver o problema da habitação. No privilégio da pessoa em relação ao automóvel (invertendo, aqui também, as normas vigentes no capitalismo). No cumprimento dos planos, amplamente debatidos.

Os nossos camaradas da RDA falam-nos do problema da habitação (que o capitalismo não sabe nem está interessado em resolver) na dupla perspectiva dos objectivos a atingir, e das dificuldades, dos problemas, dos aspectos negativos a separar. O problema da habitação é questão central em qualquer cidade. Na RDA, como em vários países da comunidade socialista — o objectivo a atingir é resolver integralmente o problema da habitação até 1990. Quanto aos problemas são ainda muitos. Há casas velhas, cujas fachadas têm que ser restauradas, e os interiores modernizados — o capital destrói belos edifícios antigos para construir arranha-céus que dão maiores lucros, mas o socialismo restaura esses mesmos edifícios, apesar dos elevados custos da restauração, para que as suas cidades sejam mais belas, e nelas esteja também impressa a marca da História. Há zonas em que é preciso duplicar a construção. Mas ninguém — absolutamente ninguém — tem dúvidas de que em 1990 não haverá uma casa antiga não restaurada, não haverá um único apartamento sem casa de banho privativa, não haverá uma família sem casa própria,

com todas as comodidades modernas. Porque é preciso. Porque estão criadas as condições. Porque assim foi estabelecido — e no socialismo, o que é estabelecido será feito. Porque no socialismo os trabalhadores trabalham para si próprios.

Esta a questão central a ser tratada, dentro do programa social em concretização na RDA.

Dentro da lógica do socialismo, a solução do problema da habitação não significa simplesmente construir casas, mesmo que boas casas, casas feitas para viver gente que trabalha. Na lógica do socialismo a solução do problema da habitação significa também: criação de espaços verdes, plantação de árvores e flores, implantação de infantários e parques infantis, construção de pequenos centros comerciais, servindo todos os blocos de habitação. Nenhuma mãe tem que se preocupar em procurar um jardim: o jardim é ao pé da porta e a criança passou lá grande parte do dia ao cuidado das educadoras e empregadas das creches. Fazer as compras essenciais do dia-a-dia significa simplesmente descer as escadas ou o elevador. A solução do problema da habitação significa também transportes frequentes ligados a cada novo bairro que se constrói. Significa limitar — não por meios administrativos, mas pela qualidade dos transportes públicos — o uso do carro individual, que rapidamente transformaria o ar puro de Berlim na mistura viciada que respiramos nas cidades do capital.

Esta é a lógica do socialismo. De tal forma já transformada numa rotina que os camaradas que nos acompanharam na RDA, e se preocuparam em chamar-nos a atenção para os seus planos, as suas dificuldades, os

trabalhadores dos centros de decisão. O capital compraz-se, nesse campo, em fazer comparações entre os dois sistemas. Não refere com frequência os níveis de produtividade pois sabe ser essa uma luta de antemão perdida. Mas proclama que a unidade entre a produção e consumo de massas é a mesma em toda a parte do mundo, ocultando cuidadosamente que no capitalismo a produção é dos trabalhadores e o consumo dos exploradores. E manifesta grande "interesse" pelos problemas, pela saúde dos trabalhadores dos países socialistas que, a seu ver, se esforçam demasiado, naturalmente "obrigados" por um sistema "autoritário".

Como se obtêm, no socialismo, os aumentos de produtividade? Pela racionalização do trabalho, pelo seu maior rendimento, que se baseia também na emulação socialista, na troca sistemática de experiências entre os diversos sectores e empresas, preocupação central de produzir mais e melhor, pela rápida aplicação na indústria dos resultados da investigação científica, pelo aumento permanente da qualificação dos trabalhadores, que se baseia num bom sistema de ensino, na reciclagem, nos hábitos criados de estudo permanente.

"É preciso aumentar a produtividade, mas é difícil aumentá-la ainda mais" — foi-nos também dito. E porquê? Porque no capitalismo a solução é linear: introduzir nova maquinaria e aliar para o desemprego todos os trabalhadores que já não tenham lugar na empresa. E o socialismo não resolve, nem poderia resolver os problemas assim. Não porque se levante sequer a hipótese de desemprego. Não existe desemprego no socialismo. Mas porque não se afasta uma pessoa do trabalho que exerce sem o seu prévio acordo.

Assim, racionalizar a produção não é só uma questão técnica. É particularmente uma questão política. Uma questão de consciencialização dos

trabalhadores dos centros de decisão.

O capital compraz-se, nesse campo, em fazer comparações entre os dois sistemas. Não refere com frequência os níveis de produtividade pois sabe ser essa uma luta de antemão perdida. Mas proclama que a unidade entre a produção e consumo de massas é a mesma em toda a parte do mundo, ocultando cuidadosamente que no capitalismo a produção é dos trabalhadores e o consumo dos exploradores. E manifesta grande "interesse" pelos problemas, pela saúde dos trabalhadores dos países socialistas que, a seu ver, se esforçam demasiado, naturalmente "obrigados" por um sistema "autoritário".

Empenha-se na crescente qualificação de todos os trabalhadores. Porque para o socialismo é vital o crescente nível cultural e de consciência dos trabalhadores. Porque é esse exactamente um dos seus objectivos fundamentais.

Duas lógicas inconciliáveis

Ir a um país socialista com vontade de ver e de aprender, não se ficando pela superfície turística das coisas, significa esbarrar a cada momento com o carácter antagónico dos dois sistemas mundiais — o capitalismo e o socialismo. Isso é claro no simples calçar das ruas. Na inexistência de palacetes e de

política de estabilidade de preços, porque é essa a política do socialismo. Essa a política de uma sociedade cujo objectivo não é o lucro.

Um dos problemas que mais dramaticamente afectam os trabalhadores dos países capitalistas é o desemprego crescente, que acarreta graves dificuldades económicas e veda a uma elevada percentagem da juventude a própria possibilidade de acesso à vida activa.

Na RDA, os estudantes — e todos os jovens são estudantes — um ano antes de terminado o seu curso já sabem qual a actividade e o local de trabalho onde iniciarão a sua vida profissional, e que foi determinado de acordo com as



Um cuidado permanente pelas condições de vida e saúde dos trabalhadores

A realidade entretanto é bem outra, e revela-se no grande esforço colectivo, só possível quando se sabe que se está a trabalhar para o bem comum, para si próprio. Nos primeiros anos do socialismo, os trabalhadores da RDA sabiam não estar a trabalhar, no fundamental, para a melhoria imediata das suas condições de vida. A palavra de ordem era trabalhar para o futuro, e de certa forma para a nova geração. Hoje, já não é assim. A base económica criada, com esse trabalho abnegado, permite passar-se a uma outra fase. Hoje trabalha-se para o presente. Hoje os progressos na produção devem reflectir-se imediatamente no nível de vida, no nível cultural das massas — o que por sua vez tem reflexos em novos aumentos na produtividade de trabalho.

A produtividade do trabalho assenta, de uma forma decisiva, nos próprios trabalhadores, inclusive na sua capacidade de imaginar e elaborar novas técnicas. Naturalmente que no capitalismo os caminhos da produtividade são diferentes. Mas sob o socialismo, é esta a realidade.

Uma realidade que o capital deseja ocultar ou deturpar, mas que salta à vista em factos tão concretos como o carácter massivo do movimento dos activistas.

Activistas são trabalhadores que se destacam pelo seu trabalho, pelos resultados obtidos. Actualmente o movimento de activistas abrange um terço de todos os trabalhadores da RDA. É difícil encontrar exemplo mais elucidativo do interesse das massas trabalhadoras, no socialismo, em aumentar a produção, em trabalhar sempre melhor. Por outro lado, e isso não é menos significativo, o movimento dos activistas não se limita à batalha da produção. Empenha-se no desenvolvimento organizado da vida cultural e intelectual.

bairros de lata. Na pureza do ar. Nos parques infantis, nas árvores, nas zonas verdes que polvilham as cidades. Nos preços da alimentação, do vestuário e brinquedos para crianças, dos livros. Nas salas de espectáculos apinhadas.

Mas torna-se ainda mais nítido quando se tenta aprofundar um pouco as realidades. Na RDA, os preços dos produtos básicos da alimentação (e produtos básicos da alimentação não quer dizer simplesmente pão e batatas), da água, gaz, electricidade, dos transportes, as rendas de casa, não aumentam desde 1945.

Como todos sabemos, pela nossa própria experiência, isto é inimaginável no capitalismo. É uma base indispensável da segurança social.

É verdade que a estabilidade de preços é uma característica do socialismo. Mas nem sempre é fácil. Há produtos que são vendidos abaixo do seu custo — como tudo o que respeita a crianças. Esses produtos são subsidiados pelos fundos sociais. Esse um aspecto da questão. Há entretanto que acrescentar-lhe outros. A economia da RDA, preferencialmente ligada aos outros países da comunidade socialista, mantém também relações com países capitalistas. Isso significa que se resente com os aumentos de preços no mercado mundial. E ressentem-se tanto mais quanto as suas importações se baseiam nas matérias-primas e as exportações na maquinaria. Ora são os preços das matérias-primas que mais têm aumentado. Em contrapartida, as empresas capitalistas compram cada vez menos máquinas, enredadas como estão na crise global do sistema.

Nas suas campanhas provocatórias, a RFA tem repetido inúmeras vezes: "agora é impossível evitá-lo, a RDA vai aumentar preços". Mas a RDA mantém a sua

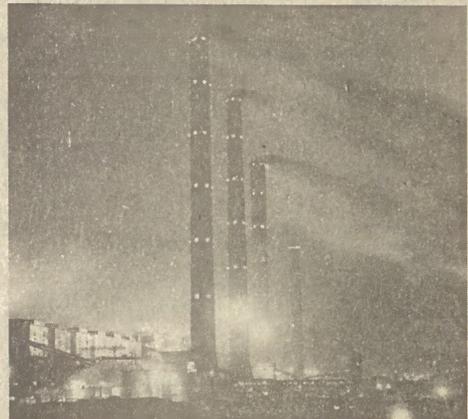
suas preferências e as necessidades do país, ou da região. Desconhece-se o problema do desemprego. Os trabalhadores dos países socialistas não conseguem compreender essa realidade do capitalismo. Na RDA o problema é o oposto: há falta de mão-de-obra, particularmente no sector de serviços, que regista uma maior expansão com o próprio desenvolvimento económico e a consequente melhoria do nível de vida. Camaradas de direcção do PSUA referiram-nos com satisfação, o aumento de natalidade, ainda que não se vá reflectir de imediato, como é evidente. Mas que terá a sua importância no futuro (para já, a única solução é o aumento da produtividade). Como não lembrar aqui, as campanhas de esterilização conduzidas pelo rebaixamento da natalidade até à estagnação e ao retrocesso populacional? Um facto simples que ilustra bem de que lado está o futuro.

Capitalismo e socialismo: dois sistemas, duas lógicas que se opõem: a de um mundo em decadência, e a de um outro que se afirma, na linha sinuosa de contradições não antagónicas, não como um qualquer paraíso, mas como um mundo finalmente humano.

CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

Alguns camaradas e organizações do Partido têm-nos chamado a atenção para o facto de que algumas verbas, entregues fora do prazo, para a Campanha dos 50 mil contos não terem sido ainda publicadas.

Informamos que todas as verbas chegaram posteriormente às organizações coordenadoras, nomeadamente a partir de 24 de Junho passado, serão mais tarde publicadas em conjunto, em data que não excederá o final do ano corrente.



A indústria pesada — base da economia da RDA

da vida hoje possível, para que os crimes de que é capaz o imperialismo não possam ficar diluídos na corrida do tempo.

A tarefa fundamental no socialismo

No VIII e no IX Congresso do PSUA foi fixada uma tarefa fundamental: prosseguir a elevação do nível de vida material e do nível cultural da população na base de um ritmo elevado do desenvolvimento da produção socialista, dum aumento da eficácia, do progresso científico-técnico e do crescimento da produtividade do trabalho.

Esta unidade da política económica e da política social, ou seja, uma satisfação crescente das necessidades da população trabalhadora baseada num rápido desenvolvimento da produção material — foi-nos salientado em todos os contactos, em todas as reuniões realizadas, e exprime concretamente o conteúdo da política socialista: o objectivo do trabalho é a satisfação das necessidades do homem,

permita a melhoria do nível cultural da população. Todos nós sabemos disso. Construir casas para habitar, ou bibliotecas para instruir, não dá lucro. Por outro lado não se podem mobilizar trabalhadores para um aumento de produtividade que nada tem a ver com os seus interesses.

Na RDA, como em toda a comunidade socialista, os planos elaborados de acordo com as decisões dos Congressos, são levados à prática.

Assim foram já alcançados resultados notáveis. Na base de um aumento do rendimento nacional de cerca de 30% em relação a 1970 (isto em 1975), foi levado à prática o mais vasto e profundo conjunto de medidas sociais de toda a história da RDA. No decurso do quinquenato de 1971-75, foram construídos ou modernizados mais de 600 000 apartamentos; foram aumentados os salários de cerca de quatro milhões de trabalhadores, ou seja, mais de metade da população activa, enquanto os preços se mantiveram estáveis; os subsídios de fim de ano ultrapassam frequentemente

Aniversário da RDA comemorado em Portugal

Comemorou-se, no passado dia 7, o 28.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã. Assinalando a data, o novo embaixador extraordinário e plenipotenciário deste país socialista em Portugal, Frank Bochow, ofereceu uma recepção nas instalações da Embaixada, para a qual foram convidadas várias individualidades da vida política portuguesa, assim como representantes do Corpo Diplomático acreditado no nosso país.

Na véspera, o novo embaixador da RDA ofereceu um almoço a representantes da Comunidade Social, durante o qual fez uma comunicação alusiva ao acontecimento, tendo feito uma apreciação global das dificuldades e sucessos do seu país na via da reconstrução nacional, que se impunha após a ruína quase completa provocada pela barbárie nazi. Na sua apreciação coube não só um balanço do muito que se teve de lutar e trabalhar, com o apoio e solidariedade da União Soviética e outros países socialistas, como também os muitos e variados sucessos no campo das conquistas socialistas, nomeadamente a solução para o problema habitacional (quando a guerra deixara em ruínas cidades inteiras), o permanente crescimento dos fundos sociais destinados ao aumento do nível de vida material e espiritual de todos os cidadãos (entre 1970-80 no montante de 390 bilhões de marcos), assim como a completa erradicação do desemprego, inflação, aumentos de preços e medo face ao futuro. O embaixador da RDA manifestou o firme propósito do governo do seu país de desenvolver as actuais relações de amizade e cooperação com o Povo português.

problemas das zonas antigas, nunca referiram estas questões tão importantes da urbanização, e que a lógica do capital é incapaz de resolver — antes ignora.

A dialéctica da produção e do consumo

"Trabalha-se muito na RDA. Mesmo muito" foi-nos dito e repetido em diversas reuniões. "Mas é preciso aumentar ainda mais a produtividade. Sem maior produtividade, não se podem melhorar as condições de vida. É preciso maior produtividade, mais disciplina no trabalho, mais imaginação."

Para a comunidade socialista, a superação dos níveis de produtividade do capitalismo é um passo decisivo para o reforço do próprio sistema socialista.

trabalhadores. E também uma questão de instrução básica, que não só permite mudar de ramo de actividade, como suportar o esforço das reciclagens.

Nem só no socialismo se fala de racionalização, de aumento de produtividade, da unidade dialéctica entre produção e consumo. Nem só no socialismo se apela à capacidade de trabalho, à disciplina, ao esforço, à imaginação dos trabalhadores. Todos sabemos que também no capitalismo isso é feito. Todos conhecemos o cinismo de propagandistas e dirigentes do capital que se esforçam por aliar os trabalhadores aos seus projectos. Projectos que entretanto significam: desemprego, continuação e agravamento das condições de vida, afastamento dos